

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

2019 / 2023

Reitoria do IFC, junho de 2019
Blumenau/SC

Reitora
Sônia Regina de Souza Fernandes

Pró-reitor de Administração
Stefano Moraes Demarco

Pró-reitora de Ensino
Josefa Surek de Souza

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Cladecir Alberto Schenkel

Pró-reitor de Extensão
Fernando José Garbuio

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional
José Luiz Ungericht Júnior

Diretor-Geral – *Campus Araquari*
Jonas Cunha Espíndola

Diretor-Geral – *Campus Camboriú*
Rogério Luiz Kerber

Diretor-Geral – *Campus Concórdia*
Nelson Geraldo Golyński

Diretor-Geral – *Campus Rio do Sul*
Ricardo Kosoroski Veiga

Diretor-Geral – *Campus Santa Rosa do Sul*
Deivi de Oliveira Scarpari

Diretora-Geral *pro tempore* – *Campus Blumenau*
Marilane Maria Wolff Paim

Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus Brusque*
Helio Maciel Gomes

Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus Fraiburgo*
Fábio José Rodrigues Pinheiro

Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus Ibirama*
Fernando José Taques

Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus Luzerna*
Eduardo Butzen

Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus São Bento do Sul*
Samuel Henrique Werlich

Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus* São Francisco do Sul
Amir Tauille

Diretora-geral – *Campus* Videira
Rosângela Aguiar Adam

Diretora – *Campus* Avançado Abelardo Luz
Rejane Escrivani Guedes

Diretora – *Campus* Avançado Sombrio
Elizete Maria Possamai Ribeiro

Comissão Responsável pela Elaboração do PDI 2019-2023

PRODIN

Jose Luiz Ungericht Jr
Fani Lúcia Martendal Eberhardt – Coordenadora
Barbarah Cristine Leidow Sorgetz

PROEN

Josefa Surek de Souza
Iris Weiduschat
Reginaldo Leandro Plácido

PROPI

Cladecir Alberto Schenkel
Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

PROEX

Fernando José Garbuio
Élton Pires

PROAD

Stefano Moraes Demarco
Daniela Thomas Rauber

Gabinete

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
Vilmar Frarão Junior

CONSUPER

Laércio de Souza – titular
Marilane Maria Wolf Paim – suplente

CPA – Comissão Própria de Avaliação

Nagila Cristina Hinckel – titular
Leonardo Talavera Campos – suplente

SIBI – Sistema Integrado de Bibliotecas
Rosálvio José Sartortt

Campus Aberlardo Luz (Avançado)
Marluse Castro Maciel – titular
Jaisson Bordignon – suplente

Campus Araquari
Cleider Alexandre Somensi – titular
Patricia Machado Bomfanti de Oliveira – suplente

Campus Blumenau
Bernadete Machado Serpe – titular
Elaine Caroline dos Santos – suplente

Campus Brusque
Julio Cesar Pedroso – titular
Helio Maciel Gomes – suplente

Campus Camboriú
Marcel Amaral Daoud – titular
Lenara Bernieri – suplente

Campus Concórdia
Fábio André Negri Balbo – titular
Jucele Grando – suplente

Campus Fraiburgo
Fábio José Rodrigues Pinheiro – titular
Douglas Carlesso – suplente

Campus Ibirama
Sonia Schappo Imhof – titular
Douglas Hörner – suplente

Campus Luzerna
Geovana Antunes – titular
Daiane Brandalise Sganzerla – suplente

Campus Rio do Sul
Marco Antonio Imhof – titular
Orlando Cristofolini – suplente

Campus Santa Rosa do Sul
Flávio José Pettenon – titular
Rafael Viegas Campos – suplente

Campus São Bento do Sul
Samuel Henrique Werlich – titular
Felipe Pereira Canever – suplente

Alessandro lavorski – suplente

Campus São Francisco do Sul

Diogo Leindecker Stumm – titular

Anderson Henrique da Silva Marcondes – suplente

Campus Sombrio (Avançado)

Ana Maria de Moraes – titular

Ana Cristina Quintanilha Schreiber – suplente

Campus Videira

Rosangela Aguiar Adam – titular

Wanderson Rigo – suplente

Histórico de alterações

Data	Descrição
14/11/2018	Versão prévia para Consulta Pública
01/04/2019	Versão encaminhada para apreciação Consuper
05/06/2019	Versão aprovada pelo Consuper

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
 AEE - Atendimento educacional especializado
 APLs – Arranjos Produtivos Locais
 AVEAs - Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem
 BSC- Balanced Scorecard
 CAC – Colégio Agrícola de Camboriú
 CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
 CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CEAD - Centro de Educação a Distância
 Cecom – Coordenação-geral de Comunicação
 CEDUP - Centro de Educação Profissional
 CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
 CEPROF - Centro Educacional Profissional de Fraiburgo
 CEPESH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres humanos
 CEUA – Comitê de Ética no uso de Animais
 CFTICG - Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia
 CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
 CGU – Controladoria-Geral da União
 CIS - Comissão Interna de Supervisão
 CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 Codir – Colégio de Dirigentes
 Cogepe – Colegiado de Gestão de Pessoas
 Concampus – Conselho de Campus
 CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
 Consepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
 Consuper – Conselho Superior
 Correg - Corregedoria
 CPA - Comissão Própria de Avaliação
 CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
 DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
 Dinter – Doutorado interinstitucional
 DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
 EaD – Educação a Distância
 EAFC - Escola Agrotécnica Federal de Concórdia
 EAFS - Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
 EGD - Estratégia de Governança Digital
 Eduroam - education roaming
 EF – Ensino Fundamental
 EM – Ensino Médio
 ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
 EPT - Educação Profissional e Tecnológica
 ETVARPE - Escola Técnica Vale do Rio do Peixe
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IES – Instituições de Ensino Superior
 IFC – Instituto Federal Catarinense
 IFETs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
 IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
 INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
 INEP - O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 JIFC - Jogos Internos do IFC
 JIFs - Jogos dos Institutos Federais
 JIFsul - Jogos dos Institutos Federais da Região Sul
 LAI – Lei de Acesso à Informação
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MICTI - Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar
Minter – mestrado interinstitucional
modalidade da Educação de Jovens e Adultos
NAPNEs – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NGA – Núcleo de Gestão Ambiental
PAE - Programa de Assistência Estudantil
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
PDA – Plano de Dados Abertos
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Planejamento Estratégico
PET - Programa de Educação Tutorial
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-Af - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPI- Projeto Pedagógico Institucional
PROAD – Pró-reitoria de Administração
PRODIN – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na
PROEN – Pró-reitoria de Ensino
PROEX – Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIBI - Sistema Integrado de Bibliotecas
SIEPE - Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Internacional do Instituto Federal Catarinense
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SWOT – (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)
TAEs – Técnicos Administrativos em Educação
TAM – Termo de Metas e Compromissos
TI – Tecnologia da Informação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UC - Unidades curriculares
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

1. Perfil Institucional	20
2. Projeto Político Pedagógico Institucional	43
3. Cronograma de implantação e desenvolvimento institucional	83
4. Perfil do corpo docente e TAEs	106
5. Organização administrativa do IFC	113
6. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	123
7. Ações de transparência e divulgação de informações da instituição	127
8. Infraestrutura física e instalações acadêmicas	130
9. Aspectos financeiros e orçamentários	167
10. Plano de Logística Sustentável do IFC	170
11. Gestão de Riscos	171
12. Oferta de Educação a Distância	173

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa de abrangência institucional	20
Figura 02: Vagas ofertadas em ciclos ativos	32
Figura 03: Potencial de Crescimento dos Campi	88
Figura 04: Projeção de evolução na quantidade de vagas ofertadas	99
Figura 05: Organograma do IFC	114

Lista de Quadros

Quadro 01: Distribuição geográfica	33
Quadro 02: Metas Globais para 2018-2021	39
Quadro 03: Cursos atuais	83
Quadro 04: Listagem de instituições de ensino superior com atuação no município.	89
Quadro 05: Previsão de abertura de novos cursos e novas turmas	93
Quadro 06: Evolução na oferta de vagas 2019/2023	99
Quadro 07: Priorização 1 / Oferta de Cursos	100
Quadro 08: Priorização 2 / Oferta de Cursos	101
Quadro 09: Priorização 3 / Oferta de Cursos	102
Quadro 10: Cursos de Pós-graduação	103
Quadro 11: Horário de funcionamento das bibliotecas	132
Quadro 12: Quantidade de servidores nas bibliotecas	133
Quadro 13: Acervo físico atual e previsão de expansão até 2023	137
Quadro 14: Infraestrutura física das bibliotecas em 2018 e previsão de expansão até 2023	139
Quadro 15: Cursos que serão expandidos ou criados (modalidade EaD)	176

Lista de Tabelas

Tabela 01: Distribuição do PIB Municipal por setor econômico.	89
Tabela 02: Quantidade de escolas e alunos no EF e EM do Município	91
Tabela 03: Dados gerais de servidores no IFC	106
Tabela 04: Nível de capacitação dos Professores Efetivos por <i>campi</i>	107
Tabela 05: Nível de capacitação dos professores Substitutos por <i>campi</i>	107
Tabela 06: Cronograma de expansão docente	108
Tabela 07: Nível de capacitação dos TAE de Nível Auxiliar (Fundamental) por <i>campi</i>	109
Tabela 08: Nível de capacitação dos TAE de Nível Intermediário (Médio) por <i>campi</i>	109
Tabela 09: Nível de capacitação dos TAE de Nível Superior por <i>campi</i>	110
Tabela 10: Evolução no quadro permanente de TAEs por nível	111
Tabela 11: Acervo atual das bibliotecas do SIBI-IFC por Áreas do Conhecimento	135
Tabela 12: Orçamento	167
Tabela 13: Recurso Extraorçamentário	169

Carta da Reitora

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma ferramenta de planejamento estratégico muito importante para esta Instituição. Trata-se do documento que define, para os próximos cinco anos, o direcionamento almejado pelo IFC – incluindo o perfil institucional, o projeto político-pedagógico, a organização administrativa e demais diretrizes para a nossa práxis pedagógica e administrativa, bem como nossa atuação enquanto servidores públicos.

No PDI, estão contidos todos os objetivos e as metas do IFC para o período; sua filosofia, sua visão, seus princípios. O Plano oferece um amplo escopo de orientações, contemplando assuntos como organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente, políticas de gestão, infraestrutura física, oferta de cursos e programas de pós-graduação, entre outros.

O nosso PDI foi construído a muitas mãos. A comissão responsável por sua elaboração contou com representantes de todos os campi e pró-reitorias da Instituição, bem como do Sistema de Bibliotecas e do Consuper. Além de ter disponibilizado informações para a elaboração do PDI, a comunidade acadêmica de cada campus pôde contribuir com o processo de construção por meio de consulta pública. O documento também foi apreciado pelo Colégio de Dirigentes (Codir) e aprovado pelo Conselho Superior (Consuper) do IFC. Tudo para que o Plano atendesse precisamente às demandas de todo o Instituto, bem como às políticas nacionais e à legislação atinente à natureza dos Institutos Federais.

Por meio do PDI, o IFC tem os apontamentos necessários para seguir cumprindo sua missão de proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional. E assim o faremos, todos nós, de maneira planejada, estratégica e – o mais importante – democrática.

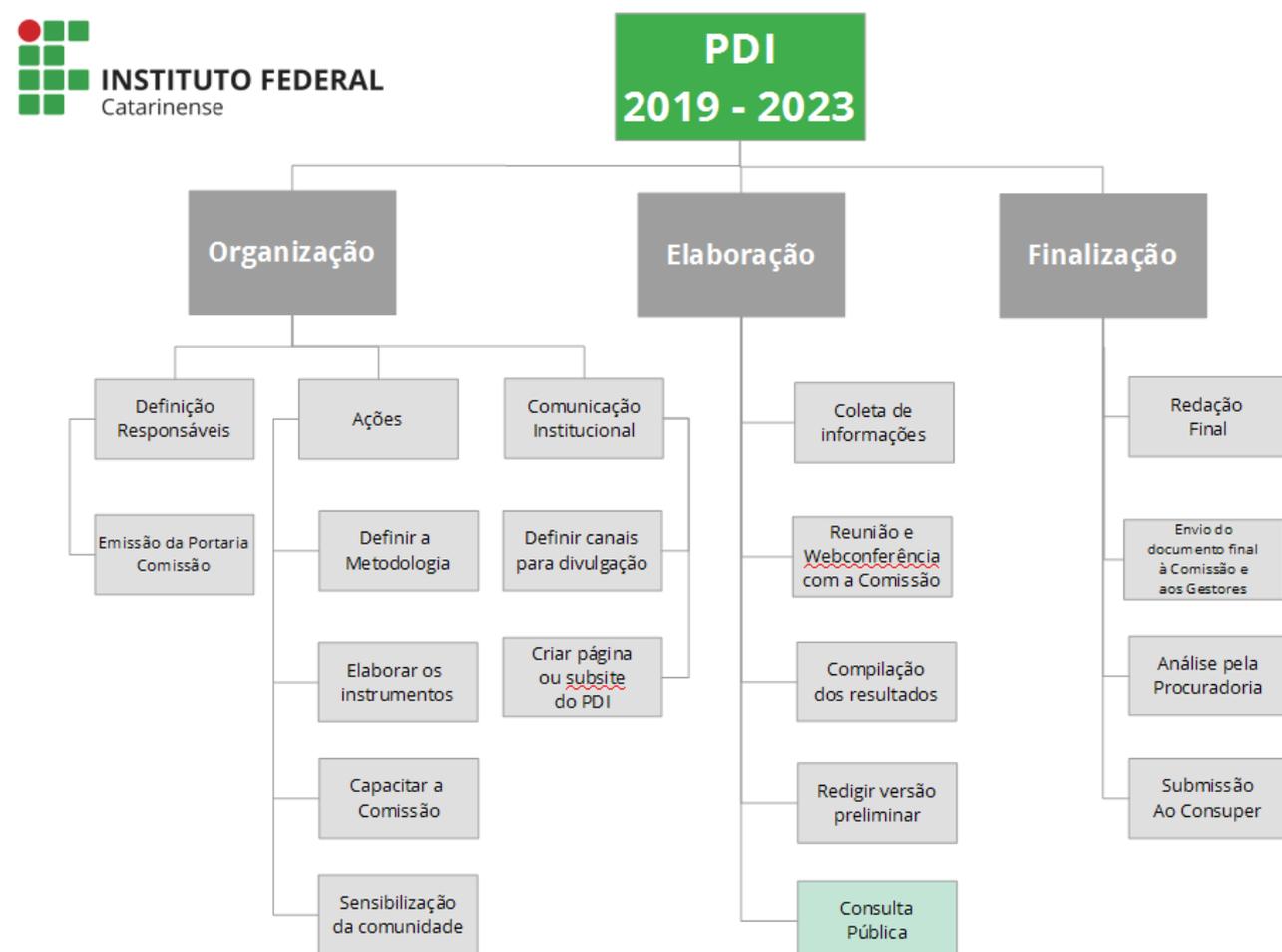
Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023 do Instituto Federal Catarinense (IFC) foi elaborado, seguindo as orientações previstas no Artigo 21 do Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo ainda como base legal a Lei de Diretrizes e Bases, a Lei de criação dos Institutos Federais, PNE, dentre outros atos normativos.

Para a construção do PDI 2019/2023, também foram observados, nessa elaboração, os seguintes documentos institucionais: o PDI 2014/2018, o Estatuto e o Regimento Geral do IFC, bem como o Planejamento Estratégico 2018/2021.

Coube à Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES) a coordenação geral do processo de elaboração deste Plano. Metodologicamente, a elaboração do PDI foi conduzida por uma Comissão designada por meio da Portaria Nº 1.500 de 24/07/2018, e respectivas alterações, composta por representantes de todas as unidades do Instituto Federal Catarinense, campi e Reitoria.

Foi proposta e aprovada uma metodologia dividida em Organização, Elaboração e Finalização do documento, como pode ser visto na figura a seguir.



A partir da aprovação da metodologia dos trabalhos, foi compartilhado o Manual de Elaboração do PDI, com orientações à Comissão.

Nos campi, ocorreram reuniões de sensibilização e participação da Comunidade, para discutir o futuro da instituição para os próximos cinco anos. A Comissão teve o cuidado de proporcionar espaços para a comunidade contribuir com a construção do documento. Além das reuniões, foi disponibilizada uma minuta para consulta pública. Todos os documentos produzidos, consulta pública e registros de reuniões foram disponibilizados para livre acesso, no site do PDI: pdi.ifc.edu.br.

Para execução dos trabalhos, foi elaborado um cronograma de atividades, executado entre os meses de junho/2018 e março/2019, a saber:

ETAPA	DATA
Designação da Comissão	Julho/2018
Desenvolvimento do Plano de Trabalho	Julho e Agosto/2018
Reunião alinhamento com a Gestão	23 e 24/Agosto
Reunião presencial – Comissão de Elaboração	28 e 29/Agosto/2018
Apresentação ao Codir (Dides/Prodin)	18 e 19/Setembro
Reunião Webconferência	02/Outubro/2018
Reunião presencial (Codir ampliado – transmissão ao vivo)	30 e 31/Outubro/2018
Envio das informações para coordenação da Comissão	05/Novembro/2018
Consulta pública	15/Nov à 15 Dez/2018
Revisão final	Dezembro/2018
Submissão à Procuradoria / Revisão Textual	Fevereiro / 2019
Submissão ao Consuper	Março/2019

Quanto à estrutura e apresentação do documento final, foram estruturados 13 capítulos, os quais apresentam todos os requisitos exigidos para a avaliação institucional externa, definidos a partir dos princípios fundamentais do SINAES.

No primeiro capítulo, **Perfil Institucional**, está descrita a evolução histórica do IFC e os históricos individuais de cada campus. Além disso, apresenta-se a Área de Atuação Acadêmica, bem como a Inserção Regional. Ao final deste primeiro capítulo, é apresentado o Planejamento Estratégico do IFC, com missão, visão e valores, assim como os objetivos estratégicos definidos para os próximos anos.

O segundo capítulo trata do **Projeto Político Pedagógico Institucional**, onde estão descritos os princípios filosóficos e pedagógicos que balizam o trabalho educacional do IFC, passando pelas Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e de Inovação. Ainda neste capítulo estão descritos os programas institucionais que possibilitam as condições para que os estudantes possam se desenvolver plenamente nas atividades de ensino, pesquisa e inovação e extensão.

O **Cronograma de implantação e desenvolvimento institucional** está no terceiro capítulo, onde podem ser localizada a lista de cursos atuais bem como a Proposta de Oferta de Cursos Novos e previsão de aumento de vagas. Num esforço conjunto entre a comissão de elaboração do PDI e os gestores dos campi, foram criados Critérios Institucionais para Criação e Extinção de Cursos e, com base nestes critérios, foi promovido o Alinhamento Institucional para oferta destes novos cursos.

No quarto capítulo apresentamos o **Perfil do Corpo Docente e de Técnicos-Administrativos em Educação**, descrevendo-se o perfil do corpo de servidores, o Cronograma e Plano de Expansão bem como o Desenvolvimento de Servidores que abrange Ações e Incentivos a Capacitação e a Qualidade de Vida no Trabalho.

Com base no Estatuto e no Regimento Geral do IFC, foi estruturado o capítulo cinco, que trata da **Organização administrativa do IFC**. Neste capítulo está descrita a estrutura organizacional do IFC, os Órgãos Colegiados e as Pró-reitorias e demais unidades.

Através da **Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional**, que se apresentam no capítulo seis, estão descritos o processo de avaliação, metodologia e as formas de utilização dos dados da Avaliação Institucional.

No capítulo sete, estão descritas as **Ações de Transparência e Divulgação de Informações da Instituição**, no intuito de dar a maior visibilidade possível à sociedade acerca das ações em desenvolvimento na instituição.

A **Infraestrutura física e Instalações Acadêmicas** compõem o capítulo oito, sendo este dividido em (1) Bibliotecas, acervo e infraestrutura; e (2) Laboratórios, descrição, cursos atendidos. Ainda neste capítulo é possível encontrar a previsão de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI, o qual está dividido em necessidades de adequação e de ampliação da infraestrutura nos respectivos campi do IFC.

No capítulo nove, por sua vez, estão descritos os **Aspectos Financeiros e Orçamentários** do IFC, onde se apresenta o Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeiras, assim como a Previsão de Orçamento, a Origem, Planejamento e Aplicação dos Recursos e, por fim, a Política de Administração e Gestão Financeira.

O capítulo dez apresenta brevemente o PLS, **Plano de Logística Sustentável do IFC**. O capítulo apresenta o Plano, o NGA (Núcleo de Gestão Ambiental), responsável pela elaboração do plano e também por outras ações institucionais que dizem respeito à questões ambientais que concernem ao IFC.

Foi destinado um capítulo específico para apresentar a **Gestão de Riscos**, capítulo onze, que diz respeito à Política de Gestão de Riscos do IFC e etapas para implantação. Apesar de não se item obrigatório do PDI, entendeu-se pertinente apresentar este tópico que se entende como importante ferramenta de gestão, em implantação no IFC.

No capítulo doze, está descrita a **Oferta de Educação a Distância**, contemplando a descrição dos Polos, as Metodologias e Tecnologias, Oferta de Cursos e a Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal.

Ao final, no capítulo treze, está descrito o **Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI**, importante para a consolidação das ações propostas e acompanhamento destas ações institucionais

A atual versão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023 constitui um esforço conjunto da comunidade que o compõe. É o resultado do trabalho de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos de todos os campi que formam o Instituto Federal Catarinense.

Documentos de referência

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Decreto nº 9.235, de 15 de Dezembro de 2017 - Dispõe, no Art.21, sobre os elementos que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI deverá conter.

Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Lei nº 11.741, de 16 de Julho de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior.

Decreto nº 5.825, de 29 de Junho de 2006 - Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Decreto nº 6.944, de 21 de Agosto de 2009 - Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 8.268, de 18 de Junho de 2014 - Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Termo de Acordo de Metas (TAM) estabelecido entre os IFs / SETEC / MEC

Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Resolução 046/2015/CONSUPER de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense, 2014/2018.

Diretrizes pedagógicas para a educação profissional – UNESCO, (2005).

Carta de Córdoba – concepção de universidade na América Latina, (2018).

1. Perfil Institucional

No intuito de traçar o perfil, bem como a identidade do Instituto Federal Catarinense (IFC), este capítulo traz informações a respeito da trajetória histórica de implantação do IFC, bem como o histórico individual de cada *campus*, a área de atuação acadêmica e a inserção regional do IFC no estado de Santa Catarina.

1.1 Histórico de implantação e desenvolvimento

O Instituto Federal Catarinense (IFC) foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A trajetória formativa do IFC se integra às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais/regionais com cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação – *lato e stricto sensu*.

O IFC possui atualmente 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria instalada na cidade de Blumenau, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 01: Mapa de abrangência institucional



Fonte: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>

A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã.

Consoante tal concepção, o processo de gestão democrática se consolida no IFC por meio da prática da gestão institucional integrada, materializada por vias da participação representativa junto ao Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, os órgãos colegiados, núcleos, comitês e comissões específicas.

O acompanhamento aos estudantes, no IFC, é fomentado pela Política de Atendimento aos Discentes, com estratégias para acesso, permanência e êxito na aprendizagem. São desenvolvidos programas e ações diretamente nos *campi*, por equipe multiprofissional composta por docentes e profissionais das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Medicina, entre outras. Inúmeras atividades e programas compõem a Política de Atendimento aos Discentes ofertadas conforme particularidades dos *campi*: a) Programa de Assistência Estudantil (PAE); b) Moradia Estudantil; c) Auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva; d) Alimentação Escolar; e) Cultura, Esporte e Lazer; f) Organização e Movimentos Estudantis; g) Inclusão e Diversidade; h) Atendimento Educacional Especializado; i) Permanência e Êxito.

O Instituto Federal Catarinense, em consonância com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, reconhece a importância da capacitação de seus servidores como requisito para cumprir a missão relacionada à transformação do cenário regional em benefício da sociedade. Tal reconhecimento sugere não apenas a relevância de um Plano Anual de Capacitação dos Servidores do IFC, mas também o estabelecimento da capacitação como uma meta prioritária de gestão.

Ainda no que diz respeito aos servidores, o IFC conta com o SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.

A missão do Instituto Federal Catarinense, encontrada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023, constitui um ponto de partida para a avaliação da responsabilidade que a instituição tem para com a sociedade. Ela é um esforço coletivo para sintetizar em uma expressão o que a sociedade espera como resultado dessa instituição de ensino.

A seguir, é possível observar o histórico do IFC, em forma de linha do tempo, com destaque aos principais eventos que marcaram o desenvolvimento da instituição ao longo dos anos.

Linha do Tempo



1.1.1 Histórico dos *Campi*

CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

O Campus Avançado Abelardo Luz está localizado na Estrada Geral – Assentamento José Maria, SN, no município de Abelardo Luz – SC, região Oeste Catarinense.

A implantação desta unidade, foi pauta de audiência pública realizada em agosto de 2011. Ali iniciaram as tratativas para implantação de mais uma unidade do Instituto Federal Catarinense, com olhar especial para a concentração de assentamentos da reforma agrária no Município de Abelardo Luz. Historicamente, esta unidade iniciou as atividades em 2013, inicialmente implementado como Polo de Abelardo Luz vinculado ao Campus Concórdia. No ano de 2015, por meio da Portaria Nº 27, de 21 de janeiro de 2015 passou a ser denominado “Campus Avançado Abelardo Luz”, vinculando-se diretamente à Reitoria do IFC, em Blumenau. A partir do ano de 2018, o Campus Avançado Abelardo Luz voltou a ter vínculo pedagógico e administrativo ao Campus Concórdia.

Além de estar em área de concentração de assentamentos da reforma agrária, o Município de Abelardo Luz possui ainda duas áreas Indígenas, fazendo parte do Território da Cidadania. Está localizado em faixa de fronteira com o Estado do Paraná e faz parte da mesorregião do Oeste catarinense. Assim, pela abrangência justifica-se a pertinente necessidade de um Curso Técnico Agropecuária oferecido pelo IFC que atenda essa população.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Avançado Abelardo Luz é “IF Campus Avançado – 20/13”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais e de Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS ARAQUARI

O Campus Araquari está localizado na Rodovia BR 280 - km 27, no município de Araquari – SC, região Norte Catarinense.

O Campus Araquari é uma das instituições pioneiras no ensino agrícola em Santa Catarina, e sua história tem início através de um acordo entre o estado de Santa Catarina e o Governo Federal, com sua publicação no Diário Oficial da União nº 63, em 18 de março de 1954. Este acordo criou a “Escola de Iniciação Agrícola de Araquari”. Até 1959 a escola esteve em construção. Este ano de 1959 marcou o começo das atividades do curso de Iniciação Agrícola, que contou em sua primeira turma com 20 alunos e passou a ser denominada “Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira”. No ano de 1968 a escola passou a ser vinculada a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Desse modo, integrou-se ao sistema federal de ensino, oferecendo a formação para técnicos agrícolas e estudantes que ingressavam no Segundo Grau.

Com a publicação da Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a unidade passou a ser denominada Campus Araquari.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Araquari é “IF Campus - 90/70 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, desde a qualificação profissional até a pós-graduação, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Infraestrutura e de Formação de Professores.

CAMPUS BLUMENAU

O Campus Blumenau está localizado na Rua Bernardino José de Oliveira - nº 81, no município de Blumenau – SC, região do Vale do Itajaí.

Campus Blumenau é resultado do plano de expansão do Ensino Tecnológico no Brasil. Em novembro de 2010, iniciou-se o processo de compra do imóvel da então empresa Bernauer, localizada às margens da BR-470, no bairro Badenfurt. Com o prédio ainda em reforma, o primeiro curso ofertado, em fevereiro de 2012, foi preciso que alunos, professores e técnicos-administrativos usassem três salas de uma paróquia, cedidas pela comunidade do Badenfurt. Ainda durante as reformas, em agosto de 2013, iniciaram as aulas da primeira turma do curso superior. Em julho de 2014, após o término das obras, ocorreu a solenidade de inauguração oficial, com o descerramento da placa inaugural.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Blumenau é “IF Campus – 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS BRUSQUE

O Campus Brusque está localizado na Avenida Hugo Schlosser 605, Bairro Jardim Maluche, no município de Brusque – SC, região do Vale do Itajaí.

Em 2011, a Prefeitura de Brusque doou ao Instituto Federal Catarinense um terreno com área de 20 mil m², localizado no bairro Jardim Maluche, para a implantação de um campus na cidade. Em janeiro de 2012 começaram as obras no local. Em outubro de 2013, o Ministério da Educação autorizou o funcionamento do Câmpus Brusque, que começou a ofertar cursos na modalidade Pronatec, numa sede alugada, em parceria com a Gerência Estadual de Educação (GEREI) de Brusque. Em 2017 iniciam-se as aulas dos cursos regulares em um prédio provisório, porém maior que o anterior, que foi alugado pela instituição. Em abril de 2018, *Campus* Brusque se muda para sua sede permanente, um prédio novo e adequado aos propósitos do ensino de qualidade. Com ótima localização, o IFC – Campus Brusque ganha nova visibilidade na cidade e amplia a concorrência de novas turmas para os anos seguintes.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Brusque é “IF

Campus – 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Produção Alimentícia e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS CAMBORIÚ

O Campus Camboriú está localizado na Rua Joaquim Garcia, s/n, no município de Camboriú – SC, região do Vale do Itajaí.

O *Campus* de Camboriú, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado de Santa Catarina. Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a Instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. No final de 2008, com o advento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú – CAC transformou-se num *campus* do Instituto Federal Catarinense.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Camboriú é “IF Campus - 90/70 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Segurança, Ambiente e Saúde, Formação de Professores, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS CONCÓRDIA

O Campus Concórdia está localizado na Rodovia SC 283 - km 17, no município de Concórdia – SC, região Oeste Catarinense.

Suas atividades pedagógicas tiveram início em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Passou de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972, a partir do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em autarquia federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do Anexo I, do Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, mediante a Lei nº 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de

Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se *Campus Concórdia*.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Concórdia é “IF Campus - 90/70 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Alimentícia, Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS FRAIBURGO

O Campus Fraiburgo está localizado na Rua Cruz e Souza, 100 – Centro, no município de Fraiburgo – SC, região Oeste Catarinense.

O Campus Fraiburgo está localizado no centro da cidade, o prédio que sedia o Campus foi construído nos anos 60 e abrigou a escola Sedes Sapientiae (Sede da Sabedoria). Na primeira década do século XXI, o edifício abrigou o Centro Educacional Profissional de Fraiburgo (CEPROF). Com a federalização do Cefprof, foi possível retomar e ampliar a oferta de cursos. Em 2008, com a publicação da Lei 11.892, foram criados os Institutos Federais. Em 2010 a unidade Videira, que funcionava como extensão de Concórdia, recebeu status de Campus. Em 2012, como extensão do Campus Videira, foi criado o Campus Avançado de Fraiburgo, que iniciou as atividades pedagógicas em 1º de agosto de 2012. E em 23 de abril de 2013, a unidade foi denominada Campus Fraiburgo.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Fraiburgo é “IF Campus - 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Informação e Comunicação, Segurança, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS IBIRAMA

O Campus Ibirama está localizado na Rua Dr. Getúlio Vargas, 3006 – Bela Vista, no município de Ibirama – SC, região do Vale do Itajaí.

O Campus Ibirama foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010 na antiga Escola Hamônia e iniciou suas atividades com o ensino no segundo semestre deste mesmo ano. Esteve vinculado ao Campus Rio do Sul até 03 de Fevereiro de 2011, e em 04 de fevereiro de 2011, por meio de uma solenidade, deu início ao seu funcionamento regular e uma mudança na vinculação, passando a ser gerido pela Reitoria do IFC. Entre os anos de 2012 e 2013, o Campus é contemplado com uma grande reforma estrutural e adequação de espaços físicos. Alterações importantes ocorreram em 23 de abril de 2013, o Campus Ibirama recebeu oficialmente sua autonomia, com a Portaria 330/MEC.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Ibirama é “IF Campus - 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Produção Cultural e Design e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS LUZERNA

O Campus Luzerna está localizado na Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, no município de Luzerna – SC, região Oeste Catarinense.

As instalações físicas e a infraestrutura que hoje abrigam o Campus Luzerna foram fundadas em 1999 para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), instituição que, até 2008, ofereceu cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes de Luzerna e região. Em 2010, ocorreu a federalização da ETVARPE, que passou a integrar o Instituto Federal Catarinense (IFC). Em julho de 2012, Luzerna deixa de ser ligada administrativamente ao Campus Videira e se torna Campus Luzerna.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Luzerna é “IF Campus - 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controles e Processos Industriais, Segurança, Informação e Comunicação e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS RIO DO SUL

A sede do Campus Rio do Sul está localizada na Estrada do Redentor, 5665, no município de Rio do Sul – SC. O Campus possui ainda outras duas unidades: Unidade Urbana, localizada na Rua Abraham Lincoln, 210, Bairro Jardim América e Unidade Tecnológica, localizada na Rua Mafalda Lingner Porto, 93, Bairro Progresso, região do Vale do Itajaí.

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado. Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e as atividades letivas de 2º grau (ensino técnico em nível médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A partir da Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008) a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul se torna *Campus* Rio do Sul. Além da unidade sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o *Campus* Rio do Sul possui uma unidade urbana, localizada na região central de Rio do Sul. A partir do ano de 2017, por meio da Lei Estadual 17/415/2017 o Campus Rio do Sul recebe do Governo do Estado de SC a cessão de uso,

por 20 anos, do antigo CEDUP (Centro de Educação Profissional) contendo um edifício Escolar com 3.000 m² de área construída, equipado, bem como o terreno de 10.000 m² permitindo a oferta de cursos na área industrial oportunizando a expansão de novos cursos nessas áreas.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Rio do Sul é “IF Campus – 90/70 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Controles e Processos Industriais, Infraestrutura, Segurança, Produção Industrial e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

O Campus São Francisco do Sul está localizado na Rodovia Duque de Caxias, nº 6750, no município de São Francisco do Sul – SC, região Norte Catarinense.

O *Campus* São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado pela Resolução *Ad Referendum* nº 6/2011, do Conselho Superior, em 28/02/2011. Iniciou como *campus* avançado, vinculado administrativamente ao *Campus* Araquari, e ganhou autonomia em 23 de abril de 2013, com a Portaria MEC nº 330/2013. As atividades de ensino tiveram início em março de 2010, com o Curso Técnico em Informática para Internet, na modalidade subsequente, realizado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira, no bairro Reta. No início de 2012, a Prefeitura Municipal efetivou a doação de um terreno de 40.128 m², no km 6 da Rodovia Duque de Caxias, no bairro Iperoba. As obras iniciaram ainda em 2012, e o término da construção se deu em 2014. Assim, desde fevereiro de 2015 o *Campus* conta com uma sede própria.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus São Francisco do Sul é “IF Campus - 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controle e Processos Industriais, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios, Engenharias e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

O Campus Santa Rosa do Sul está localizado na Rua das Rosas s/n, no município de Santa Rosa do Sul – SC, região Sul Catarinense.

O *Campus* Santa Rosa do Sul, originalmente denominada Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), ligada à Escola Técnica Federal de Santa Catarina, foi inaugurado em 5 de abril de 1993 por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Em 16 de novembro do mesmo ano, a Escola foi transformada em autarquia federal, por meio da Lei nº 8.731, entrando em funcionamento a partir de 28 de março de 1994. Em dezembro de 2008, com

a Lei nº 11.892, a Escola Agrotécnica passou a compor o Instituto Federal Catarinense, sendo denominado Campus Sombrio.

Em 10 de junho de 2014, por meio da Portaria nº 505, do Ministério da Educação, o nome do campus foi alterado para *Campus Santa Rosa do Sul*, adequando-se ao nome do município em que está sediado e a extensão do campus construída no Bairro Januária, na cidade de Sombrio, passou a ter status de *campus* avançado, sendo denominado Campus Avançado Sombrio.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Santa Rosa do Sul é “IF Campus – 90/70 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

O Campus São Bento do Sul está localizado na Rua Paulo Chapiewski, nº 931, Bairro Centenário, no município de São Bento do Sul – SC, região Norte Catarinense.

O Campus São Bento do Sul nasceu em 2012, fruto da união de esforços realizados pelo poder público, comunidade e por diversas entidades organizadas da região que juntos viabilizaram através da cessão de um terreno com área de 42.547,18 m² dentro do ambiente do Parque Científico e Tecnológico de São Bento do Sul, localizado no bairro Centenário. Desta forma, em 2014, foram iniciadas as obras do campus. Em 2016, com o fim das obras, obteve-se a autorização de funcionamento através da Portaria nº 378, de 09/05/2016/MEC, DOU de 10/05/2016, iniciando as atividades no segundo semestre de 2016.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus São Bento do Sul é “IF Campus - 70/45”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Segurança e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

O Campus Avançado Sombrio está localizado na Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 930, no município de Sombrio – SC, região Sul Catarinense.

Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em autarquia federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731, e entrado em funcionamento em 28 de março de 1994.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Sombrio. Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do campus fica localizada no município de Santa Rosa do Sul, que foi emancipado após a criação da escola. Também em meados de 2008, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada, inicialmente, Núcleo Avançado de Sombrio e, posteriormente, Unidade Urbana de Sombrio. A partir da expansão da Rede Federal, através da Portaria nº 505/2014 do Ministério da Educação, passa a ser denominado Campus Avançado de Sombrio (conf. Portaria/MEC 1.074/2014).

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Avançado Sombrio é “IF Campus Avançado – 20/13”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Informação e Comunicação, Turismo, Hospitalidade e Lazer e de Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

CAMPUS VIDEIRA

O Campus Videira está localizado na Rodovia SC 135, km 125 - Bairro Campo Experimental, no município de Videira – SC, região Oeste Catarinense.

A história do Instituto Federal Catarinense (IFC) *Campus* Videira está ligada à antiga Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC). Em 2006 o município de Videira passou a ofertar o curso técnico em Agropecuária viabilizado por meio de convênio entre a EAFC e a Prefeitura Municipal de Videira, que cedeu o apoio administrativo, o corpo docente e a destinação do espaço físico da Escola de Educação Básica Criança do Futuro (CAIC) para realização das aulas. Com vistas à ampliação e à construção de um espaço próprio a EAFC recebeu por cessão de uso um terreno da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com área total de 235.989,5 m². Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, as então Escolas Agrotécnicas e Colégios Agrícolas passaram a ser *campi* do Instituto Federal Catarinense. Com a criação dos Institutos Federais a unidade que funcionava em Videira como extensão da EAFC foi elevada à condição de *campus* do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. As obras do *Campus* Videira tiveram início em 05 de maio de 2008 e o campus foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, com o início das aulas em 26 de abril do mesmo ano.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus São Bento do Sul é “IF Campus – 70/60 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Segurança e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

1.2 Áreas de atuação acadêmica

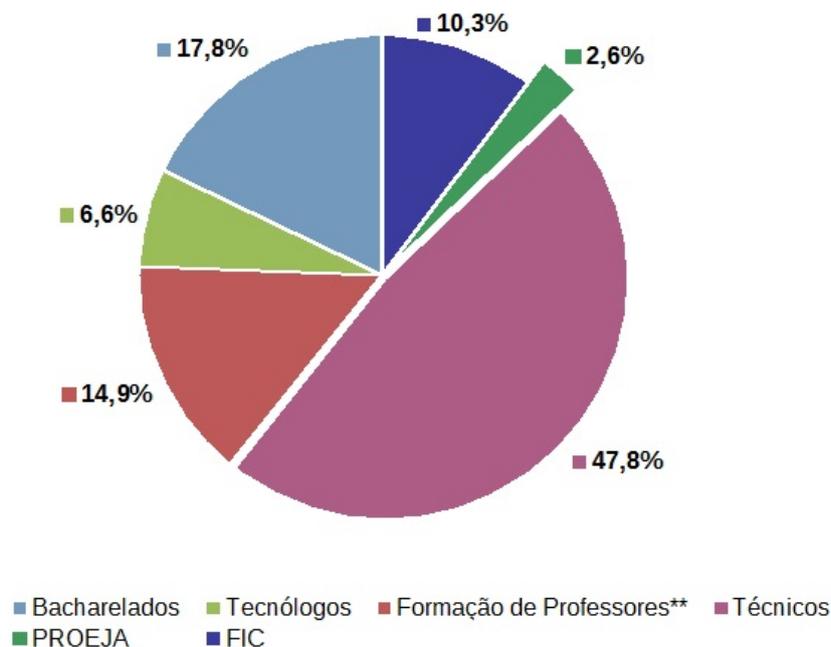
O IFC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, cujos cursos ofertados atendem diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

A atuação acadêmica de todos os Institutos Federais está baseada nos artigos 7 e 8 da Lei nº 11.892/2008, que apresentam os seguintes objetivos:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Com a implementação de ações em favor da melhoria da educação, expressas por meio do Acordo de Metas, o IFC busca atender ao compromisso de oferecer vagas para cursos técnicos - pelo menos 50%; de manutenção das vagas de formação de professores e licenciaturas - pelo menos 20; de ofertar vagas para PROEJA, FIC, entre outros. Isso tudo tendo como perspectiva promover a inclusão e atender a demanda regional, bem como o disposto na Lei 11.892/2008.

Figura 02: Vagas ofertadas em ciclos ativos



Fonte: Censo Interno IFC Set/2018.

1.3 Inserção Regional

Os Institutos Federais fazem parte de uma política de expansão e interiorização da Rede Federal pelo país. A interiorização visa atender regiões distantes dos grandes centros urbanos. O IFC, assim como todos os Institutos Federais, ao instalar-se numa localidade, é chamado a conhecer as características regionais a fim de que estabeleça a relação entre o local e o global num movimento de interação entre o poder público e a sociedade, comprometido com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

No estado de Santa Catarina encontram-se instalados dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Santa Catarina, que englobou o antigo CEFET de Santa Catarina; e o Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei 11.892/08. Este iniciou suas atividades reunindo as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, vinculados à UFSC.

Nossos *campi* estão distribuídos em 9 microrregiões do estado de Santa Catarina, abrangendo 135 municípios com aproximadamente 3 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

Quadro 01: Distribuição geográfica

Unidades IFC	Expansão	Município	Mesorregião	Microrregião
Reitoria	--	Blumenau	Vale do Itajaí	Blumenau
Araquari	RE	Araquari	Norte Catarinense	Joinville
Abelardo Luz	PEF3	Abelardo Luz	Oeste Catarinense	Xanxerê
Blumenau	PEF2	Blumenau	Vale do Itajaí	Blumenau
Brusque	PEF3	Brusque	Vale do Itajaí	Blumenau
Camboriú	RE	Camboriú	Vale do Itajaí	Itajaí
Concórdia	RE	Concórdia	Oeste Catarinense	Concórdia
Fraiburgo	PEF2	Fraiburgo	Oeste Catarinense	Joaçaba
Ibirama	PEF2	Ibirama	Vale do Itajaí	Rio do Sul
Luzerna	PEF2	Luzerna	Oeste Catarinense	Joaçaba
Rio do Sul	RE	Rio do Sul	Vale do Itajaí	Rio do Sul
Rio do Sul (unidade Centro)	PEF3	Rio do Sul	Vale do Itajaí	Rio do Sul
Santa Rosa do Sul	RE	Santa Rosa do Sul	Sul Catarinense	Araranguá
São Bento do Sul	PEF3	São Bento do Sul	Norte Catarinense	São Bento do Sul
São Francisco do Sul	PEF2	São Francisco do Sul	Norte Catarinense	Joinville
Sombrio	PEF3	Sombrio	Sul Catarinense	Araranguá
Videira	PEF2	Videira	Oeste Catarinense	Joaçaba

NOTA: RE=existente; PEF2 = plano de expansão federal 2; PEF3 = plano de expansão federal 3

Devido ao número de *campus* e sua distribuição geográfica, destaca-se que o Instituto Federal Catarinense possui uma atuação em todo o território catarinense, contribuindo assim para transformar o Instituto em uma Instituição de desenvolvimento estadual, e seus *campus* em elos de desenvolvimento regional.

1.4 Planejamento Estratégico

A construção do Planejamento Estratégico 2018-2021 teve seu início em Maio/2017, com a análise e discussões do atingimento dos objetivos do PE 2013-2017, bem como o estudo dos documentos orientadores.

Em seguida desenvolveu-se a discussão da missão e visão do IFC, seus valores e a Análise SWOT (pontos fortes e os pontos fracos, oportunidades e ameaças).

Dando continuidade a construção, definiu-se os objetivos estratégicos, o mapa estratégico e os objetivos táticos.

Os Planos Operacionais são desenvolvidos pelos Campi e Reitoria, considerando suas especificidades.

1.4.1 Missão

O Instituto Federal Catarinense tem como missão: Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.



1.4.2 Visão

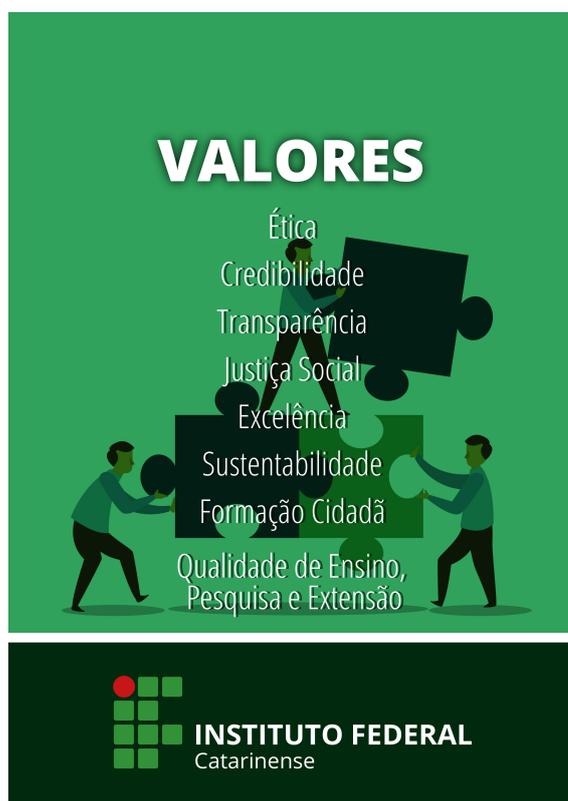
A visão é: Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.



1.4.3 Valores

Os valores institucionais são:

- **Ética** – Agir com honestidade e respeito de acordo com os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, atuando segundo os padrões de conduta estabelecidos no Código de Ética do Servidor Público Federal.
- **Credibilidade** – Atuar de forma técnica, competente, responsável, imparcial, coerente e comprometida com o bom emprego dos recursos públicos.
- **Transparência** – Dar visibilidade a todas as decisões, aos atos e resultados institucionais, em linguagem clara e acessível.
- **Justiça Social** – Preservar os valores da sociedade, dedicando tratamento justo às pessoas.
- **Excelência** – Em cada tarefa, fazer tudo da melhor forma possível. Ser melhor a cada momento. Ser incansável na busca da qualidade.
- **Sustentabilidade** – Promover a utilização dos recursos de forma racional, buscando sua preservação e minimizando os danos ao meio ambiente.
- **Formação cidadã** – Fomentar a construção do saber, a formação de professores competentes e comprometidos socialmente, de modo a ampliar a sua capacidade de perceber os problemas contemporâneos e de posicionar-se criticamente. Por meio da formação cidadã, proporcionar ao educando autonomia intelectual e visão integrada do contexto, levando-o à emancipação.
- **Qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão** – Atuar com eficiência, eficácia e efetividade nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, pautando o processo pedagógico nas finalidades da educação e no desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. Promover a melhoria contínua do processo educacional e dos serviços prestados à sociedade.



1.4.4 Objetivos e metas institucionais

O IFC possui diversos documentos orientadores que são utilizados na gestão da instituição, são eles: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional da Educação (PNE – 2014/2024), a Lei de criação da Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs – Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Termo de Metas e Compromissos (TAM), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Planejamento Estratégico (PE), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o Estatuto e o Regimento Interno, e outras normativas afins. Os documentos mencionados estão publicados no seguinte link do site institucional: <http://ifc.edu.br/documentos/>.

Para o desenvolvimento do Planejamento, as etapas foram as seguintes:

- Análise do atingimento dos objetivos do PE 2013-2017 e de documentos orientadores;
- Análise e adequação da missão e da visão do IFC;
- Desenvolvimento da Análise SWOT; (pontos fortes e os pontos fracos, oportunidades e ameaças);
- Definição dos objetivos estratégicos;
- Construção do mapa estratégico;
- Definição dos objetivos táticos, operacionais, das metas e dos indicadores;
- Socialização, publicação e implantação; e
- Acompanhamento e revisões.

Todas as etapas supracitadas tiveram ampla discussão com os Representantes dos Campi e Reitoria, bem como a socialização nos *campi*, análise das considerações e sugestões recebidas, e os devidos retornos.

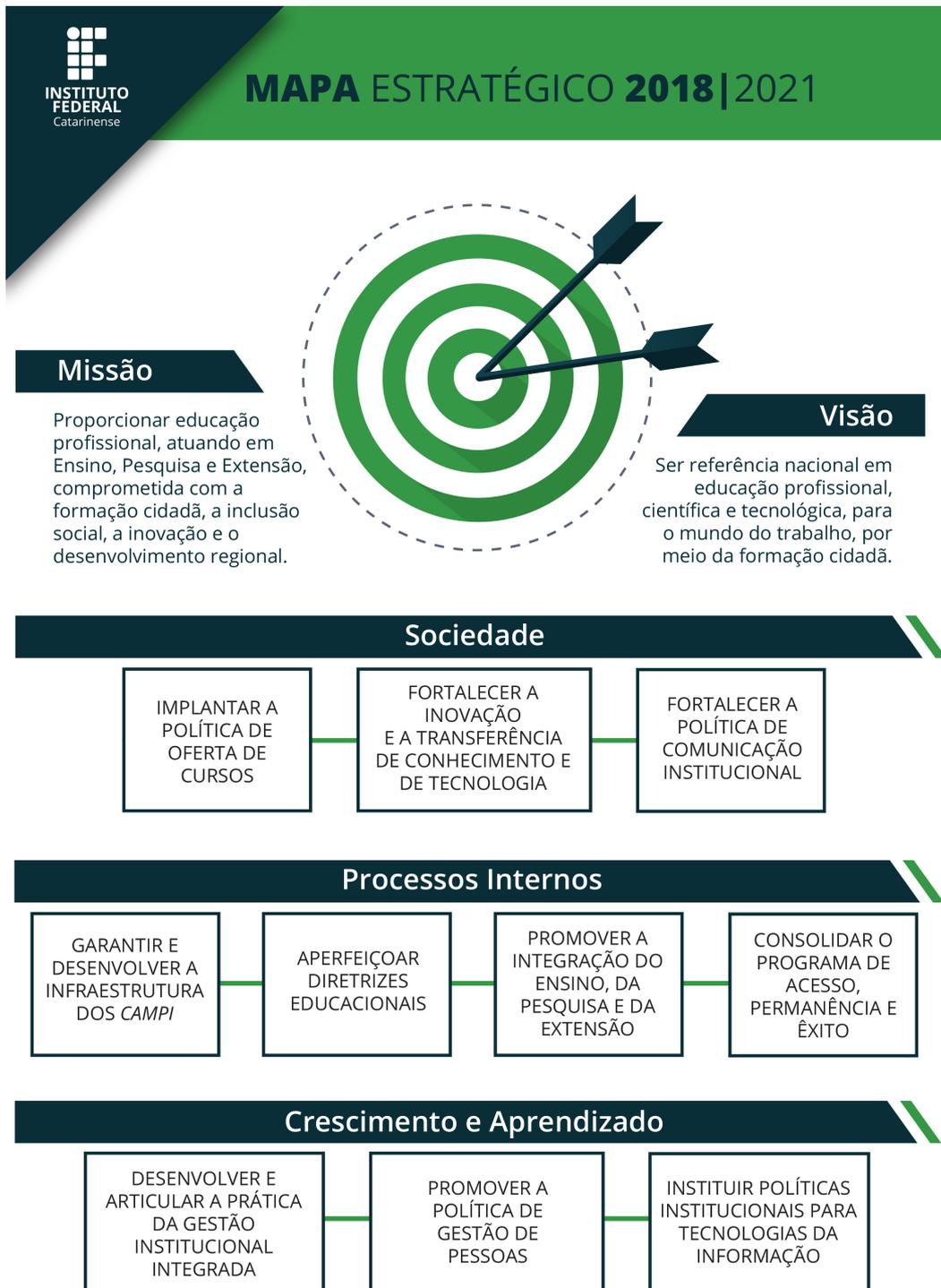
Os Objetivos Estratégicos definidos para o período 2018/2021 são:

1. Garantir e desenvolver a infraestrutura dos campi;
2. Promover a política de gestão de pessoas;
3. Desenvolver e articular prática da gestão institucional integrada;
4. Implantar a política de oferta de cursos;
5. Instituir políticas institucionais para tecnologias da informação;
6. Aperfeiçoar diretrizes educacionais;
7. Consolidar o programa de acesso, permanência e êxito;
8. Fortalecer a política de comunicação institucional;
9. Fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento e de tecnologia;
10. Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Para o Mapa Estratégico do IFC, adaptou-se a ferramenta BSC - Balanced Scorecard, que apresenta Quatro Perspectivas: Financeira, Cliente, Processos Internos e aprendizado e crescimento.

Por mais que a ferramenta utilizada para construção do mapa estratégico traga a perspectiva “cliente”, considerando nosso público-alvo e nossa atividade-fim a mesma foi alterada para “sociedade”.

Para o IFC definiu-se três Perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Crescimento e Aprendizado, conforme abaixo:



Os Objetivos Estratégico se desdobraram em táticos e operacional, conforme descrito no desenvolvimento do Planejamento, e podem ser visualizado e acompanhados pelo site do IFC.

Apresenta-se no Quadro a seguir as Metas Globais para 2018-2021, definidas pela Gestão do IFC (Reitoria e *Campi*).

Quadro 02: Metas Globais para 2018-2021

Indicadores de Medidas	2018	2019	2020	2021	Objetivos Estratégicos – 2018-2021
Percentual de adequação da unidade referente à acessibilidade arquitetônica;	Atualizar relatório de acessibilidade	Obter melhoria de 10% ao ano por campus	Obter melhoria de 10% ao ano por campus	Obter melhoria de 10% ao ano por campus	Objetivo Estratégico 01 - GARANTIR E DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA DOS CAMPUS
Percentual de adequação da unidade referente à regularização;	Portaria nº 246 (Modelo 20/13) – Adequar 100% até 2021 Portaria nº 246 (Modelo 70/45) – Adequar 10% ao ano Portaria nº 246 (Modelo 90/70) – Adequar 10% ao ano				
Infraestrutura mínima do campus	Seguir a priorização das obras definida em Reunião do Codir (anualmente)				
Quantidade de capacitações ofertadas e quantidade de servidores capacitados;	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por campus além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada campus)	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por campus além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada campus)	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por campus além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada campus)	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por campus além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada campus)	Objetivo Estratégico 02 – PROMOVER A POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS
Número de ações em atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, e número de servidores atendidos;	Executar plano anual	Executar plano anual	Executar plano anual	Executar plano anual	
Percentual de novos servidores capacitados pelo curso de Recepção ao Servidor;	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes de 2016 e 2017	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes em 2018	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes no corrente ano	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes no corrente ano	
Número de incentivos ao afastamento integral e PIQIFC	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade	
Número de campi com plano operacional referente ao Planejamento Estratégico desenvolvido	Estabelecer metas globais	Desenvolver em 100% dos campi o plano operacional	XXXX	XXXX	Objetivo Estratégico 03 – DESENVOLVER E ARTICULAR A PRÁTICA DA

Número de campi com Gestão de Risco implantada;	<i>Implantar 30% da Gestão de Riscos nos campi</i>	<i>Implantar 100% da Gestão de Riscos nos campi</i>	XXXX	XXXX	GESTÃO INSTITUCIONAL INTEGRADA
Quantidade de processos de aquisições e contratações institucionais;	Realizar 27 pregões	Realizar 30 pregões	Realizar 30 pregões	Realizar 30 pregões	
Percentual de eixos verticalizados;	Obter 100% de eixos verticalizados até 2021				Objetivo Estratégico 04 - IMPLANTAR A POLÍTICA DE OFERTA DE CURSOS
Percentual de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio, Proeja e formação de professores;	Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 10% EJA; garantir 60% da meta estabelecida no TAM em formação de professores	Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 30% em EJA; garantir 70% da meta estabelecida no TAM em formação de professores	Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 40% em EJA; garantir 80% da meta estabelecida no TAM em formação de professores	Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 50% em EJA; garantir 90% da meta estabelecida no TAM em formação de professores	
Número de ofertas na modalidade EaD (regular);	Ofertar 01 curso de especialização em EaD	Elaborar diretrizes de EaD	Ofertar 01 curso de graduação em EaD	Ofertar 01 curso de graduação em EaD	
Quantidade de valores investidos em ações de TI (investimento);	Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por campus	Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por campus	Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por campus	Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por campus	
Número de serviços de TI ofertados na unidade em conformidade com as políticas institucionais de TI;	DTI - Criar catálogo e catalogar 20% dos serviços	Catalogar 50% dos serviços	Catalogar 80% dos serviços	Catalogar 100% dos serviços	Objetivo Estratégico 05 – INSTITUIR POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Número de customizações criadas para o SIG;	Estabelecer prioridades das customizações e submeter o processo de customização à revisão e aprovação pelo CGTI	Executar as demandas			
Percentual de adequação dos cursos às diretrizes com 75% de unicidade das matrizes;	Adequar 10% dos cursos	Adequar 50% dos cursos	Adequar 90% dos cursos	Adequar 100% dos cursos	Objetivo Estratégico 06 - APERFEIÇOAR

Percentual de cursos com Pesquisa e Extensão curricularizadas;	Elaborar e aprovar a diretriz		Curricularizar a Pesquisa e a Extensão em 30% dos cursos de graduação e 20% dos cursos técnicos	Curricularizar a Pesquisa e a Extensão em 60% dos cursos de graduação e 30% dos cursos técnicos	DIRETRIZES EDUCACIONAIS
Percentual de cursos autoavaliados;	Elaborar e aprovar a diretriz	Institucionalizar a autoavaliação em 100% dos cursos técnicos	Alinhar a autoavaliação em 100% dos cursos de graduação	XXXXX	
Número de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação básica;	Elaborar o programa institucional		Aumentar em 10% o número de projetos	Aumentar em 20% o número de projetos	
Índice de evasão;	Reduzir a evasão em 0,5% ao ano	Reduzir a evasão em 0,5% ao ano	Reduzir a evasão em 0,5% ao ano	Reduzir a evasão em 0,5% ao ano	Objetivo Estratégico 07 – CONSOLIDAR O PROGRAMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO
Índice de retenção;	Reduzir a retenção em 0,5% ao ano	Reduzir a retenção em 0,5% ao ano	Reduzir a retenção em 0,5% ao ano	Reduzir a retenção em 0,5% ao ano	
Número de ações para egressos ou envolvendo egressos;	Realizar, no mínimo, 01 ação por campus	Realizar, no mínimo, 01 ação por campus	Realizar, no mínimo, 01 ação por campus	Realizar, no mínimo, 01 ação por campus	
Quantidade de valores alocados em ações de Comunicação;	Alocar 0,20% do orçamento	Alocar 0,25% do orçamento	Alocar 0,25% do orçamento	Alocar 0,25% do orçamento	Objetivo Estratégico 08 - FORTALECER A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
Número de matérias publicadas internamente (informativo e site) e externamente; Número de ações para divulgação de processo de ingresso (visitas às escolas, panfletagem);	Aumentar em 2% até 2021				
Número de projetos de Extensão, Pesquisa e Ensino (Nº de projetos/ Nº de docentes);	Aumentar em 0,4% o número da relação projeto/docente	Aumentar em 0,5% o número da relação projeto/docente	Aumentar em 0,6% o número da relação projeto/docente	Aumentar em 0,7% o número da relação projeto/docente	Objetivo Estratégico 09 - FORTALECER A INOVAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA
Número de projetos de Ação e Inovação Social	Lançar um edital	Realizar no mínimo 02 projetos por campus	Realizar no mínimo 02 projetos por campus	Realizar no mínimo 02 projetos por campus	
Número de trabalhos	Elevar a	Elevar a	Elevar a	Elevar a	

apresentados, artigos e livros/capítulos publicados;	produção acadêmica institucional em 2%				
Número de obras publicadas pela editora do IFC;	Lançar um edital	Lançar um edital	Lançar um edital	Lançar um edital	
Número de registros de PI e transferências tecnológicas (proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia); Número de Empresas Júnior e incubadoras (ações de empreendedorismo);	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)	
Percentual do orçamento efetivamente utilizado em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão	
Número de projetos integrados (pelo menos dois - Pesquisa e Extensão; ou Ensino e Pesquisa - n° de projetos /n° de docentes);	Obter aumento de 0,2%	Obter aumento de 0,3%	Obter aumento de 0,4%	Obter aumento de 0,5%	Objetivo Estratégico 10 - PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
Número de eventos integrados;	Realizar, no mínimo, 01 evento por campus				
Número de cursos que contemplem linhas e ações de Pesquisa e Extensão (definidas nos PPCs);	Adequar 50% dos cursos até 2021				

2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal Catarinense – IFC expressa as concepções e os fundamentos filosófico-científico-político que balizam o trabalho educacional da instituição.

2.1 Concepções e Princípios

A educação brasileira pública é, conforme Constituição Federal/1988, Art. 205 “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Não obstante, os princípios instituídos igualmente pela CF/88 são balizadores do ensino ministrado pelo Instituto Federal Catarinense, tal qual nos traz o artigo 206:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar [...];

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

[...]

A estes princípios reafirmamos cotidianamente, em nossa prática pedagógica, àqueles complementados pela LDB/9394/96, Art. 3º: respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, e; consideração com a diversidade étnico-racial.

É mister lembrar, ainda, que o IFC se alicerça à proposta dos Institutos Federais integrando a formação acadêmica à formação para o trabalho. Conforme a Lei Nº 11.892./2008, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

A partir deste preâmbulo que nos localiza e nos identifica institucionalmente, remontamos à gênese de nosso trabalho educativo entendendo que a formação humana e cidadã precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manterem-se em desenvolvimento. A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Neste sentido, o exercício pedagógico propõe-se a encontrar o equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional, orientado pelo diálogo, pela integração dos saberes, pelos princípios da democracia, da participação crítica, visando a autonomia intelectual do educando.

Para proporcionar essa educação, busca-se uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica de formação que pensa as bases ontológicas do pensamento e da atividade humana. No que diz respeito à primeira é estar atento ao fato de não ratificar uma ontologia que recusa qualquer face ou princípio que não esteja pautado na ciência, seja na vida filosófica ou no mundo da *praxis*. Lukács (1978) demonstra que tudo o que existe, existe em objetivo, ou seja, se move e é movido no interior de um complexo concreto. Os argumentos de Lukács (1978, p. 3) ensinam que

em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: formas do existir, determinações da existência.

Assim sendo, ao mover e ser movido, o homem constrói perguntas e respostas na medida em que esses movimentos, tanto no âmbito pessoal, quanto da realidade social exigem dele. A consciência desenvolvida por meio desses “moveres” é que “torna possível intervir nessa realidade para modificá-la” (LUKÁCS, 1978, p. 3). Modificando a realidade o homem muda a si mesmo sem, no entanto, eliminar completamente o seu enraizamento social, os seus fundamentos ontológicos de origem.

Já no segundo aspecto, o relacionado à atividade humana, ao trabalho, trata-se do nascimento de um novo ser que se estrutura e dinamiza no próprio trabalho. O mesmo teórico adverte:

a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Avançar para além da perspectiva biológica requer um papel preponderante da consciência e a articulação de uma cadeia de mediações que mudam reiteradamente “tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 6). Ser movido e mover deflagra um processo de desenvolvimento das próprias capacidades, na busca de níveis ulteriores. Na interpretação de Lukács (1978, p. 5)

com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carência que a provoca.

Nesta perspectiva os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Neste processo metodológico buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural de aprendizagem, tendo como um de seus principais precursores Vygotsky (1984; 1987) que defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e reflexo das relações dialéticas ‘sujeito e mundo’, sendo a mente uma construção social e cultural.

Nos fundamentos vygotkianos aprender não diz respeito a uma simples aquisição de informações e também não ocorre por meio de simplistas associações de ideias que encontram na memória sua guardiã; é mais: trata-se de processo interno, ativo e interpessoal. Aprender é um fenômeno que passa por variações: pode começar por uma atividade que se caracteriza como externa, que é reconstruída e começa a acontecer

internamente. Esse processo que era interpessoal é internalizado e essa transformação resulta de um extenso encadeamento de acontecimentos de desenvolvimento.

A teoria histórico-cultural evidencia também que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui. Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino-aprendizagem considera que os sujeitos estão inseridos em um contexto histórico, capazes de agir e refletir sobre o mundo, objetivando transformá-lo. Por conseguinte, os princípios metodológicos devem estar pautados na interação das relações entre os sujeitos envolvidos, propiciando uma formação humana que integre todas as dimensões da vida no processo educativo.

Nesta perspectiva o IFC atua em atenção aos princípios éticos, estéticos, filosóficos e políticos, no compromisso com a construção de uma sociedade democrática, na promoção dos valores democráticos e no respeito à diferença e à diversidade. Atua ainda, em observância à interculturalidade e ao reconhecimento dos sujeitos em sua diversidade, considerando, dentre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo bem como, com o reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas.

Pensar a construção de uma sociedade democrática remete ao seu aprofundamento nos “processos de pluralização dos atores da representação, e de diversificação do lócus onde ela é exercida”, assim como também o enfoque nas inovações institucionais que visam a acolher diversas formas de participação no desenho e implementação de políticas públicas.

Prima-se pela promoção dos valores democráticos, de uma educação para a democracia que se opõe a uma educação paternalista “destinada a educar os governados, os que iriam obedecer e fazer, em oposição aos que irão mandar e pensar, falhando logo, este modo, ao conceito democrático que a deveria orientar, de escola de formação do povo, isto é, do soberano, numa democracia” (TEIXEIRA, 1936, p. 27). Valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria formada de modo legítimo. Benevides (1996, p. 226) orienta que educação para a democracia evoca duas dimensões:

a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente - e mais de uma vez no curso da vida - um ou outro.

Nesse sentido educar para a democracia requer “conhecimentos básicos da vida social e política e uma correspondente formação ética” (BENEVIDES, 1996, p. 226); não ocorre impositivamente e nem é doutrinação. Benevides (1996, p. 228) ensina que é um ato de persuasão, tendo em vista que “um dos valores fundamentais da democracia é a liberdade individual, que não pode ser sacrificada em nome de qualquer ideologia, mesmo que esta apareça sob os tons de uma ideologia redentora e nacional”. Esclarece ainda (p. 227-228):

A educação para a democracia não se confunde nem com democratização do ensino – que é, certamente, um pressuposto – nem com educação democrática. Esta última é um meio, necessário, mas não suficiente, para se obter aquela. [...] a educação para a democracia difere, também, da simples instrução cívica, que consiste, por exemplo, no ensino da organização do Estado e dos deveres do cidadão, bem como difere da formação política geral, que visa facilitar aos indivíduos a informação política, qualquer que seja o regime vigente.

Fernando de Azevedo (1964, p. 274) ao contribuir com suas construções teóricas para a consolidação do campo educacional brasileiro na primeira metade do século XX, considerava que a função da educação era formar para uma cidadania participante e não para partidarismos, enquanto que função educacional do Estado jamais poderia ser de dominação e sim de direção. Tais defesas ainda são pertinentes quando se pretende educar para a democracia: formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade.

No que concerne ao respeito à diferença “não significa, de modo algum, esterilidade de convicções” (BENEVIDES, 1996, p. 232). Este tema tem sido central no pensamento educacional nos últimos anos, “Mesmo que tratadas de forma marginal, como temas transversais, essas questões são reconhecidas, inclusive pelo oficialismo, como legítimas questões de conhecimento” (SILVA, 2000, p. 73). Ao pensar a diferença Deleuze (1988, p. 8) elucida:

Todas as identidades são apenas simuladas, produzidas como um efeito óptico por um jogo mais profundo [...]. Queremos pensar a diferença em si mesma e a relação do diferente com o diferente, independentemente das formas da representação que as conduzem.

Nesse aspecto, necessário se faz considerar a diferença juntamente com “as relações sociais de poder em que ela pode estar inscrita” e de como elas são “construídas e representadas em vários discursos” (BRAH, 2006, p. 337). A diferença neste aspecto é autorreferenciada e orienta para si própria; não como mero resultado de um processo “mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas” (SILVA, 2000, p. 73-74) em sistemas de significados, representações, discursos e disputas de grupos sociais. Sendo assim quando se trata da educação não se pode relacionar apenas com tolerância e respeito.

Silva (2000, p. 80) alerta que nos processos pedagógicos, tais ideias podem ser profícuas, desejáveis e nobres; no entanto são empecilho da diferença como “processos de produção social, como processos que envolvem relações de poder”. O pesquisador afirma ainda:

Ver a [...] diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder.

Assim entendida a diferença não tem caráter de entidade preexistente, mas de elemento passivo da cultura e que precisa ser incessantemente criada e recriada: “a diferença tem a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição” (SILVA, 2000, p. 80).

Outro aspecto importante a ser considerado quando se deseja educar para a democracia é a diversidade. Gomes (2007, p. 30) demonstra que diversidade quando

pensada a partir da perspectiva cultural deve “ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” em contextos e relações de poder. Também assinala que inserir a temática “nas políticas educacionais, nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação docente implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como: desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia” (GOMES, 2007, p. 30).

Desta forma educar para a democracia no respeito à diversidade demanda tomada de posição em sentidos opostos aos processos que colonizam e dominam. É perceber, nos distintos âmbitos - históricos, políticos, sociais e culturais - a naturalização e a inferiorização consideradas de modo desigual e discriminatório. É agir no campo político por excelência com o objetivo de desconstruir a escola uniformizadora que ainda reina nos sistemas de ensino (GOMES, 2007). É compromisso da educação pública, gratuita e socialmente referenciada politizar a diversidade e a colocar no centro “das lutas pela afirmação dos direitos” contribuindo assim, para a construção de “respostas públicas e democráticas” sobre o debate (GOMES, 2007, p. 32).

Como instituição pública, comprometida com a construção de uma sociedade que visa a humanização do humano por meio da educação, o IFC objetiva a sensibilização da “diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos” (GOMES, 2007, p. 32) e busca traduzir este princípio por meio de ações pedagógicas reais, que contribuam para a transformação do sistema educacional público que seja inclusivo, democrático e acessível ao diverso.

Consoante a tais princípios e concepções institucionais, o processo de gestão democrática e participativa, no IFC se consolida na integração das atividades acadêmicas, de ensino, extensão, pesquisa e inovação entre si, com a comunidade escolar e com tomada de decisão intercampi, culminando assim com o desenvolvimento da prática da gestão institucional integrada. Quanto à participação trata-se de zelar pela “partilha do poder, a participação na tomada de decisões” (PARO, 1997, p. 16). Optar por uma gestão democrática implica considerar a participação da população envolvida com a comunidade escolar (interna e externa) e consiste em acreditar que é preciso “tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola” (PARO, 1997, p. 9) para não incorrer em “amadorismos pedagógicos”. A materialização desta forma de gestão se dá por vias da participação representativa junto ao Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, os órgãos colegiados, núcleos, comitês e comissões específicas, tendo como clara a posição que, ao se inserir esses setores nos processos de gestão, o gestor não está, sob nenhum aspecto, perdendo poder, mas dividindo as responsabilidades de construção de uma educação com tais princípios, concepções e perfil. O IFC almeja o aperfeiçoamento de uma prática que no contexto brasileiro ainda é embrionária, mas que se fortalecida poderá estar articulada com os interesses sociais democráticos, que exigem medidas corajosas e provimento de condições.

2.2 Política de Ensino

As políticas de ensino, que visam atender tanto a educação básica, quanto a superior estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. Esta instituição traz na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um “processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que

estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (BRASIL, 2003, p.10). Pensar em políticas públicas de ensino demanda

destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala nacional e mundial –, preconizados, entre outros, por agências e/ou organismos multilaterais e fortemente assimilados e/ou naturalizados (DOURADO, 2007, p. 922).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção reconhece as influências estabelecidas por relações nos mais diferentes âmbitos em termos locais, regionais, nacional e internacional para a sua efetivação. Implica então, não desconsiderar que todo o processo educativo é mediado pelas relações do contexto sociocultural, pelas condições institucionais nas quais acontecem as relações de ensino-aprendizagem, pelos fatores organizacionais, pelo dinamismo que se dá a construção do projeto político-pedagógico e pela materialização dos processos de organização e gestão da educação (DOURADO, 2007).

Assim, reconhecer a historicidade dessas relações pedagógicas compreende uma organização curricular dos Institutos Federais como um espaço ímpar de construção de saberes, cuja proposta se constrói através da verticalização dos currículos. A organização curricular assim pensada viabiliza “dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear” fazendo “com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização” (PACHECO, 2010, p. 22).

Pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de “oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (PACHECO, 2010, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos “cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2010, p. 21).

Assim, os Institutos Federais “[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil” (ORTIGARA, 2013, p. 2) considerando sua característica *sui generis*: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não unicamente pedagógica, mas também de gestão.

Floro (2014, p. 2) sobre esta questão argumenta que

a formação de uma parcela significativa dos docentes é parcialmente compatível com os novos cursos criados, de modo que ele é cooptado a atuar em todos os níveis e modalidades de ensino, ao passo em que os alunos são estimulados a dar prosseguimento a cursos do mesmo eixo tecnológico, havendo a possibilidade de redução do percurso formativo por meio do aproveitamento de disciplinas e de experiências adquiridas.

No aspecto pedagógico a verticalização apresenta o benefício de possibilitar ao professorado “dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação”, incitando procurar práticas pedagógicas múltiplas para estabelecer vínculos verticalizados com diferentes níveis de ensino, com a extensão, a pesquisa e a inovação (PACHECO, 2011, p. 26-27). A verticalização de oferta de cursos no IFC contribui para a promoção da integração da educação básica à educação profissional, da extensão, pesquisa e inovação, em um mesmo campus e grupo de professores.

Desta maneira, os Institutos Federais, enquanto *locus* de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras visando o estabelecimento de novas práticas pedagógicas. Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (científicos, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando diminuir as fragilidades e qualificar as comunidades locais/regionais.

Destaca-se, na gênese dos Institutos Federais, especialmente os objetivos de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; educação profissional articulada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos; e, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Tais ofertas se desenvolvem numa perspectiva de estreita relação com a sociedade e atendimento das demandas sociais, culturais e produtivas regionais, na proposição de democratização e interiorização da educação.

Fundamental para este processo, é a decisão política que percebe que o desenvolvimento move-se a partir das fronteiras abertas ao interior. Permitir que a educação profissional e tecnológica pública e de qualidade chegue aos espaços mais remotos, em certa medida, desconsiderados pelo poder público, é um compromisso inadiável (SILVA, 2012). Precisam ser constantes as observações pelas instituições, das realidades locais/regionais, visando contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento e a disseminação de ações destinadas a melhorar e aperfeiçoar os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais. O olhar atento do IFC às comunidades de seu entorno ratificam o seu compromisso com a sociedade/comunidade, propiciando uma relação mais imediata e que se expressa mediada tanto pelas atividades de Pesquisa e de Extensão, quanto pelos cursos que oferta, favorecendo o reingresso, atualização, aprimoramento do trabalhador ou elevando sua escolarização.

Atendendo a estes objetivos legais, o IFC ao orientar sua política de ensino articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a trabalho, e assume o compromisso de assegurar aos profissionais a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida.

Portilho (2008) debate sobre a formação continuada, destacando que a aprendizagem é um processo inerente ao ser humano e que ocorre durante toda a vida. Por ocorrer ao longo da vida, ela se difere no que diz respeito ao modo como “ampliamos nosso potencial de aprendizagem e no desenvolvimento da habilidade reflexiva que utilizamos para monitorar a nossa própria aprendizagem (PORTILHO, 2008, p. 15); para tanto, demanda um estado de superação constante da dicotomia já naturalizada entre natureza e criação, tendo em vista que “aprender bem ao longo da vida desperta a necessidade de monitorarmos constantemente o nosso nível de compreensão, observando quando é preciso mudar o rumo das nossas estratégias (PORTILHO, 2008, p. 23).

Essa “vigilância” constante de nossos processos de aprender precisam estar articuladas a novas possibilidades, caminhos e tentativas. Aprender ao longo da vida não é somente abrir uma porta que nos insere no século XXI. É prestar contas a nós mesmos, “como alguém que ao aprender se percebe, se constrói, se transforma” (PORTILHO, 2008, p. 23). Nesse aspecto o IFC com sua responsabilidade social, por meio da educação de qualidade referenciada, vislumbra seres humanos cada vez mais capazes

de conviver, de ser tolerantes, solidários, responsáveis pelo mundo como habitação do humano sempre em construção, de tornar-se cidadãos que verdadeiramente transitam entre seus direitos e deveres ensinando, por desses direitos e deveres, a condição humana, a identidade da vida na terra (MORIN, 2000), por meio da consciência humana e ética, movidos pelo sentimento de pertencer à espécie humana.

Além disso, a verticalização dos cursos no IFC viabiliza o compromisso com a formação continuada na perspectiva da formação ao longo da vida. É nesse sentido que assume-se na política de ensino o compromisso com a Educação de Jovens e Adultos e com formação continuada, seja através da qualificação profissional ou pós-graduação.

Na Educação Profissional Técnica de nível médio o IFC defende os currículos integrados que se constituem em instrumentos que viabilizem a compreensão da realidade, tanto do contexto da profissão quanto do contexto social, político, econômico, cultural e científico. Portanto, os cursos técnicos pressupõe a teorização crítica que possibilita ao estudante utilizar conceitos e referenciais teóricos das áreas do saber para compreender e refletir sobre a realidade em que está inserido, “permitindo contatar com maior facilidade dimensões éticas, políticas e socioculturais que as visões exclusivamente disciplinares tendem a relegar a um segundo plano” (SANTOMÉ, 1998, p. 26). Pensar um currículo integrado traz os desafios que se estabelecem ao IFC no sentido de assegurar que seus currículos se mantenham comprometidos com a concepção teórico-metodológica da Educação Profissional Técnica, visando à formação omnilateral dos estudantes como sujeitos para a vida em sociedade.

No que tange a Formação de Professores, o IFC assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para promover de maneira articulada a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, conforme institui a Resolução N° 2, de 1. de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Visando a articulação entre as ofertas nos diversos níveis e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação, o Colegiado Institucional Articulador da Formação de Professores/COFOR.

A formação inicial e a formação continuada de professores visam à preparação e ao desenvolvimento de professores para o magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, o ensino e a aprendizagem, a gestão democrática, a autoavaliação e a avaliação institucional.

O estudo “Atratividade da Carreira Docente no Brasil” (2009), constata a existência de uma queda no interesse em seguir a carreira docente, devido a múltiplos fatores; o IFC como instituição formadora, e objetivando cumprir o estabelecido na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, se firma no compromisso com esta formação preparando profissionais tanto em cursos de licenciatura, quanto em programas especiais de formação pedagógica, que sejam capazes de contribuir para solucionar os desafios inerentes à profissão, por meio de ações pedagógicas inovadoras que objetivem romper com processos organizativos disciplinares e fragmentados que caracterizam historicamente os cursos de formação de professores.

Diante destes compromissos, a curricularização da pesquisa e da extensão vem como política que permite articular a pesquisa como princípio educativo, a extensão como ação dialógica e o ensino como síntese dos três processos. Integrar a pesquisa e a extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

As ações de Ensino propostas pelo Instituto Federal Catarinense estão reguladas pela Lei 11.892/2008, pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre MEC/SETEC e IFC, pelas metas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pelos princípios pedagógicos definidos neste PPI/PDI. Para assegurar o desenvolvimento do ensino, conforme legislação vigente, o IFC traça seu percurso em documentos institucionais próprios como Diretrizes e Organização Didática. Visando garantir identidade institucional na concepção dos cursos, as matrizes curriculares se constituem com unicidade de 75%, para os cursos com a mesma nomenclatura. Nessa unicidade são observados os nomes dos componentes curriculares, a carga horária, bem como suas respectivas ementas.

As Diretrizes estabelecem as concepções, princípios e fundamentos das ofertas do IFC, construídas a partir das discussões no ambiente escolar e na comunidade. Tais documentos orientam o trabalho de organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas, complementando os demais documentos orientadores institucionais e buscando a equidade da aprendizagem e da estruturação acadêmica. Há que se considerar ainda que as diretrizes objetivam também preservar a autonomia institucional e sua proposta pedagógica. Já a organização didática tem por finalidade orientar e reger os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos aos cursos, primando pela distribuição das responsabilidades e participação nos processos decisórios, com objetivo de consolidar na instituição processos de gestão democrática, na constituição dos Colegiados e Núcleos Docentes.

2.2.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados.

Em relação ao sentido filosófico do Ensino Médio Integrado, pauta-se numa concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura. (Ramos, 2010)

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e *práxis* produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio

educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Em relação à concepção de **ciência**, o Documento Base do Ensino Médio Integrado parte da ideia de que esta constitui a parte do conhecimento melhor sistematizado e transmitido para diferentes gerações, que pode ser questionado e superado historicamente, dando origem a novos conhecimentos, deliberadamente expressos na forma de conceitos representativos das relações determinadas e apreendidas da realidade considerada, produzida e legitimada socialmente em perspectiva histórica a partir da necessidade da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

Quanto à **tecnologia**, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A **cultura**, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (BRASIL/MEC, 2007, p.45).

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo os currículos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFC, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Compreende-se como formação omnilateral:

(...) a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (FRIGOTTO, 2012, p.267).

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a formação integral, possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a apreender. Implica

uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

No IFC a Educação profissional Técnica de Nível Médio deve representar, no mínimo, 50% do total das vagas ofertadas, em atendimento à Lei 11.892/2008, ao Acordo de Metas e Compromissos e à Meta 11 do PNE, que objetiva triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

Para o atendimento dessas metas, o IFC ofertará educação profissional técnica de nível médio desenvolvida de forma articulada com o ensino médio e de forma subsequente. Atendendo às determinações da Lei 11.741/2008, a forma articulada pode ser desenvolvida nas seguintes possibilidades:

- I. integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
- II. concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008).

O IFC ao visar a formação omnilateral, na perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, e de modo a atender a legislação, ofertará a educação profissional técnica de nível médio prioritariamente na forma articulada integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio na forma articulada integrada é orientada pelas concepções e princípios das Diretrizes da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do IFC.

Ao estabelecer a formação profissional técnica de nível médio prioritariamente na forma articulada, o IFC não ofertará cursos na forma articulada com concomitância interna, podendo ser realizada a concomitância externa, quando asseguradas as exigências legais e garantias pedagógicas.

Para a oferta de cursos técnicos de nível médio na forma articulada concomitante, em instituições de ensino distintas, os cursos deverão apresentar projeto pedagógico unificado, por isso deverão ser ofertados mediante convênios ou acordos de intercomplementaridade, que permitam e assegurem o planejamento e desenvolvimento desse projeto pedagógico unificado na forma integrada. Os cursos assim desenvolvidos, com projetos pedagógicos unificados, devem visar simultaneamente aos objetivos da Educação Básica e, especificamente, do Ensino Médio e também da Educação Profissional e Tecnológica, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e os princípios das Diretrizes da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio Integrado do IFC. Ainda, estes cursos devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola,

educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância

Quanto aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma subsequente, destinam-se àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. Nesse caso, a conclusão do Ensino Médio é condição necessária para a obtenção do diploma de técnico cabendo à instituição de ensino alertar os estudantes e estimular a continuidade dos estudos dos que não estejam cursando o Ensino Médio.

Destaca-se que a oferta de cursos na forma subsequente, caso o diagnóstico avaliativo evidencie necessidade, poderá demandar a introdução de conhecimentos inerentes à Educação Básica para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico, de modo a garantir o perfil profissional de conclusão.

As concepções, os princípios e a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente atenderão às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e demais resoluções internas.

2.2.2 Educação de Jovens e Adultos

A modalidade de educação de jovens e adultos, no Brasil, perpassa um cenário de exclusão. Não se constituiu como predominante na sociedade brasileira a transição do jovem para o mercado de trabalho após finalizada a escolaridade básica, mas, especialmente, o ingresso precoce deste no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. Esses jovens e adultos excluídos do sistema de ensino por diversas razões (gênero, etnia, classe) representam as múltiplas ausências que a sociedade brasileira, excludente, relega para grande parcela da população desfavorecida economicamente, socialmente e culturalmente (BRASIL, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), consoante com a nova LDB (9394/96), apontam, então, três funções como responsabilidade da educação de jovens e adultos: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar), qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida).

Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos

indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB no 11/2000).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio avançam ao estabelecer que a Educação de Jovens e Adultos são articuladas, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, com objetivo de propiciar simultaneamente a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional Técnica de nível médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre

formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação. “Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas 'profissional' (dimensão técnica), mas sempre 'social' (dimensão sociolaboral)” (BRASIL, 2007, p. 46).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, é um dos Programas desta Política. O PROEJA tem como objetivo integrar ou articular a educação (formação) profissional à educação básica de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares.

O Programa tem seu projeto educacional fundado na “integração entre trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições para o efetivo exercício da cidadania” (BRASIL, 2007, p. 7). Esta formação específica e continuada é uma necessidade permanente para os jovens e adultos trabalhadores, retomando assim os princípios ético-políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, à formação humana e a busca de universalização do ensino médio, com vistas à elevação da escolaridade.

Cumprindo a função social desta Instituição que é a de atender esse público que não teve a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluiu na faixa etária regular indicada na legislação brasileira e, considerando a Meta 10 do PNE 2014-2024 que determina que sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, bem como o que está previsto no decreto 5.840/2006, o IFC ofertará esta modalidade de ensino em todos os campi.

Os projetos pedagógicos destinados a este público e modalidade se constituem da integração curricular entre Educação Básica e Profissional, com projetos unificados e/ou integrados considerando as especificidades e singularidade deste público. Nesta perspectiva, entende-se que o aprendizado não ocorre somente no espaço escolar, pois a Educação de Jovens e Adultos atende a um público que possui uma vasta bagagem de conhecimento empírico, construído de forma difusa e não-sistemática e que deve ser levado em consideração na construção de novos conhecimentos.

2.2.3 Educação Superior – Graduação

Os cursos de Graduação ofertados pelo IFC, como um dos níveis de formação profissional, visam garantir uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal.

A oferta deste nível de ensino aspira à universalidade e é definida por sua autonomia intelectual e pelo ideal de democratização do conhecimento. Tem por objetivo garantir o direito dos cidadãos ao ingresso no nível superior, pois, na qualidade de direito, este deve ser universal. Enquanto instituição pública, de acordo com Chauí (2003, p. 12), esta garantia perpassa “tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo

os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada”.

Assim como os demais, a educação superior representa um dos níveis educacionais que compõem o sistema educativo. Está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e caracteriza-se, principalmente, pela ênfase na formação profissional em diferentes áreas do conhecimento. De acordo com o art. 43 da LDB (9394/96), são finalidades da educação superior:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII. atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Ainda, os Institutos Federais devem promover esta oferta educacional de acordo com a Lei 11.892/08, que define:

- I. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- II. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- III. cursos de bacharelado, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- IV. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- V. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Esta oferta é ratificada pelo PNE (2014-2024) nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente: da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da elevação da qualidade da Educação Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; e, finalmente, da elevação gradual do número de matrículas pós-graduação stricto sensu.

O curso superior de **Tecnologia** deve contemplar a formação de um profissional apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional e deve ter formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, desenvolvimento da capacidade empreendedora, manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais. A permanente ligação dos cursos de tecnologia com o meio produtivo e com as necessidades da sociedade colocam o IFC em uma excelente perspectiva de contínua atualização, renovação e auto reestruturação.

Os cursos de **Bacharelado** objetivam a formação do profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo. Delineia-se, assim, o perfil de um profissional capacitado a compreender e a produzir novas tecnologias em áreas específicas, atuando crítica e criativamente na identificação e na resolução de problemas. Em atendimento às demandas da sociedade, essa formação, sob perspectiva ética e humanística, prioriza aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Os cursos superiores de **Licenciatura** objetivam a formação de professores para a Educação Básica e Educação Profissional, no desafio de desenvolver metodologias que estabelecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada. O IFC, assim, contribui para o atendimento das demandas regionais na formação inicial de professores para Educação Básica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Propõe-se nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio da inserção do estudante no espaço escolar, de ambientes de aprendizagem, de projetos integradores interdisciplinares e da pesquisa e processos educativos estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à educação básica e profissional.

2.2.4 Educação Superior - Pós-graduação

A política de Pós-Graduação do IFC está intimamente relacionada às políticas de ensino, pesquisa e extensão, afinal a pós-graduação é o campo do setor acadêmico que se alimenta dos cursos de graduação e técnicos e os retroalimentam em uma relação dialógica e de interdependência. Os cursos de Pós-Graduação são o fator qualitativo da pesquisa acadêmica e da inovação, bem como base para fortalecer e consolidar os grupos de pesquisas, que se dinamizam na medida em que se robustece a rede de relações acadêmicas. Ademais, é por meio do recorte de ação atribuído à Pós-Graduação que emerge a ação da extensão, compreendida como a complementação e realimentação do saber por meio da interação dialógica entre a instituição e a sociedade e entre práticas pedagógicas integradoras e interdisciplinares.

A oferta dos cursos de Pós-Graduação no IFC se orienta pelo Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento da Instituição, por meio dos quais são estabelecidas as possibilidades/oportunidades de crescimento e expansão da oferta de cursos, considerando: a diversificação dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; as situações de crises econômicas que podem resultar em novos arranjos das forças produtivas e a busca pela inovação, abrindo possibilidades nos campos da pesquisa, inovação tecnológica e formação/qualificação profissional e demandas sociais por Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu; as condições infraestruturais da instituição, tanto físicas como de pessoal, para atendê-las; a verticalização da oferta de cursos, visando o melhor aproveitamento dos recursos existentes e o Plano Nacional de Pós-Graduação.

A Pós-graduação representa atualmente uma importante atividade das Instituições de Ensino Superior responsável pela formação de profissionais altamente especializados e contribui significativamente com a produção científica dessas instituições. Ao mesmo tempo é responsável por considerável volume de aportes financeiros externos que fomentam o desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas, a inovação e a transferência de tecnologias. Assim, é de fundamental importância o desenvolvimento da política de pós-graduação direcionando os esforços institucionais no sentido da qualificação e ampliação dos saberes e práticas instalados na instituição e em sintonia com as demandas oriundas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

A Política Nacional de Pós-graduação, expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES 2011-2020) trata, entre outros temas, da importância da avaliação da pós-graduação, da inter (multi) disciplinaridade, da internacionalização e da interiorização da oferta, ao mesmo tempo em que lança o desafio da educação básica para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e sugere a indução da pós-graduação em determinadas áreas, visando um alinhamento com as políticas nacionais e, concomitantemente, centradas nas questões locais e regionais.

A política institucional de pós-graduação se apropria desses princípios e diretrizes, os quais também estão em sintonia com os objetivos e diretrizes de criação dos Institutos Federais, tanto no planejamento da expansão da oferta de cursos de pós-graduação, quanto nas ações para a consolidação dos cursos e programas existentes. Para tanto, são estabelecidas formas de acompanhamento dos grupos de pesquisa instituídos, com o fim de diagnosticar áreas de conhecimento com potencial para a abertura de novos cursos de pós-graduação, assim como, o estabelecimento de mecanismos de apoio e de avaliação da pós-graduação, com o fim de consolidar os cursos existentes, detectar os pontos fracos a serem corrigidos e possibilitar o compartilhamento das experiências exitosas entre os cursos e programas.

O IFC deve estimular, orientado pela política de verticalização dos processos formativos, as iniciativas para a criação, manutenção e consolidação de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, preferencialmente profissionais, que atendam às necessidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e, às necessidades de superação de crise e que viabilizem novas possibilidades vocacionais das regiões.

A pós-graduação *lato sensu* compreende cursos e programas de especialização ou equivalentes. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* objetivam a formação continuada dos profissionais portadores de diploma de nível superior, por meio da especialização em subáreas de sua formação ou em áreas correlatas, assim como, promover a atualização profissional quanto aos avanços da produção científica, técnica, tecnológica e cultural.

A importância desses cursos reside na complementação da formação profissional obtida em cursos de graduação, no aprofundamento dos conhecimentos e habilidades, no desenvolvimento de processos, produtos e serviços pautados pela inovação, na atualização e complementação da formação de professores da educação básica e na contribuição com o atendimento das demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. O IFC estimula e apoia os programas institucionais *lato sensu*, que são cursos planejados para atender demandas regionais consideradas estratégicas e que articulem, em seu projeto pedagógico, uma formação comum e eixos de formação com especialidades diferenciadas dentro de uma área de conhecimento,

Já a pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de mestrado e doutorado regulares, acadêmicos ou profissionais, por meio de programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu*, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão. Os cursos acadêmicos e profissionais se diferenciam em função do público-alvo, da estrutura curricular e do trabalho final para a conclusão do curso, sem se diferenciar, no entanto, quanto ao rigor conceitual e metodológico inerente à produção científica. O IFC incentiva a adesão aos cursos de mestrado profissional em rede, como forma de possibilitar a verticalização, especialmente, dos cursos de licenciatura, tendo em vista a demanda potencial, existente no interior do estado de Santa Catarina, decorrente das disposições contidas no Plano Nacional de Educação, assim como, considerando a distribuição dos campi do IFC e as perspectivas de interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

Os programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu* são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade. Abrangem atividades acadêmicas e científicas conectadas a uma ou mais áreas do conhecimento e têm por objetivos a formação de pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão e para a produção e difusão de conhecimentos filosóficos, científicos, culturais e artísticos, técnicos e tecnológicos, conduzindo à obtenção de grau acadêmico.

As formas, os fluxos e as normas para a proposição, a oferta e o funcionamento dos cursos de pós-graduação lato e *stricto sensu* do IFC são definidos em regulamento próprio, observada a legislação vigente.

Ademais, é parte das ações de pós-graduação o apoio à capacitação dos servidores do IFC. Uma dessas ações passa por oportunizar a possibilidade de vagas em mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter), de caráter multidisciplinar, oferecidos com a anuência da CAPES, tanto a docentes como a técnico-administrativos, atendendo à diversidade de áreas de formação dos servidores. Outra ação do IFC é o Prodoutoral, ofertado com apoio da CAPES, cujo objetivo é estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das instituições de ensino, de modo a apoiar esforços institucionais para a capacitação e para o aprimoramento da qualificação dos docentes, visando a consolidação de grupos de pesquisa e a formação de programas de pós-graduação. O Prodoutoral se caracteriza por favorecer a mobilidade dos bolsistas durante o tempo de duração da capacitação docente, bem como a dos orientadores, como forma de integração entre as instituições participantes.

2.2.5 Qualificação Profissional

Por meio da qualificação profissional, o IFC se integra à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural. Para isso, os cursos ministrados pautam-se em objetivos capazes de consolidar de forma exitosa ações previstas na superação das diferenças socioeconômicas.

Bastos (2006), demonstra que a qualificação profissional é um fator importante tanto para as conquistas, quanto para os problemas que os indivíduos enfrentam na sociedade complexa atual, na qual as nações atravessam o inquieto movimento de transitar entre espaços locais, regionais, nacionais e internacionais, seja no âmbito profissional ou pessoal. Diferentes agentes estão envolvidos nesse processo e assim emerge a necessidade de diagnosticar as realidades, orientar a superação dos obstáculos referentes aos processos de qualificação em constante desafio, tanto pela construção de novos perfis profissionais, quanto no próprio processo de extinção e criação de

profissões. Defende, também, uma heterogeneidade nas compreensões e na utilização da ideia de qualificação, organizado em três principais aspectos: a necessidade de um agrupamento de características que envolvem rotinas de trabalho, que se expressam pelas capacidades adquiridas ao longo do processo; aquelas que aparecem como decorrência da autonomia adquirida pelo trabalhador e aquela pensada como uma construção social complexa, contraditória e determinada por variados fatores.

Para tanto é mister relacionar as ideias de educação e de trabalho como complementares e articuladas. A qualificação profissional é basilar considerando que o trabalho é uma maneira do indivíduo ser inserido na sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) já orienta que na educação básica é preciso materializar as condições de cidadania que envolvem educação e trabalho: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, Lei n. 9.394, Art. 22, 1996).

No que tange ao IFC a formação de trabalhadores para o ingresso ou reingresso no mundo do trabalho, para qualificação e atualização/aprimoramento profissional, e/ou para elevação de escolaridade do trabalhador se materializa por meio da oferta de cursos de Qualificação Profissional de livre oferta, que compreende a Formação Inicial, curso para atuar em uma área profissional específica do mundo do trabalho, e a Formação Continuada, curso que aprimora, aprofunda e atualiza os saberes relativos a uma área profissional.

A Qualificação Profissional tem, portanto, como característica a constante modernização das programações e matrizes curriculares permitindo ao público o acesso gratuito à aprendizagem de novos conhecimentos e atualização de saberes com foco no desempenho de uma função/atividade específica. As ofertas dos cursos são destinadas a pessoas com escolaridade variável, ampliando o atendimento ao perfil do ingressante, com curto período de tempo o que permite a aplicação imediata dos conhecimentos adquiridos.

2.2.6 Educação a Distância

A concepção pedagógica da EaD no IFC fundamenta-se na construção do conhecimento por meio da mediação e comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente. A comunicação e a mediação no cenário da educação são facilitadoras e enriquecedoras do aprendizado. Para Kenski (2008):

[...] o processo da comunicação humana com finalidades educacionais transcende o uso de equipamentos e se consolida pela necessidade expressa de interlocução, de trocas comunicativas. Vozes, movimentos e sinais corporais são formas ancestrais de manifestações humanas no sentido da comunicação, visando à aprendizagem do outro ser” (KENSKI, 2008, p. 651).

Dessa forma, a interação na EaD, diferente do mero repositório de conteúdos, oportuniza a construção de um aprendizado cooperativo e colaborativo de forma que a metodologia, o design e o acompanhamento de atividades de aprendizagem considere como valores essenciais a autonomia do estudante, a aprendizagem social e a articulação entre currículo e vida profissional (contemplado nas diferentes atividades de aprendizagem).

A prática pedagógica dialoga com a base epistemológica ao compreender que o estudante possui papel ativo na construção do conhecimento, partícipe do processo de mediação do pensamento, da experiência e da ciência por meio de sua consciência, seu contexto histórico, cultural, político e social, bem como, pelas interações com os diferentes atores envolvidos, materiais e conteúdos. Resulta desta prática pedagógica enquanto aprendizado ativo, interativo e participativo um

[...] processo de construção do conhecimento que se dá por meio de um movimento complexo, no qual os sujeitos interagem entre si, mas também com as informações, processando-as para a partir de seus enquadramentos e de suas possibilidades cognitivas se apropriarem dos conteúdos acessados (GOMES, 2008, p.1)

Como ressonância deste processo pedagógico, novas relações e novas formas de comunicação entre os sujeitos, sobretudo na criação e construção do conhecimento, são constituídas. Trata-se de relações baseadas na linguagem dialógica e nas diferentes formas de organização e ações colaborativas. De acordo com Moran (2012), são eixos basilares para uma educação inovadora, por meio da tecnologia: “conhecimento integrador e inovador; desenvolvimento da autoestima e do autoconhecimento (valorização de todos); formação de alunos empreendedores (criativos, com iniciativa); construção de alunos cidadãos (com valores individuais e sociais)” (MORAN, 2012, p.148).

Na Educação a Distância os mecanismos de interação entre os sujeitos são promovidos pelo agrupamento das estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), com procedimentos e formas de utilização das mídias com vistas ao processo de aprendizagem colaborativa. As tecnologias e mídias se constituem, assim, em recursos didáticos diversos tais como os ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns de discussão, chats, tecnologias de telefonia, videoconferências, webconferências, objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes físico ou eletrônicos, dentre outros. Por meio destes, a mediação e a interação pode acontecer com a interlocução dos atores em tempo real, de forma síncrona, como pode ocorrer também a comunicação sem que os atores estejam conectados no mesmo momento, de forma assíncrona, portanto. Os atores a que se refere são a equipe docente, de tutores e os estudantes que se inter-relacionam durante o desenvolvimento do curso e/ou da Unidade Curricular, em um processo comunicacional colaborativo, independente do distanciamento físico ou não entre professores e estudantes.

O uso inovador da tecnologia aplicado à educação, e mais especificamente, à educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento (MEC/SEED, 2007, p. 9).

A EaD, enquanto importante metodologia e modalidade de ensino, a partir de suas especificidades, pode viabilizar projetos de permanência e êxito que otimizem tempo e espaço dos estudantes e concretizar o compromisso de investimentos com as tecnologias educacionais e de comunicação virtual. Nesta perspectiva, segundo Moran (2002) o conceito de presencialidade se altera a partir do avanço das tecnologias de comunicação virtual, conectando pessoas fisicamente distantes. “Caminhamos rapidamente para a flexibilização progressiva e acentuada de cursos, tempos, espaços, gerenciamento, interação, metodologias, tecnologias e avaliação”. (MORAN, 2012, p. 147).

Considerando a abordagem sistêmica, fundamentada nos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância (2007), ressalta-se a importância dos aspectos relacionados ao modelo pedagógico, aos recursos humanos e a infraestrutura adequada ao funcionamento da modalidade, com observância aos seguintes itens: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, sistemas de comunicação, material didático, avaliação, equipe multidisciplinar, infra-estrutura de apoio, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira.

Neste sentido, o IFC passa a observar os aspectos pedagógicos e legais da EAD para a estruturação de cursos ou a oferta de componentes curriculares nesta modalidade. A instituição está credenciada para a oferta de cursos EAD pela Portaria 919/2017 e pode ofertar 20% da carga horária de seus cursos presenciais com o uso da metodologia de educação a distância. Considerando a diversidade de modelos e, a fim de implantá-los, há a necessidade da composição de uma equipe profissional multiprofissional dedicada à organização e funcionamento de cursos nessa modalidade. De acordo com o documento dos Referenciais de Qualidade para EaD (2007), compreende-se que “qualquer que seja a opção estabelecida, os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade: docentes; tutores; pessoal técnico-administrativo”. (MEC/SEED, 2007, p.19)

O IFC passa a constituir o Centro de Educação a Distância (CEAD) com equipe multiprofissional cujas atribuições incluem a gestão administrativa, pedagógica, tecnológica e de tutoria acadêmica dos cursos e programas ofertados na modalidade. O CEAD tem como principais responsabilidades o planejamento e o fomento da oferta de cursos, organização do AVEA/Moodle – Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, o apoio à elaboração de materiais didáticos e o atendimento a estudantes. Ainda, busca superar o desafio de incorporar tecnologias de informação e comunicação nos processos educativos para possibilitar e estender aos diferentes níveis de ensino as formas de aprendizagens individuais e, sobretudo, coletivas. Entendemos que estas aprendizagens se constroem por meio das práticas pedagógicas colaborativas presentes no processo de democratização de acesso e de formas de aprendizagem inerentes à EaD.

2.2.7 Programas e Projetos de Ensino

Considerando que a construção do conhecimento ocorre em tempos, espaços e movimentos formais e não formais de ensino, o IFC implementa programas e projetos com vistas ao fortalecimento do ensino e da aprendizagem, compreendendo a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e da formação profissional. Estas se consubstanciam em diferentes ações e programas:

- Projetos de Ensino: enquanto conjunto de ações de ensino e aprendizagem, de trabalho educativo e/ou de intervenção, de atualização ou retomada de conteúdos, de dinamização dos componentes curriculares, bem como de prática profissional, voltados aos discentes dos cursos regulares ofertados pelo IFC, por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares ou complementares, sob a orientação de docente ou técnico administrativo. São exemplos de projetos de ensino: palestras, encontros, oficinas, minicursos, jornadas, workshop, treinamentos esportivos, grupos de estudo, atividades de laboratório, cursos, atualizações, nivelamentos, formações, produção de material didático, entre outros.

- Monitoria: tem a finalidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, assim como promover a cooperação mútua entre discentes, técnico-administrativos com formação na área da monitoria e docentes e permitir ao estudante a experiência com as atividades técnico-didáticas.

- PIBID: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência oferece bolsas aos estudantes de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

- RP: o Programa Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso, acompanhado por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientado por um docente da sua Instituição Formadora.

- PET: o Programa de Educação Tutorial desenvolvido por grupos de estudantes sob a tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior, é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial, com oferta de bolsa ao estudante participante.

- Cães-Guia: a política de estruturação dos Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia (CFTICG) tem o compromisso de disponibilizar esse recurso de assistência animal, conforme disposto no Art. 20 da Convenção, na qual os Estados partes deverão tomar medidas efetivas para assegurar às pessoas com deficiência visual, sua mobilidade pessoal com a máxima independência possível. Dessa forma, objetiva-se tornar referência na formação de treinadores/instrutores e na formação de duplas (pessoas com deficiência visual e cão-guia), além de atender a demanda da grandiosa carência de mão-de-obra qualificada de treinadores e Instrutores de Cães-guia, por meio da Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- CERTIFIC: o Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes constitui-se como instrumento para atender os trabalhadores, jovens e adultos, que buscam o reconhecimento formal e a certificação dos saberes, conhecimentos e competências profissionais, para fins de prosseguimento de estudo e/ou exercício profissional.

- PARFOR: o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é uma ação da CAPES que visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula.

- Mulheres Mil: O Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – era integrante do Plano Brasil sem Miséria para a consolidação de políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, estruturado nos três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento. Em Santa Catarina, as ações do programa foram executadas pelo IFC e também pelo IFSC. A Portaria N° 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil com foco na promoção da equidade, inclusão social, acesso à educação de qualidade e ao mundo do trabalho, cidadania e desenvolvimento local.

Vigilante às políticas de fortalecimento do ensino e da aprendizagem, o IFC mantém-se atento a novos programas de fomentos internos/externos, ampliando constantemente sua adesão a estes a fim de estendê-los aos estudantes.

Para além dos programas, atividades que visam a integração dos estudantes e experiências em artes, cultura, esporte e lazer são fomentadas pelo IFC com destaque a eventos esportivos e culturais, feiras e olimpíadas de conhecimento e estímulo à participação em atividades científicas e de extensão.

2.3 Política de Extensão

No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível a própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas da comunidade, visando atender a concretude dos processos formativos. É preciso ressaltar, a relevância da extensão para a renovação da prática e métodos acadêmicos. As atividades extensionistas quando desenvolvidas em diálogo com a comunidade colaboram para superar a repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade. Neste sentido, o IFC empenha-se na superação da desigualdade, fator que ainda gera exclusão dentre os cidadãos. Socializar o

conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, os Programas, Projetos e Ações da Instituição devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação.

As políticas públicas de extensão são garantidas a partir Constituição Brasileira (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que determina 10% da carga horária dos cursos em curricularização da extensão e das Diretrizes Nacionais de Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito da Rede EPCT e do IFC, a extensão é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage.

Assim conceituada e à luz da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, as diretrizes de extensão do Instituto Federal Catarinense são:

I. Interação dialógica: pretende-se fazer ações COM a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois entende-se a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação.

II. Indissociabilidade com o ensino, pesquisa e inovação: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

III. Impacto e Transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem aporte decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a apropriação de compromissos éticos e sociais; ademais, entende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia da comunidade, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

IV. Interdisciplinaridade: busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas cf. FORPROEXT: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

V. Avaliação formativa: propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação

tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

A política perpassa todas as modalidades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais, sejam aquelas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, ou aquelas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros. As modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são:

- Programas: constituirá de um conjunto de ações de caráter orgânico institucional, com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino, pesquisa e inovação.
- Projetos: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, discentes, e a comunidade, com prazo definido, sendo projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos e de grupos de estudos.
- Serviços, produtos e processos tecnológicos: atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo.
- Eventos: constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia.
- Estágio e emprego: compreende ações que visam à inserção dos alunos do IFC no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego do setor produtivo. O estágio deve atender ao perfil de egresso da formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional.
- Produção e publicação: elaboração de materiais didáticos, tais como livros, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros, articuladas com às Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa-Inovação e de Extensão;

Em suma, a política de extensão do IFC resulta na responsabilidade social coletiva (estudantes, servidores e comunidade em geral) com a participação de todos para uma formação profissional capaz de compreender a educação como processo social emancipatório que proporciona para os cidadãos o exercício consciente da cidadania.

2.3.1 Atividades de Extensão

As atividades extensionistas são desenvolvidas mediante a participação da comunidade externa, alunos e servidores, tanto docentes quanto técnicos administrativos em educação. Podem contar com fomento interno ou externo e ser desenvolvidas nos *campi*, nas comunidades, nos ambientes de entidades parceiras, dentre outros.

Quando vinculadas a projetos de pesquisa, as atividades extensionistas articulam-se com experimentações, desenvolvimento de unidades demonstrativas, testes, modelagens e outras formas de geração de produtos ou metodologias.

As atividades extensionistas caracterizadas como projetos de intervenção são consideradas prioritárias. Entende-se por projetos de intervenção aqueles que são propostos para a resolução de um problema social, econômico e/ou ambiental, voltados para a indução do desenvolvimento socioeconômico regional, o atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a resolução de problemas ambientais e o desenvolvimento de tecnologias sociais. Envolvem arte e outras formas de cultura elaborada, educação, emprego, renda, sociedade, esporte, saúde e outros temas, com a promoção de práticas empreendedoras e de inovação tecnológica.

Os cursos ofertados, as pesquisas aplicadas e a extensão tecnológica, quando comprometidos com os Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais (APLs), são igualmente linhas de ação objetivas e contínuas de intervenção na comunidade. Os APLs são, convencionalmente, considerados como concentrações de produtores ou empresas de mesmo ramo de atividade, atores culturais e sociais pertencentes a uma região, que interagem entre si e com outros atores públicos e privados por meio de uma estrutura de governança comum, sendo relevantes para o desenvolvimento local. Na perspectiva social e cultural, os APLs incluem as atividades potenciais e latentes da comunidade.

A formação para a comunidade se dá por meio de curso de extensão, estágios, visitas técnicas, eventos, transferências de tecnologia, incubação de empresas e suporte a empresas júnior definidas a partir de demandas advindas tanto da comunidade quanto das condições de oferta das Unidades do IFC, *Campi* e Reitoria.

Servidores, estudantes e comunidade externa são incentivados a elaborar e executar atividades de extensão no âmbito de seu município, fora ou para além dele, especialmente quando se trata de formação profissional, desenvolvimento do empreendedorismo com geração de emprego e renda, e atendimento a demandas específicas alinhadas com o perfil de atendimento dos *Campi*, na forma de ações presenciais ou a distância.

2.3.2 Parcerias

Parceria é a forma pela qual o IFC realiza colaboração mútua em que as partes buscam a realização de um objetivo comum com atividades definidas. As parcerias com o setor produtivo, educacional, cultural e social com instituições governamentais e não governamentais se materializam por meio de acordos, convênios, termos de descentralização e ações conjuntas de desenvolvimento de programas, projetos e ações específicas diante das demandas apresentadas. Envolvem o atendimento a políticas já estabelecidas, a captação de recursos externos, a disponibilização de infraestrutura e recursos próprios para as ações em favor do desenvolvimento local e regional. As parcerias são estabelecidas de forma abrangente e sistêmica, entre o IFC e empresas ou instituições. O IFC conta atualmente com diversas parcerias, das quais resultam tanto ações de extensão quanto de ensino, pesquisa e inovação.

2.4 Política de Pesquisa e Política de Inovação

Um dos desafios da educação profissional e tecnológica consiste em buscar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. A pesquisa, que em seu sentido etimológico, de perquirir, é uma ação intencional de procurar conhecer algo com afinco, por meio da indagação, inquirição, investigação e averiguação, constitui-se em um caminho de excelência para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Inserida no contexto da educação profissional e tecnológica, a pesquisa: estabelece estreita relação com as demais atividades de formação, como o ensino, a extensão e a inovação; permeia as relações entre os processos formativos e o contexto em que os mesmos ocorrem; acontece em situações e níveis de profundidade e de rigor diversos, considerando o princípio da verticalidade dos processos educativos – da qualificação profissional até a pós-graduação *stricto sensu*; articula os saberes e práticas instituídos com as situações desconhecidas, constituindo-se em princípio educativo; e, busca promover melhorias às condições de vida das pessoas, por meio da inovação e da transferência de conhecimentos e tecnologias às comunidades atendidas.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente.

Alinhada às concepções e princípios apresentados neste documento, a política de pesquisa e inovação do IFC organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei 11.892/2008, quanto à finalidade e características dos IFs: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.” (BRASIL, 2008). Na mesma lei, um dos objetivos dos IFs é o de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.” Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático, criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade.

Tais procedimentos podem ser desenvolvidos com a criação de novos produtos e/ou procedimentos extensíveis à comunidade visando o desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, a ideia de Lukács (1978), a respeito de mover-se e ser movido, por meio dos questionamentos, possibilita que também por meio da pesquisa e de seus resultados seja possível intervir na realidade e modificá-la.

Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem campus instalado. Assim, os processos de verticalização dos cursos, a produção do conhecimento, a implantação de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas, integradas ao ensino, à extensão e à inovação, são elementos necessários para o fortalecimento institucional, uma vez que entre os objetivos dos IFs está a oferta de “[...] cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que

contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.” (BRASIL, 2008).

A política de pesquisa do IFC também se alinha ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, pois que atende aos seus princípios, em que se destacam: a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; a promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade; a redução das desigualdades regionais; a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; a promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação; dentre outros (BRASIL, 2016)

Nestes termos, de acordo com o Regulamento das Atividades de Pesquisa, no âmbito do IFC os objetivos são:

- I – Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores a conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade e de seus segmentos;
- II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico;
- IV – Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado a curiosidade e investigação científica;
- V – Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como, promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual;
- VI – Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a iniciação científica e tecnológica, bem como, subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação .

Para fomentar o desenvolvimento de pesquisas entre servidores e alunos é ofertado o Programa de Bolsas regulamentadas por dispositivos internos específicos, em consonância às orientações nacionais. As bolsas de pesquisa são distribuídas em cotas, para alunos do ensino médio e da graduação para estimular o desenvolvimento de pesquisas orientadas por servidores da instituição. Deste modo, o programa de bolsas de iniciação científica e tecnológica possui as seguintes modalidades:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que disponibiliza bolsas para estudantes de graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), destinadas a participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no Ensino Superior;

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) para estudantes do Ensino Superior e voltado ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC-EM, para estimular a iniciação científica dos estudantes do ensino técnico;
- Bolsas de Pesquisa Internas do IFC, para alunos de graduação distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição;
- Bolsas de Pesquisa Internas do IFC, para alunos do ensino médio conforme disponibilidade financeira da instituição.

O IFC, além disso, desenvolve um programa de apoio a produção e publicação científica, em que se destacam as seguintes ações realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:

- Fomento a projetos de pesquisa, destacando-se a chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- Apoio à publicação de artigos em periódicos científicos e apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- Apoio à publicação de livros, manuais e congêneres na Editora do IFC;
- Apoio à realização de eventos técnico-científicos; dentre outros.

Estas iniciativas buscam privilegiar o desenvolvimento de pesquisas que além da produção de conhecimento contemplem a interdisciplinaridade entendida “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (DEMO, 1997, p. 88-89). Nesta perspectiva, por meio da colaboração entre servidores/pesquisadores torna-se possível articular redes de pesquisa envolvendo servidores e estudantes dos vários campi na perspectiva da colaboração, no compartilhamento de processos e materiais e dos resultados.

Para o CNPq as “Redes de pesquisa visam impulsionar a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do intercâmbio de informações e, sobretudo, da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns, podendo ou não haver compartilhamento de instalações.” (BRASIL, 2018). No contexto do IFC, as redes de pesquisa são uma importante forma de colaboração que permitem ampliar a rede de conhecimentos para vários campi e comunidades.

A inovação, particularmente, é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, extensão e pesquisa, tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para os problemas locais. A Política de Inovação, sintonizada com a Política de Pesquisa, trata de modo mais específico dos aspectos relativos à inovação, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e de conhecimento, às criações e produções científicas e tecnológicas do IFC, aos direitos delas decorrentes, ao empreendedorismo, à prestação de serviços, à inovação/tecnologia social e à cooperação, tendo por base as seguintes diretrizes:

- I. A promoção de ações de incentivo à inovação científica e tecnológica visando contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do estado e do país;
- II. A difusão dos conceitos e demais aspectos relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à importância estratégica para a proteção dos direitos decorrentes, como fator de desenvolvimento institucional;
- III. A transferência de tecnologia/conhecimento protegida e pertencente ao IFC, visando a sua efetiva aplicação junto à sociedade;
- IV. O apoio às ações institucionais voltadas ao empreendedorismo, tais como Incubadoras, Centros de Inovação, Parques Tecnológicos, entre outros arranjos;
- V. A formação de alianças cooperativas e interinstitucionais para a criação de ambientes voltados à inovação científica e tecnológica.

A Política de Inovação alinha-se, portanto, ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, cujos princípios mais diretamente afetos são: estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País; incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs; apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo, dentre outros.

Cabe destacar que a Política de Inovação do IFC a concebe em duas perspectivas: a tecnológica, quando orientada à criação e/ou melhoria de processos, produtos e serviços de interesse do setor produtivo; e social, quando orientada à melhoria das condições de vida de grupos sociais e desenvolvidos em interação com a comunidade, tendo em vista estabelecer mecanismos de transformação social. Além disso, na perspectiva da inovação social, parte-se da premissa de que a tecnologia correspondente, a tecnologia social, deve ser apropriada pela população-alvo.

As ações desenvolvidas são voltadas para: gestão da propriedade intelectual produzida no IFC; acompanhamento e apoio aos projetos diagnosticados com potencial de inovação; realização de palestras e treinamentos aos servidores do IFC sobre temas relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia; intermediação entre as demandas identificadas junto à sociedade e a capacidade institucional de atuação; orientação e acompanhamento dos processos de transferência de tecnologia; dentre outros.

2.5 Política de internacionalização

Tendo em vista as profundas transformações sociais dos últimos anos no que tange aos inúmeros avanços tecnológicos em várias áreas do conhecimento e a consequente transposição das fronteiras físicas no âmbito educacional, faz-se necessário que as Instituições de ensino brasileiras, dentre elas o IFC, tenham clareza de seus interesses institucionais frente ao processo de internacionalização da Educação.

Assim, repensar as atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação num mundo globalizado, intercultural e conectado, é um pré-requisito para inserção do IFC no seleto grupo de instituições de ensino de classe mundial, o que implica pensar uma agenda de cooperação internacional que vise a construção colaborativa do conhecimento

e sua aplicabilidade nos arranjos produtivos locais, sociais e culturais em que os campi do IFC estão localizados.

Para isso, é estratégico que sejam criados laços de cooperação e solidariedade com os países fronteiriços, de Língua Portuguesa, da América Latina e do Hemisfério Sul (cooperação Sul-Sul), sem desconsiderar, no entanto, relações de intercâmbio com os países de outros continentes interessados em troca de conhecimento, ressaltando o papel do IFC na promoção da integração regional, do desenvolvimento de políticas de cooperação e intercâmbio, em consonância com a lei de criação das instituições da Rede EPCT. Desta forma, o IFC assume o compromisso de expandir a inserção internacional de excelência da instituição, bem como, internalizar a importância de uma Instituição multicultural que estimula a proximidade espacial, a convivência com as diferenças e a composição sócio-cultural dos diferentes países.

A concepção da política de internacionalização está fundamentada nas relações entre culturas, estreitando os laços entre o global e o local. Esta interação reafirma, perante o cenário internacional, posições fraternas entre pessoas de diversas nações, que buscam relações acadêmicas de solidariedade, de promoção humana e de desenvolvimento de uma economia global mais justa. Portanto, tem como propósito fomentar a inovação e as parcerias internacionais permeadas pelas relações solidárias além fronteiras, que reforcem a dignidade e a emancipação dos povos.

Nesta perspectiva, a inovação, tanto tecnológica, quanto social, emerge como o motor desse processo de transformação, levando a pesquisa à sociedade e atuando como fonte de resolução de problemas e abertura de novas possibilidades de interação com os arranjos produtivos, governamentais e com a própria sociedade. Consequentemente, a Política de internacionalização do IFC visa a criação de mecanismos de cooperação que possam gerar empreendimentos que possibilitem a atuação da Instituição como vetor do desenvolvimento econômico e social da sociedade, ampliando, assim, suas missões básicas de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

A Internacionalização, como intercâmbio de conhecimentos e aprimoramento de estudantes, professores e técnicos administrativos, desenvolve a cooperação científica e tecnológica no sentido de ampliar a qualidade da pesquisa e inovação. Para tal, é necessário incentivar a atuação dos grupos de pesquisa institucionais em redes internacionais, especialmente, considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Além disso, o processo de internacionalização das instituições de educação, ciência e tecnologia repercute no desenvolvimento econômico, político e social dos países participantes.

Sendo assim, faz-se necessário o estabelecimento de estratégias institucionais que conduzam a este objetivo, considerando a oferta de programas de pesquisa e ações de ensino (graduação e pós-graduação), extensão e inovação com parcerias estratégicas, qualificação do quadro de servidores e estudantes do IFC, recursos financeiros e comunicação.

2.6 Política de Atendimento aos Discentes

No IFC, a política de atendimento aos estudantes é voltada ao desenvolvimento de programas e ações que venham ao encontro da vida estudantil, em sentido mais amplo. Por um lado, promovendo atividades com vistas à identidade juvenil, à integração dos estudantes por meio do esporte, cultura e lazer e, à aprendizagem com a diversificação

de espaços/metodologias e participação em eventos técnico-científico-esportivos e culturais. Por outro lado, por meio da identificação das necessidades do corpo discente em suas demandas econômicas e de estrutura institucional que viabilizem sua vida escolar que se constituem, por sua vez, de estratégias para acesso, permanência e êxito destes na Instituição. É ainda inerente à política de atendimento aos discentes, o acompanhamento de egressos do IFC.

2.6.1 Acesso

O Ingresso Discente no IFC segue um conjunto de legislações e normas visando garantir o direito dos cidadãos ao ingresso na educação pública, gratuita, igualitária, universal e de qualidade nos níveis básicos e superiores de graduação, por meio de processos seletivos.

Os processos seletivos seguem regras e etapas que são publicizadas, possibilitando que todos tenham acesso às informações e contribuindo, desta forma, para a democratização das condições de ingresso na educação pública dos estudantes.

Os processos seletivos de níveis básicos e superiores de graduação, possuem vagas reservadas por meio de ações afirmativas de forma a oportunizar o acesso amplo e igualitário para os diversos segmentos da sociedade. Além disso, existem ações afirmativas próprias, que contribuem para a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais no âmbito de atuação do IFC, garantindo mais uma maneira de democratizar as condições de acesso.

Os processos seletivos são unificados, tanto na sua aplicação, quanto nos critérios de seleção. A atuação integrada para planejamento, execução e avaliação dos processos com os diversos setores da reitoria e *campi* contribui para esta unidade.

2.6.2 Permanência e Êxito

Monitorar as taxas de evasão e retenção, bem como identificar suas respectivas causas é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que promovam a permanência e o êxito dos discentes na Instituição. Nesta perspectiva, o IFC busca instituir e fortalecer equipes multiprofissionais nos *campi*, a fim de ampliar e aprimorar o atendimento aos estudantes nas mais diversas frentes: recepção, acolhimento, integração e orientação do discente ingressante; identificação do perfil dos estudantes mais propensos a retenção e evasão; conscientização do estudante sobre a importância de criar rotinas de estudo; desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e monitoria que visem atender as dificuldades em aprendizagem; revisão de projetos de cursos com vistas à organização curricular alinhada às perspectivas discentes e do mundo do trabalho como movimento flexível e participativo da comunidade escolar; desenvolvimento de formação para o desenvolvimento profissional e pessoal docente com vistas à práticas pedagógicas inovadoras ou socialização de experiências educativas; dentre outras ações, a fim de contribuir para a aprendizagem dos estudantes por meio do diálogo com suas expectativas e seu perfil para que a permanência e êxito dos discentes

se efetive e resulte em maior número de egressos do IFC com formação humana e profissional de qualidade socialmente referenciada.

Tendo por objetivo a promoção da permanência e do êxito estudantil, está sendo construído, de maneira colaborativa entre os *campi* e a Reitoria, o Plano Estratégico Institucional para a Permanência e o Êxito dos Estudantes do IFC. Este compreende o acompanhamento e a compilação de dados quantitativos referentes aos indicadores de conclusão, de retenção e de evasão nos cursos da instituição, bem como a análise qualitativa destes, a partir da qual são elaboradas ações de intervenção. Em suma, trata-se de um instrumento fundamental para a sistematização das ações que visam à redução das taxas de evasão e de retenção no IFC.

Para além disso, destaca-se que a própria Política de Atendimento ao Discente, em suas diferentes frentes e ações, constitui-se como um meio geral de promover a permanência e o êxito dos estudantes atendidos na Instituição.

2.6.3 Atendimento aos Discentes

Nos *campi*, o atendimento aos estudantes é realizado por meio de equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de pedagogia, serviço social, psicologia, enfermagem, nutrição, odontologia, medicina, entre outras. Por meio destas equipes, são desenvolvidas inúmeras atividades voltadas aos discentes, como ações de apoio e orientação pedagógica, psicológica e social; orientação e sensibilização sobre temáticas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade; inclusão dos discentes com deficiência; atendimento educacional especializado; promoção de saúde e bem-estar; identificação das demandas apresentadas pelos estudantes; dentre outras, conforme as especificidades de cada *campus*.

Neste contexto, a Política de Atendimento aos Discentes, articulada com as demais políticas da Instituição, dá-se estrategicamente, por meio de diversas frentes:

a) Programa de Assistência Estudantil (PAE)

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades:

- Auxílio-Moradia: destinado a estudantes **em vulnerabilidade** socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de aluguel, em razão do ingresso no IFC, e que sejam oriundos de outros municípios ou de zonas rurais distantes, para que possam residir nas proximidades do *campus*.
- Auxílio-Permanência I: destinado a estudantes **em extrema vulnerabilidade** socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços correspondentes não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.
- Auxílio-Permanência II; destinado a estudantes **em vulnerabilidade** socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.

Os estudantes contemplados com o Auxílio-Moradia podem acumular este com mais um auxílio do PAE: Permanência I ou Permanência II. Os Auxílios Permanência I e Permanência II não são acumuláveis. Qualquer auxílio financeiro do PAE pode ser acumulado com bolsas recebidas pelo estudante, tais como Bolsa Pesquisa (PIBIC AF; PIBIC EM; PIBITI), Bolsa Extensão, Pet Educação, PIBID, Monitoria e Bolsa Permanência MEC.

b) Moradia Estudantil

A Moradia Estudantil (Regime de Internato Pleno) está disponível nos *campi* Abelardo Luz, Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul e Santa Rosa do Sul. Este serviço visa atender gratuitamente estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do IFC, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento específico e editais próprios dos *campi*. A oferta de vagas dá-se de acordo com a disponibilidade de cada *campus*.

Além de oferecer moradia aos estudantes, preferencialmente àqueles em vulnerabilidade socioeconômica, a moradia estudantil tem a finalidade de oportunizar condições de acesso, permanência e êxito aos estudantes do IFC, por meio da oferta de alojamento, alimentação e outros serviços; promover a inclusão social por meio da equidade entre os estudantes; e proporcionar o desenvolvimento de senso de responsabilidade nos estudantes, por meio do envolvimento no cuidado dos espaços físicos da Instituição.

Cada *campus* possui especificidades no funcionamento do serviço de moradia, no entanto, de forma geral, além do alojamento aos discentes, o Regime de Internato Pleno, garante aos estudantes residentes, a oferta de, no mínimo, três refeições diárias; espaço

de lavanderia; supervisão permanente e encaminhamento ao sistema público de saúde, sempre que necessário.

c) Auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva

Para incentivar a participação dos estudantes em eventos e visitas técnicas, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para alimentação, hospedagem e transporte, conforme as demandas apresentadas pelos proponentes dos planos de trabalho. Os editais para esta finalidade são voltados aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e PROEJA, preferencialmente os atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE).

d) Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica da rede pública de ensino, devendo ser promovida e incentivada, com objetivo de proporcionar o acesso à alimentação saudável e adequada, com alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes, para a melhoria do rendimento escolar e para a permanência dos mesmos nas instituições de ensino.

No IFC, gradativamente vem sendo executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é o mais antigo Programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. O Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), e atende de forma complementar todos os estudantes matriculados na educação básica das escolas.

Atualmente há oferta de alimentação escolar nos *campi* Abelardo Luz, Araquari, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira. Com a percepção de que esta ação é relevante para a permanência do estudante na Instituição, espera-se em breve, estender a oferta de alimentação aos demais *campi*, para que os estudantes tenham acesso à alimentação saudável e de qualidade dentro do IFC.

e) Cultura, Esporte, Lazer e Bem Estar

Institucionalmente são desenvolvidas ações que visam incentivar e fomentar atividades esportivas, culturais e de lazer, como elementos essenciais à formação integral, promoção da saúde, qualidade de vida e integração entre os estudantes. As ações neste segmento contribuem também para o cumprimento dos objetivos do PNAES e para a permanência e o êxito dos discentes na instituição.

Desde 2016, a instituição promove os **Jogos Internos do IFC (JIFC)**, sendo crescente o número de participantes. A realização deste evento esportivo tem por objetivo proporcionar momentos de integração e prática esportiva entre a comunidade acadêmica do IFC. Os estudantes classificados na etapa interna participam da etapa regional dos

Jogos dos Institutos Federais da Região Sul (JIFSul) e os classificados nesta etapa, por sua vez, participam da etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais (JIFs).

Outra ação institucional, realizada anualmente, é o **IFCultura**, cuja primeira edição ocorreu em 2015, com vistas a incentivar a cultura e o crescimento profissional, científico e tecnológico nas diversas modalidades e linguagens artísticas, com reflexão sobre humanidade e educação, contribuindo para o enriquecimento dos espaços educacionais. O IFCultura é itinerante e seus objetivos são: contribuir para a formação integral dos estudantes do IFC por meio do estímulo e valorização das atividades culturais e artísticas; fomentar o intercâmbio sociocultural e artístico entre os estudantes e servidores, fortalecendo as relações entre os *campi* do IFC; e promover a participação dos estudantes do IFC como instrumento de inclusão social, empoderamento, pertencimento e de identidade multi-inter-cultural.

Para incentivar a participação dos estudantes nos eventos esportivos e culturais, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para alimentação, hospedagem e transporte, conforme as demandas apresentadas pelos proponentes dos planos de trabalho.

f) Organização e Movimentos Estudantis

As atividades de representação estudantil, são incentivadas por meio do diálogo e da parceria dos setores de atendimento ao estudante com os Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Diretórios Centrais dos Estudantes. Com esta integração, objetiva-se fomentar o controle social exercido pelos estudantes, em especial sobre as ações a eles destinadas, proporcionando espaço para o debate e avaliação dos serviços prestados. Além disso, incentiva-se a participação dos estudantes em espaços externos formais de representação como Parlamento Juvenil do Mercosul, dentre outros.

Para fomentar a participação dos estudantes em eventos de representatividade estudantil, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para alimentação, hospedagem e transporte, conforme as demandas apresentadas pelos estudantes e servidores responsáveis.

g) Inclusão e Diversidade no atendimento aos estudantes

Vem sendo discutida institucionalmente a formulação de espaço para a promoção da diversidade e inclusão no IFC, de forma a contemplar ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Em desenvolvimento, por grupo de trabalho já instituído e com representação de todos os campi, a proposta inicial de organização prevê que em cada *campus* haja uma instância de diversidade e inclusão composta por núcleos nas frentes afro-brasileiros e indígenas, gênero e sexualidade, e pessoas com necessidades específicas. Além destes, os *campi* poderão instituir mais núcleos, de acordo com sua especificidade.

A instituição de espaços para sensibilização, discussão e incentivo à cultura da inclusão é medida fundamental para garantir condições de permanência e êxito na instituição. Nesta perspectiva, o IFC busca promover a inclusão, não apenas em respeito à legislação vigente, mas compreendendo como seu dever, por ser uma instituição de

ensino, acolher e prover uma educação digna a todos os discentes, respeitando suas singularidades.

h) Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018. Entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

São considerados público-alvo do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo. Não é obrigatória a apresentação de laudo ou outra documentação para o AEE.

A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, composta, em cada *campus*, por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos *campi*, especialmente do professor de Educação Especial/AEE. Temporariamente, nos *campi* em que não há os cargos específicos que compõem a equipe de AEE, esta é constituída também por profissionais de outros *campi*.

2.6.4 Acompanhamento de Egressos

É fundamental que o IFC avalie as ações educacionais direcionadas aos seus alunos, acompanhe, mensure os resultados de suas atividades, a fim de verificar fragilidades e potencialidades que ajudem a redimensionar seu planejamento. Para isso, é importante a percepção dos estudantes que passaram pela instituição acerca da contribuição da instituição em suas vidas pessoal e/ou profissional. Mediante isso, a política de acompanhamento de egressos no IFC tem os seguintes objetivos:

- I - Manter os egressos do IFC informados sobre eventos, cursos e atividades oferecidas pela instituição;
- II - Construir indicadores, por meio da aplicação de questionário aos egressos e pelos relatórios de atividades dos *campi*, para que seja verificado se as atividades desenvolvidas pelo egresso estão em consonância com os objetivos propostos pelo curso e pelo IFC, visando ao planejamento e replanejamento de ações a serem desenvolvidas pela instituição, com vistas a sanar as fragilidades e manter e ampliar as potencialidades;
- III - Disponibilizar aos egressos as oportunidades de emprego, encaminhadas à instituição por parte das empresas;
- IV – Conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo do trabalho dos egressos, associados à sua formação profissional, por meio do questionário;

- V - Acompanhar os egressos no mundo do trabalho, nas vivências e nas dificuldades profissionais;
- VI - Promover atividades educacionais, artísticas, culturais e esportivas que visem à integração dos egressos com a comunidade e com a instituição;
- VII - Implementar sistema de comunicação com os egressos, a partir de dados e registros atualizados;
- VIII - Identificar demandas para cursos de Qualificação Profissional, graduação e pós-graduação;
- IX – Promover e divulgar parcerias com empresas e instituições, para a inclusão social e profissional dos egressos que foram atendidos pelas ações afirmativas do IFC e das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas;
- X - Promover o acompanhamento dos egressos que ingressaram por meio das Ações Afirmativas, visando identificar as múltiplas necessidades relativas à permanência no ambiente escolar e no mundo do trabalho;
- XI - Instigar o desenvolvimento de projetos que atendam os egressos beneficiados pelas Ações Afirmativas do IFC, para promover a minimização das dificuldades/carências, o apoio multidisciplinar, o fomento à capacitação, a inserção na sociedade e no mercado de trabalho;
- XII – Promover o intercâmbio de informações entre egressos;
- XIII – Criar o Banco de Talentos.

O acompanhamento de egressos do IFC é realizado por meio do Portal do Egresso, e-mail institucional, redes sociais, dentre outros.

Para que os egressos possam continuar fazendo parte da história do IFC e consequentemente o IFC sua história, mesmo após a conclusão do curso, a política de acompanhamento de egressos objetiva a manutenção e aperfeiçoamento contínuo ambiente, sendo possível, por exemplo, visualizar a oferta de produtos e serviços, disponibilização de diploma virtual, certificados de participação em cursos, projetos e eventos, vagas de estágio e emprego, e oportunidade para aperfeiçoamento e capacitação (eventos, cursos de curta duração, especializações, mestrados e doutorados). Além disso, permitir a realização de consulta geral aos egressos, permitindo conexões com outros formados e contatos com as Comissões Internas de Acompanhamento de Egressos existentes em cada *campus*.

Outro importante desafio será o de consolidar uma cultura da Realização de encontros de egressos com frequência pelos *campi* com seus respectivos egressos. Como prática, o IFC deverá incentivar a realização destes encontros de forma a fortalecer a interação do egresso com a instituição, aferir sua situação no mundo do trabalho e divulgar as oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

2.7 Eventos Institucionais

Com o objetivo de garantir espaço para que estudantes e servidores vivenciem experiências formativas e integradoras por meio da ciência, da arte, da cultura, do esporte e do lazer, o IFC promove diversos eventos institucionais direcionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os eventos a seguir são fruto dos esforços dos *campi* e Reitoria, no que se refere tanto à força de trabalho quanto ao orçamento, aos quais somam-se as semanas acadêmicas, feiras, olimpíadas de conhecimento, dentre outras ações que são organizadas em cada *campus*.

- MICTI: a Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar é um evento no qual os estudantes dos cursos técnicos integrados e subsequentes, graduação e pós-graduação, bem como servidores do IFC e de instituições externas participam como ouvintes ou apresentadores de trabalhos. O evento tem fundamental importância ao estímulo da iniciação científica e do desenvolvimento de projetos integrados de ensino, de pesquisa e de extensão especialmente aos discentes, como socialização dos trabalhos e aprendizagens construídas.

- IFCultura: o IFCultura visa contribuir para a formação integral dos estudantes do IFC por meio do estímulo e valorização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social, empoderamento, pertencimento e de identidade multi-inter-cultural. As atividades artístico-culturais promovidas são a dança, o canto, o teatro, as artes visuais (pintura, escultura, desenho, gravura ou instalação) e a poesia.

- Jogos: como atividade de integração *intercampi* e de formação humana as edições dos jogos (em etapa interna, regional e nacional) tem ampla participação dos estudantes. As modalidades vem sendo diversificadas, desde o atletismo, badminton, tênis de mesa, vôlei, vôlei de praia e xadrez.

- SIEPE: o Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Internacional do Instituto Federal Catarinense objetiva o aprofundamento da discussão e da compreensão do papel da pós-graduação no processo de integração entre ensino, pesquisa e extensão no contexto institucional, nacional e internacional. Além de aprofundar a integração (indissociabilidade) entre ensino, pesquisa e extensão e, igualmente, discutir formas de estabelecer vínculos mais estreitos com a realidade local.

- Fórum de Formação de Professores: como continuidade às ações que já vinham sendo desenvolvidas no IFC pelo Prodocência, o Fórum de Formação de Professores representa a institucionalização de espaço que congrega os cursos de Licenciaturas, especializações e mestrados, bem como os programas Pibid e Residência Pedagógica, com vistas à articulação institucional para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

- Seminário de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio: tem como objetivo desenvolver formação, contextualização e discussão sobre diretrizes, organização curricular e práticas para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFC.

- Feira de Matemática: As Feiras de Matemática em Santa Catarina, desde 1985, são um espaço de extensão entre Universidade e escola, no qual estudantes e professores, de todos os níveis de ensino, bem como a comunidade em geral, são protagonistas do trabalho realizado nas escolas. O IFC, desde 1996, participa ativamente das discussões, coordenação e organização dos eventos, além de contar com membros na Comissão Permanente das Feiras de Matemática. Este programa articula o educativo, o

acadêmico, o científico, o cultural e o comunitário tendo como pano de fundo o caráter público e inclusivo; articulando a pesquisa, a extensão e o ensino (OLIVEIRA, 2017). Oportunizam, dessa forma, a socialização do conhecimento matemático e das ciências à comunidade, através de trocas de experiências e apresentação de trabalhos realizados por alunos. Por fim, esta iniciativa possibilita a relação do ensino da matemática com a vida comunitária, transformando-a em um instrumento para garantia de reflexões críticas da sociedade e ampliação do conhecimento matemático dos estudantes.

3. Cronograma de implantação e desenvolvimento institucional

3.1 Oferta de cursos

No período de 2014 a 2018, o IFC ofertou mais de 28 mil vagas em diferentes cursos, sendo 13.054 em técnicos de nível médio e 5.793 em qualificação profissional.

No mesmo período, foram ofertadas 9.311 vagas na educação superior, sendo 7.038 vagas na graduação e 2.273 na pós-graduação.

O Quadro a seguir apresenta os cursos que o IFC oferta atualmente, em cada uma das unidades.

Quadro 03: Cursos atuais

Campus	Curso	Forma de Oferta
Abelardo Luz	Agropecuária	Integrado
	Pedagogia – Ênfase em Educação do Campo (Licenciatura)	Graduação
	Especialização em Educação	Pós-graduação
	Especialização em Educação do Campo	Pós-graduação
Araquari	Agropecuária	Integrado
	Informática	Integrado
	Química	Integrado
	Agrimensura	Subsequente
	Agronomia (Bacharelado)	Graduação
	Ciências Agrícolas (Licenciatura)	Graduação
	Medicina Veterinária (Bacharelado)	Graduação
	Redes de Computadores (Tecnólogo)	Graduação
	Sistemas de Informação (Bacharelado)	Graduação
	Química (Licenciatura)	Graduação
	Mestrado em Produção e Sanidade Animal	Pós-graduação
Especialização em Aquicultura	Pós-graduação	
Blumenau	Eletromecânica	Integrado
	Informática	Integrado
	Eletromecânica	Subsequente
	Mecânica	Subsequente
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)	Graduação
	Engenharia Elétrica (Bacharelado)	Graduação
	Pedagogia (Licenciatura)	Graduação
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e	Pós-graduação

	Tecnológica	
	Especialização em Educação com ênfase em Educação da Pequena Infância	Pós-graduação
	Especialização em Educação com ênfase em Alfabetização	Pós-graduação
Brusque	Informática	Integrado
	Química	Integrado
	Cervejaria	Subsequente
	Informática	Subsequente
	Química	Subsequente
	Química (Licenciatura)	Graduação
	Redes de Computadores (Tecnólogo)	Graduação
Camboriú	Agropecuária	Integrado
	Controle Ambiental	Integrado
	Hospedagem	Integrado
	Informática	Integrado
	Segurança do Trabalho	Subsequente
	Defesa Civil	Subsequente
	Transações Imobiliárias	Subsequente
	Matemática (Licenciatura)	Graduação
	Negócios Imobiliários (Tecnólogo)	Graduação
	Pedagogia (Licenciatura)	Graduação
	Sistemas de Informação (Bacharelado)	Graduação
	Sistemas para Internet (Tecnólogo)	Graduação
	Especialização em Educação	Pós-graduação
	Mestrado Acadêmico em Educação	Pós-graduação
Concórdia	Agropecuária	Integrado
	Alimentos	Integrado
	Informática para Internet	Integrado
	Agronomia (Bacharelado)	Graduação
	Engenharia de Alimentos (Bacharelado)	Graduação
	Física (Licenciatura)	Graduação
	Matemática (Licenciatura)	Graduação
	Medicina Veterinária (Bacharelado)	Graduação
	Especialização em Educação Matemática	Pós-graduação
	Mestrado em Produção e Sanidade Animal	Pós-graduação
Fraiburgo	Informática	Integrado
	Segurança do Trabalho	Subsequente
	Edificações	Subsequente
	Análise e Desenvolvimento de	Graduação

	Sistemas (Tecnólogo)	
	Especialização em Educação	Pós-graduação
Ibirama	Administração	Integrado
	Informática	Integrado
	Vestuário	Integrado
	Design de Moda (Tecnólogo)	Graduação
	Especialização em Educação Interdisciplinar	Pós-graduação
Luzerna	Automação Industrial	Integrado
	Mecânica	Integrado
	Segurança do Trabalho	Integrado
	Automação Industrial	Subsequente
	Segurança do Trabalho	Subsequente
	Mecânica	Subsequente
	Engenharia de Controle e Automação (Bacharelado)	Graduação
	Engenharia Mecânica (Bacharelado)	Graduação
Rio do Sul	Agropecuária	Integrado
	Agroecologia	Integrado
	Informática	Integrado
	Agropecuária	Subsequente
	Agrimensura	Subsequente
	Eletroeletrônica	Subsequente
	Agronomia (Bacharelado)	Graduação
	Engenharia Mecatrônica (Bacharelado)	Graduação
	Ciência da Computação (Bacharelado)	Graduação
	Física (Licenciatura)	Graduação
	Pedagogia (Licenciatura)	Graduação
	Matemática (Licenciatura)	Graduação
	Especialização em Gestão de TI	Pós-graduação
Santa Rosa do Sul	Agropecuária	Integrado
	Agropecuária	Subsequente
	Agronomia (Bacharelado)	Graduação
São Bento do Sul	Automação Industrial	Integrado
	Informática	Integrado
	Segurança do Trabalho	Integrado
	Engenharia de Controle e Automação (Bacharelado)	Graduação
	Engenharia da Computação (Bacharelado)	Graduação
São Francisco do Sul	Administração	Integrado
	Automação Industrial	Integrado
	Guia de Turismo	Integrado
	Administração	Subsequente
	Automação Industrial	Subsequente

	Engenharia Elétrica (Bacharelado)	Graduação
	Logística (Tecnólogo)	Graduação
Avançado Sombrio	Hospedagem	Integrado
	Informática	Integrado
	Gestão de Turismo (Tecnólogo)	Graduação
	Matemática (Licenciatura)	Graduação
	Redes de Computadores (Tecnólogo)	Graduação
	Agropecuária	Integrado
Videira	Eletroeletrônica	Integrado
	Informática	Integrado
	Agropecuária	Subsequente
	Eletrônica	Subsequente
	Eletrotécnica	Subsequente
	Segurança do Trabalho	Subsequente
	Ciência da Computação (Bacharelado)	Graduação
	Engenharia Elétrica (Bacharelado)	Graduação
	Pedagogia (Licenciatura)	Graduação

Fonte: Prodin/CGI

3.2 Critérios para Criação e extinção de cursos

A abertura de cursos novos no IFC obedece a Resolução 028/2012. Esta Resolução fixa critérios de criação, trâmite, análise e aprovação das propostas de novos cursos, nos níveis médio e superior, do IFC.

Além desta resolução, constatou-se a necessidade de fixar também, critérios para abertura e extinção de cursos. Em reunião com a Comissão de Elaboração e, com os gestores do IFC, foram elencados uma série de critérios que, para abertura de novos cursos deste momento em diante, deverão ser observados.

Critérios a serem observados para abertura de cursos:

- Dados básicos do curso;
- Percentual estabelecido em legislação (Lei de criação dos IFs e TAM e demais legislações);
- Indicadores internos e externos:
 - Categoria do *Campus* (conforme Portaria 246/2016 MEC/Setec) X Situação atual (nº docentes/nº TAEs);
 - Número de eixos existentes no *Campus*;
 - Número de eixos verticalizados no *Campus*;
 - RAP;
 - Evasão;
 - Eficiência acadêmica;
 - Microrregião;
 - Dados de concluintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;
 - Observância a APLs;

- Quantidade de instituições de ensino na região;
- Dados trabalho/renda;
- Procura do curso (índice candidato/vaga).
- Infraestrutura necessária (laboratórios, biblioteca, salas de aula, etc.)
- Inserção do egresso no mundo do trabalho;
- Adequação da proposta ao perfil do *campus* (eixos tecnológicos/verticalização);
- Possíveis impactos na realidade institucional, regional, nacional.

Critérios a serem observados para redução da oferta de vagas e extinção de cursos:

- Demanda pelo curso;
- Substituição por outro curso (rearranjo de força de trabalho);
- Análise de indicadores de permanência e êxito;
- Análise de indicadores do TAM;
- Limitação de infraestrutura.

3.3 Previsão de abertura e adequação de *Campus*

A Reitoria e os *campi* do IFC estão enquadrados nas respectivas tipologias, conforme a Portaria MEC 246 de 25/04/2016. Esta tipologia prevê determinado quantitativo de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas.

Buscando o crescimento do IFC, a seguir apresentamos a previsão de abertura e adequações.

3.3.1 Abertura de *Campus*

Previsão de crescimento, considerando alinhamentos da política institucional MEC/SETEC, e a política de expansão da Rede.

3.3.2 Adequação da Tipologia de *Campus*

Previsões de alteração da tipologia de campus pré-existentes.

3.3.3 Adequação *Campus* Avançados

Previsão de alterações da tipologia I para II, nos *campus* avançados ou a transformação em *campus* autônomo.

3.4 Farol IFC

Para subsidiar o Cronograma de implantação e desenvolvimento institucional, assim como aos critérios para criação e extinção de cursos, o IFC vem trabalhando, por meio da Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional, num projeto chamado **Farol IFC** com o intuito de contribuir com a gestão por meio de informações relevantes a Instituição. O objetivo deste projeto é reunir informações relevantes para identificar o Potencial de Crescimento dos Campi. Esse tipo de informação busca suprir a carência de referências objetivas na

definição de critérios para expansão do instituto, sobretudo num contexto de racionalização financeira pela qual passa a rede federal de ensino.

A expansão de uma instituição é um fenômeno multidimensional, influenciado por diversos fatores com determinada complexidade de mensuração. No IFC não é diferente, seu crescimento materializa demandas regionais, aspectos demográficos, socioeconômicos, aspirações pessoais tanto de alunos quanto de servidores e é limitado, dentre outros fatores, pela estrutura física, de pessoal e capacidade de gestão. A partir disso surge o questionamento: Quais são os principais fatores que influenciam o potencial de crescimento dos campi do IFC?

Para responder essa pergunta foram levantados alguns indicadores que compõem o potencial de crescimento dos Campi do IFC. Esse modelo, em desenvolvimento, é dividido em 6 dimensões conforme Figura a seguir:

Figura 03: Potencial de Crescimento dos Campi



Fonte: Prodin

A seguir, serão apresentados os dados de alguns dos indicadores utilizados para o desenvolvimento do PDI, os quais fazem parte do conjunto de informações que dizem respeito ao potencial de crescimento dos *campi*.

A Tabela a seguir apresenta a distribuição do PIB municipal por setor econômico.

Tabela 01: Distribuição do PIB Municipal por setor econômico.

Município	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços	PIB Adm. Pública
Abelardo Luz	31,10%	18,31%	36,49%	14,10%
Araquari	2,43%	57,32%	33,34%	6,91%
Blumenau	0,33%	31,67%	57,70%	10,31%
Brusque	0,06%	39,99%	48,39%	11,55%
Camboriú	1,72%	19,69%	50,74%	27,84%
Concórdia	9,49%	19,20%	56,45%	14,86%
Fraiburgo	21,66%	18,98%	41,48%	17,87%
Ibirama	4,53%	26,92%	47,34%	21,21%
Luzerna	12,38%	35,02%	34,87%	17,73%
Rio do Sul	0,73%	28,86%	57,64%	12,78%
Santa Rosa do Sul	24,17%	10,42%	35,79%	29,61%
São Bento do Sul	2,01%	44,86%	39,52%	13,61%
São Francisco do Sul	0,73%	37,93%	52,47%	8,86%
Sombrio	16,60%	17,27%	46,62%	19,51%
Videira	5,44%	36,35%	47,13%	11,08%

Fonte: IBGE

A seguir, encontramos o Quadro 04 que apresenta a listagem de instituições de ensino superior (presencial) com atuação nos municípios onde se encontram instalados os *campi* do IFC.

Quadro 04: Listagem de instituições de ensino superior com atuação no município.

Município	Instituições de Ensino Superior
Abelardo Luz	Centro Educacional Uninter
Araquari	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município
Blumenau	Universidade Castelo Branco - UCB Universidade Paulista - UNIP Universidade Salvador - UNIFACS Universidade do Contestado - UNC Faculdade SENAI - CET Faculdade Metropolitana - FAMEBLU Faculdade FAE Blumenau Faculdade SENAC - SENAC Udesc Furb Ufsc Unisul Unicesumar Sociesc Uniasselvi Uninter
Brusque	Centro Universitário Brusque - UNIFEBE Universidade Paulista - UNIP

	<p>Universidade Salvador - UNIFACS Centro Universitário Cenecista de Osório - UNICNEC Unicesumar Uniasselvi Uninter Faculdade São Luis - FSL Faculdade do Vale do Itajaí Mirim - FAVIM</p>
Camboriú	<p>Udesc Univali Universidade Castelo Branco - UCB Universidade Paulista - UNIP Universidade do Contestado - UNC Fund. Universitária Joaboação dos Guararapes Uninter Avantis Faculdade Sociesc</p>
Concórdia	<p>Udesc Univali Universidade Castelo Branco - UCB Universidade Paulista - UNIP Universidade do Contestado - UNC Fund. Universitária Joaboação dos Guararapes Uninter Avantis Faculdade Sociesc</p>
Fraiburgo	<p>Unoesc Unopar - Universidade Pitágoras Uniarp - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe</p>
Ibirama	<p>Udesc Unifacs - Universidade Salvador</p>
Luzerna	<p>Não foram encontradas instituições de ensino superior no município</p>
Rio do Sul	<p>Unidavi - Centro Un. Desenvolvimento Alto Vale Itajaí Unopar - Universidade Pitágoras Unifacs - Universidade Salvador Uniasselvi Uninter Famesul - Faculdade Metropolitana</p>
Santa Rosa do Sul	<p>Não foram encontradas instituições de ensino superior no município</p>
São Bento do Sul	<p>Ucb - Universidade Castelo Branco UNIP - Universidade Paulista UNIFACS - Universidade Salvador Unopar - Universidade Pitágoras Flt - Faculdade Luterana de Teologia Centro Universitário Opet Udesc Univille Unicesumar Sociesc Uniasselvi Uninter Ufrgs</p>
São Francisco do Sul	<p>Univille</p>

	Uninter Unc - Universidade do Contestado Unopar - Universidade Pitágoras Fael - Faculdade Educacional da Lapa
Sombrio	Ucb - Universidade Castelo Branco Uninter
Videira	Unoesc Unifacs - Universidade Salvador Ufsc Unigran - Centro Universitário da Grande Dourados Uninter Ufpel

Fonte: INEP - Microdados Censo da Educação Superior 2016

Na sequência, são apresentados os dados de escolas e alunos no Ensino Fundamental e Médio dos municípios.

Tabela 02: Quantidade de escolas e alunos no EF e EM do Município

Município	Escolas Privadas	Escolas Públicas	Total Alunos E. Fundamental (9º Ano)	Total Alunos E. Médio
Abelardo Luz	0	4	302	583
Araquari	1	4	418	1.862
Blumenau	7	21	3.899	10.342
Brusque	3	15	1.490	3.594
Camboriú	3	5	874	3.123
Concórdia	3	8	841	2.566
Fraiburgo	2	5	343	1.554
Ibirama	1	3	249	608
Luzerna	0	2	93	457
Rio do Sul	5	8	823	2.446
Santa Rosa do Sul	0	2	117	602
São Bento do Sul	4	5	925	3.090
São Francisco do Sul	2	7	723	1.640
Sombrio	1	4	363	1.366
Videira	2	5	660	1.886

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2017

A utilização de indicadores ganha relevância no planejamento organizacional à medida que as decisões estratégicas passam a ser, cada vez mais, baseadas na razão e respaldadas por números, dados, índices e demais ferramentas de gestão. Nesse contexto, os indicadores fornecem aos gestores informações relevantes e permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma realidade de modo a atender as necessidades dos tomadores de decisões.

3.5 Oferta de novos Cursos / aumento de vagas (*Campi*)

Durante o período de vigência deste PDI, o IFC prevê a oferta de novas vagas para novos cursos e novas turmas, nos níveis técnico, de graduação, de pós-graduação e PROEJA.

O Quadro a seguir apresenta as propostas de novos cursos e turmas, por *campus*, com a descrição e o ano de previsão de início.

As propostas apresentadas, bem como o quantitativo de docentes dependem da liberação de vagas da SETEC, e em alguns casos da alteração da tipologia do *Campus*.

Quadro 05: Previsão de abertura de novos cursos e novas turmas

<i>Campus</i>	Curso	Novo curso ou nova turma?	Tipo de Oferta	Verticalização (S/N)	Eixo Tecnológico	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Turno	Previsão de início
Abelardo Luz	Técnico em Agropecuária	Nova Turma	Técnico subsequente	Sim	Recursos naturais	35	01	Anual	Noturno	2020
	Técnico em Turismo	Novo Curso	Técnico integrado	Não	Recursos naturais/hospitalidade e lazer	35	01	Anual	integral	2023
	Técnico em Zootecnia	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Recursos naturais	35	01	Anual	integral	2023
Araquari	Técnico em Aquicultura	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Recursos naturais	35	01	Anual	integral	2020
	Mestrado Profissional na área de Informática	Novo Curso	Stricto sensu	Sim	Informação e comunicação	25	01	Anual	Integral	2023
	Sustentabilidade	Novo Curso	Proeja	Sim	Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais.	25	01	Anual	Integral	2020
	Jardineiro	Novo Curso	Proeja	Sim	Recursos naturais	25	01	Anual	Noturno	2019
	Aquicultura	Novo Curso	Proeja	Sim	Recursos naturais	25	01	Anual		2020
	Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade	Novo Curso	Lato sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	25	01	Anual	Noturno	2021
	Licenciatura em ciências da natureza: biologia e/ou química.	Novo Curso	Graduação	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2022
	Especialização - área de Agronomia	Novo Curso	Lato sensu	Sim	Recursos naturais	25	01	Anual	Integral	2019
	Doutorado profissional em produção e sanidade animal	Novo Curso	Stricto sensu	Sim		25	01	Anual	Integral	2022
	Doutorado profissional em tecnologia e ambiente *	Novo Curso	Stricto sensu	Sim		25	01	Anual	Integral	2023
Engenharia química/biotecnologia	Novo Curso	Graduação	Sim	Produção Industrial	40	01	Anual	Integral	2022	

	a									
	Especialização em Educação Matemática	Novo Curso	Lato sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	25	01	Anual	Integral	2019
	Especialização em Gestão de TI	Novo Curso	Lato sensu	Sim	Informação e comunicação	25	01	Anual	Integral	2019
	Técnico em Química	Nova Turma	Técnico integrado	Sim	Produção Industrial	35	01	Anual	Integral	2022
	Técnico - área de redes e suporte técnico	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Informação e comunicação	35	03	Anual	Integral	2020
	Técnico - área de desenvolvimento de software	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Informação e comunicação	35	03	Anual	Integral	2020
Blumenau	Técnico em Mecatrônica	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Controle e Processos Industriais	35	01	Anual	Diurno	2021
	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Novo Curso	Graduação	Sim	Controle e Processos Industriais	40	01	Anual	Noturno	2020
	Bacharelado em Ciência da Computação	Novo Curso	Graduação	Sim	Tecnologia de Informação e Comunicação	40	01	Anual/Semestral	Integral	2020
	Especialização em Informática	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Informação e Comunicação	30	01	Anual	Diurno e/ou Noturno	2020
	Especialização em Educação - Eixo: Educação Especial	Nova Turma	Lato Sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	30	01	Anual	Diurno e noturno	2019
	Especialização em Educação - Eixo: Gestão em Educação	Nova Turma	Lato Sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	30	01	Anual	Diurno e noturno	2020
	Especialização em Eficiência Energética	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Controle e Processos Industriais	35	01	Semestral e/ou Anual	Diurno e/ou Noturno	2020
	Eletricista Industrial	Novo Curso	PROEJA – Qualificação Profissional	Sim	Controle e Processos Industriais	35	01	Anual	Noturno	2019
Brusque	Especialização em Educação	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2020
	Operador de Computador	Novo Curso	PROEJA – Qualificação	Sim	Informação e comunicação	40	01	Anual	Noturno	2019

			Profissional							
Camboriú	Técnico em Administração	Novo Curso	PROEJA - Técnico	Não	Gestão e Negócios	40	01	Anual	Noturno	2020
	Bacharelado em Agronomia	Novo Curso	Graduação	Sim	Recursos Naturais	40	01	Anual	Integral	2020
	Licenciatura em Educação Especial	Novo Curso	Graduação	Não	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2020
	Técnico em Cuidados de Idosos	Novo Curso	Técnico subsequente	Não	Ambiente e Saúde	40 35	01	Anual	Noturno	2021
	Técnico em Informática ou Técnico em Controle Ambiental	Nova Turma	Técnico integrado	Não	Informação e Comunicação ou Ambiente e Saúde	35	01	Anual	Noturno	2023
	Especialização em Negócios Imobiliários	Novo Curso	Lato sensu	Sim	Gestão e Negócios	40	01	Anual	Noturno	2020
	Especialização em Informática - área de IoT (Internet das Coisas)	Novo Curso	Lato sensu	Sim	Informação e Comunicação	40	01	Anual	Noturno	2020
	Mestrado em Informática - área de IoT (Internet das Coisas)	Novo Curso	Stricto sensu	Sim	Informação e Comunicação	25	01	Anual	Matutino ou noturno	2023
	Mestrado em Educação	Novo Curso	Stricto sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	25	01	Anual	Noturno ou noturno	2019
	Concórdia	Licenciatura em Pedagogia	Novo Curso	Graduação	Sim	Formação de Professores	40	04	Anual	Noturno
Técnico em Informática para Internet		Nova Turma	Técnico integrado	Sim	Informática	35	03	Anual	Integral	2021
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		Novo Curso	Graduação	Sim	Informática	40	03	Anual	Noturno	2022
Especialização em Educação Ambiental		Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Recursos Naturais	20	01		Fim de semana	2022
Técnico em Alimentos		Nova Turma	Técnico integrado	Sim	Alimentos	35	03	Anual	Integral	2021
PROEJA		Novo Curso	Proeja	Sim	A definir	35	01	Anual	Noturno	2020
Fraiburgo	Técnico em	Novo Curso	Técnico	Não	Gestão e Negócios	35	01	Anual	noturno	2020

	Administração		subsequente							
	Técnico em Administração	Novo Curso	Técnico integrado	Não	Gestão e Negócios	35	01	Anual	integral	2021
	Técnico em Edificações	Novo Curso	Técnico integrado	Não	Infraestrutura	35	01	Anual	integral	2023
	Tecnólogo em Gestão Financeira	Novo Curso	Graduação	Sim	Gestão e Negócios	40	01	Anual	noturno	2023
Ibirama (*)	Técnico em Administração	Nova Turma	Técnico integrado	Não	Gestão de Negócios	35	04	Anual	Int.	2019
	Técnico em Informática	Nova Turma	Técnico integrado	Não	Informação e Comunicação	35	05	Anual	Int.	2020
	Letras	Novo Curso	Graduação	Não	Formação de Professores	40	01	Anual	Not.	2020
	Ciência	Novo Curso	Graduação	Não	Formação de Professores	40	01	Anual	Not.	2023
Luzerna	Proeja	Novo Curso	Proeja	Não	-	30	01	Anual	Noturno	2020
	Técnico em Informática	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Informação e comunicação	35	01	Anual	Integral	2022
	Curso superior na área de informática	Novo Curso	Graduação	Sim	Informação e comunicação	40	01	Anual	Noturno	2023
	Licenciatura	Novo Curso	Graduação	Não	-	40	01	Anual	Noturno	2021
Rio do Sul	Técnico em Agroecologia	Novo Curso	Técnico subsequente	Não	Recursos Naturais	35	01	Anual	Diurno	2019
	Técnico em Aquicultura	Novo Curso	Técnico subsequente	Não	Recursos Naturais	35	01	Anual	Diurno	2021
	Mestrado em Tecnologias	Novo Curso	Stricto Sensu	Sim	Recursos Naturais	30	01	Anual	Diurno	2020
	Mestrado em Rizicultura	Novo Curso	Stricto Sensu	Sim	Recursos Naturais	30	01	Anual	Diurno	2020
	Técnico em Informática	Nova Turma	Técnico integrado	Não	Info/Comp.	35	01	Anual	Diurno	2020
	Técnico em Segurança do Trabalho	Novo Curso	Técnico subsequente	Não	Ambiente Saúde e Segurança	35	01	Anual	Noturno	2020
	PROEJA	Novo Curso	Proeja	Sim	Recursos Naturais	35	01	Anual	Noturno	2020
	Licenciatura em Biologia	Novo Curso	Graduação	Não	Licenciatura	40	01	Anual	Diurno	2022
	Técnico em Biotecnologia	Novo Curso	Técnico integrado	Sim	Ambiente Saúde Segurança	35	01	Anual	Diurno	2022
	Mestrado em Ensino	Novo Curso	Stricto	Sim		30	01	Anual	Diurno	2020

	de Ciências (Institucional)		Sensu							
Santa Rosa do Sul	Especialização em Produção Animal	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Recursos Naturais	20	01	Anual	Diurno / noturno	2019
	Especialização em Produção Vegetal	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Recursos Naturais	20	01	Anual	Diurno / noturno	2019
	Bacharelado em Zootecnia	Novo Curso	Graduação	Sim	Recursos Naturais	40	01	Anual	diurno	2020
	Licenciatura em Biologia	Novo Curso	Graduação	Sim	Recursos Naturais	40	01	Semestral	Noturno	2023
	Bacharelado em Agronomia	Nova Turma	Graduação	Sim	Recursos naturais	40	01	Semestral	diurno	2021
São Bento do Sul	Técnico em Segurança do trabalho	Novo Curso	Subsequente / PROEJA (em parceria)	Sim	Segurança	35	01	Anual	Noturno	2019
	Técnico em Automação Industrial	Novo Curso	Subsequente / PROEJA (em parceria)	Sim	Controle e Processos Industriais	35	01	Anual	Noturno	2019
	Licenciatura em Matemática	Novo Curso	Graduação	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2023
	Técnico em Informática / ou Técnico em Segurança do trabalho / ou Técnico em Automação Industrial	Nova Turma	Técnico integrado	Sim	Informação e Comunicação ou Segurança ou Controle e Processos Industriais	40	01	Anual	Integral	2023
	Especialização em Segurança do Trabalho	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Segurança	20	01	Anual	Diurno/ Noturno	2023
	Especialização em educação	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	20	01	Anual	Diurno/ Noturno	2023
São Francisco do Sul	Especialização em Docência e Interdisciplinaridade	Novo Curso	Lato Sensu	Não	Desenvolvimento Educacional e Social	30	01	Anual	Noturno	2021
	Especialização em Ciência e meio ambiente	Novo Curso	Lato Sensu	Não	Multidisciplinar	30	01	Anual	Noturno	2022

	Licenciatura em Matemática	Novo Curso	Graduação	Não	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2021
	Bacharelado em Administração	Novo Curso	Graduação	Sim	Gestão e Negócios	40	01	Anual	Noturno	2021
	Especialização em Gestão de negócios	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Gestão e Negócios	30	01	Anual	Noturno	2021
	Especialização em Logística	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Gestão e Negócios	30	01	Anual	Noturno	2022
Sombrio	Técnico em Administração	Novo Curso	PROEJA	Sim	Gestão e Negócios	40	01	1,5	Noturno	2020
	Técnico em Informática para Internet	Novo Curso	Técnico Integrado	Sim	Informação e Comunicação	35	02	Anual	Integral	2020
	Especialização em Informática na Educação	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Informação e Comunicação	30	01	1,5	Noturno	2022
	Licenciatura em Pedagogia	Novo Curso	Graduação	-	Educação e Desenvolvimento social	40	01	Anual	Noturno	2023
	Especialização em Gestão de Eventos	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Turismo, Hospitalidade e Lazer	30	01	1,5	Noturno	2023
	Especialização em Administração de Redes Linux	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Informação e Comunicação	30	01	1,5	Noturno	2023
Videira	PROEJA	Novo Curso	Proeja	Não	-	40	01	Anual	Noturno	2019
	Especialização em Educação	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2019
	Bacharelado em Agronomia	Novo Curso	Graduação	Sim	Recursos Naturais	40	01	Anual	Integral	2020
	Especialização - área de Informática	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Informação e Comunicação	40	01	Anual	Noturno	2021
	Licenciatura em Matemática	Novo Curso	Graduação	Sim	Desenvolvimento Educacional e Social	40	01	Anual	Noturno	2022
	Especialização em Segurança do Trabalho	Novo Curso	Lato Sensu	Sim	Segurança	40	01	Anual	Noturno	2023

(*) Considerando a limitação do espaço físico das salas de aula, poderá ser solicitada a redução da oferta de vagas, com a devida justificativa.

Quadro 06: Evolução na oferta de vagas 2019/2023

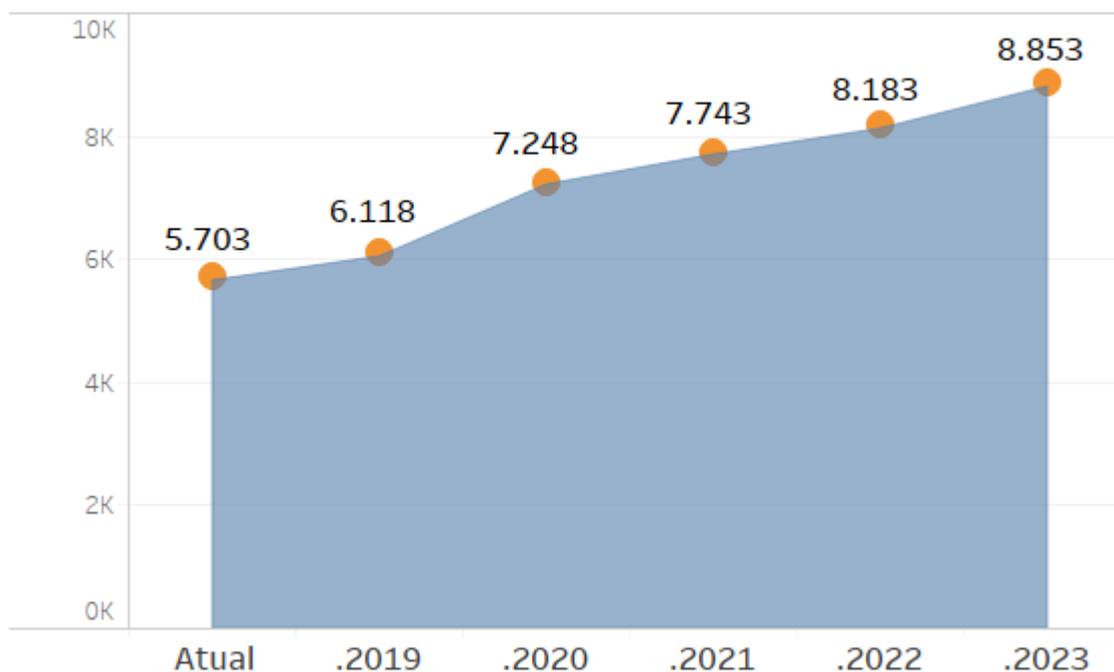
Campus	Evolução na oferta de vagas					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Abelardo Luz	185	185	220	220	220	290
Araquari	600	700	855	880	1020	1070
Blumenau	375	440	615	650	650	650
Brusque	280	320	360	360	360	360
Camboriú	925	950	1150	1185	1185	1245
Concórdia	518	518	553	623	683	723
Fraiburgo	215	215	250	285	285	360
Ibirama	360	360	435	435	435	475
Luzerna	200	200	230	270	305	345
Rio do Sul	530	565	760	795	870	870
Santa Rosa do Sul	265	305	345	385	385	425
São Bento do Sul	200	270	270	270	270	385
São Francisco do Sul	335	335	335	475	535	535
Sombrio	250	250	325	325	355	455
Videira	465	505	545	585	625	665
TOTAL	5703	6118	7248	7743	8183	8853

Fonte: Prodin

O presente somatório foi feito com base nas vagas ofertadas atualmente (dados do Censo Interno Set/2018) com o acréscimo das vagas propostas para novos cursos (Técnico Integrado, Subsequente, Graduação, Proeja e Pós-graduação).

Na sequência, pode-se observar o gráfico da evolução na oferta de vagas do IFC.

Figura 04: Projeção de evolução na quantidade de vagas ofertadas



Fonte: Prodin

A seguir estão representados graficamente os cursos com seus respectivos campus, com destaque para os cursos novos propostos para o próximo quinquênio.

Eixos de verticalização – Campus Abelardo Luz			
Pós-graduação		Especialização em Educação	
		Especialização em Educação do Campo	
Graduação		Licenciatura em Pedagogia – Ênfase em Educação do Campo	
Nível Médio	Técnico Integrado em Zootecnia (2023)		Técnico Integrado em Turismo (2023)
	Técnico Integrado Agropecuária		
	Técnico Subsequente em Agropecuária (2020)		
EJA	EJA – Nutrição e Segurança Alimentar		
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3

Eixos de verticalização – Campus Araquari				
Pós-graduação	Doutorado em Produção e Sanidade Animal (2022)		Doutorado profissional em Tecnologia e Ambiente (2023)	Especialização em Educação Matemática (2019)
	Mestrado Profissional em Tecnologia Ambiental (2019)			
	Mestrado em Produção e Sanidade Animal	Mestrado Profissional (2023)	Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade (2021)	
	Especialização na área de Agronomia (2019)	Especialização em Gestão de TI (2019)		

	Especialização em Aquicultura			
Graduação	Bacharelado em Agronomia	Tecnólogo em Redes de Computadores	Engenharia Química/ Biotecnologia (2022)	
	Licenciatura em Ciências Agrícolas		Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e/ou Química (2022)	
	Bacharelado em Medicina Veterinária	Bacharelado em Sistemas de Informação	Licenciatura em Química	
Nível Médio	Técnico Integrado Agropecuária	Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado em Química	
	Técnico Integrado em Aquicultura (2020)	Técnico Integrado (área de redes e suporte técnico) (2020)		
	Técnico Subsequente em Agrimensura	Técnico integrado (área de desenvolvimento de software) (2020)		
EJA	EJA Sustentabilidade (2020); EJA Jardineiro (2019); EJA Aquicultura (2020)			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

Eixos de verticalização – Campus Blumenau				
Pós-graduação	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica			
	Especialização em Eficiência Energética (2020)	Especialização em Informática (2020)	Especialização em Educação - Gestão Escolar (2020)	
			Especialização em Educação - Educação Especial (2019/2)	
			Especialização em Educação com ênfase em Alfabetização	
			Especialização em Educação com ênfase em Educação da Pequena Infância	
Graduação	Engenharia Elétrica	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Licenciatura em Pedagogia	

	Engenharia Mecânica (2020)	Bacharelado em Ciências da Computação (2020)	
Nível Médio	Técnico Subsequente Mecânica	Técnico Integrado em Informática	
	Técnico Subsequente Eletromecânica		
	Técnico Integrado em Mecatrônica (2021)		
EJA	EJA - Eletricista Industrial (2019/2)		
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3

Eixos de verticalização – Campus Brusque			
Pós-graduação		Especialização em Educação (2020)	
Graduação	Redes de Computadores	Licenciatura em Química	
Nível Médio	Técnico Subsequente em Informática	Técnico Subsequente em Química	Técnico Subsequente em Cervejaria
	Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado em Química	
EJA	EJA FIC Informática (2019)		
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3

Eixos de verticalização – Campus Camboriú							
Pós-graduação		Mestrado em Informática na área de IoT (internet das coisas) 2023			Mestrado em Educação (2019)		Especialização em Negócios Imobiliários (2020)
		Especialização em Informática na área de			Especialização em Instrutor e Treinador de Cães-Guia		Especialização em Gestão e Negócios

		IoT (internet das coisas) 2020			Especialização em Educação		
Graduação	Bacharelado em Agronomia (2020)	Sistemas para Internet			Licenciatura em Pedagogia		Negócios Imobiliários
		Sistemas de Informação			Licenciatura em Matemática		
					Licenciatura em Educação Especial (2020)		
Nível Médio	Técnico Integrado Agropecuária	Técnico Integrado em Informática (nova turma 2022)	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	Técnico Integrado em Controle Ambiental		Técnico Integrado em Hospedagem	Técnico Subsequente em Transações Imobiliárias
			Técnico Subsequente em Defesa Civil	Técnico Subsequente em Cuidador de Idosos (2021)			
EJA	EJA - Agroindústria		EJA - Agente de Observação de Segurança				EJA- Técnico em Administração (2020)
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7

Eixos de verticalização – Campus Concórdia				
Pós-graduação	Mestrado em Produção e Sanidade Animal			Especialização em Educação Matemática
	Especialização em Educação Ambiental (2022)			
Graduação	Agronomia	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2022)	Engenharia de Alimentos	Licenciatura em Matemática
	Engenharia de Alimentos			Licenciatura em Física
	Medicina Veterinária			Licenciatura em Pedagogia (2023)
Nível Médio	Técnico Integrado Agropecuária	Técnico Integrado em Informática para Internet	Técnico Integrado em Alimentos	
EJA	EJA (2020)			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

Eixos de verticalização – Campus Fraiburgo				
Pós-graduação				Especialização em Educação
Graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo em Gestão Financeira (2023)		
Nível Médio	Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado em Administração (2021)	Técnico Subsequente Segurança do Trabalho	
			Técnico Subsequente em Edificações	
		Técnico Subsequente em Administração (2020)	Técnico Integrado e m Edificações (2023)	
EJA	EJA/EPT - Operador de Computador			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

Eixos de verticalização – Campus Ibirama				
Pós-graduação			Especialização em Moda	Especialização em Educação Interdisciplinar
Graduação			Design de Moda	Licenciatura – Letras (2020)
				Licenciatura – Ciências (2023)
Nível Médio	Técnico Integrado em Administração	Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado em Vestuário	
EJA	EJA - Administração			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo

Eixos de verticalização – Campus Luzerna				
Graduação	Engenharia de Controle e Automação		Curso Superior – área Informática (2023)	Licenciatura (2021)
	Engenharia Mecânica			
Nível Médio	Técnico Integrado em Mecânica	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho		
	Técnico Subsequente em Mecânica			
	Técnico Integrado Automação Industrial	Técnico Integrado em Segurança do Trabalho	Técnico Integrado em Informática (2022)	
	Técnico Subsequente em Automação Industrial			
EJA	EJA 2020			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

Eixos de verticalização – Campus Rio do Sul						
Pós-graduação	Mestrado em Tecnologias (2020)	Especialização em Gestão de TI			Mestrado em Ensino de Ciências (2020)	
	Mestrado em Rizicultura (2020)					
	Especialização em Agronomia: Sistemas Agrícolas Regionais					
Graduação	Bacharelado em Agronomia	Bacharelado em Ciências da Computação	Engenharia Mecatrônica		Licenciatura em Pedagogia	
					Licenciatura em Matemática	
					Licenciatura em Física	
					Licenciatura em Biologia (2022)	
Nível Médio	Técnico Integrado Agropecuária	Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado em Eletroeletrônica	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho (2020)		Técnico Integrado em Biotecnologia (2022)
	Técnico Subsequente em Agrimensura					
	Técnico Subsequente Agropecuária					
	Técnico Subsequente					

	em Agroecologia (2019)					
	Técnico Subsequente em Aquicultura (2021)					
	Técnico Integrado em Agroecologia					
EJA	EJA – Recursos Naturais - 2020					
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6

Eixos de verticalização – Campus Santa Rosa do Sul		
Pós-graduação	Especialização em Produção Animal (2019)	
	Especialização em Produção Vegetal (2019)	
Graduação	Bacharelado em Agronomia	Licenciatura em Biologia (2023)
	Bacharelado em Zootecnia (2020)	
Nível Médio	Técnico Integrado Agropecuária	
	Técnico Subsequente Agropecuária	
	Eixo 1	Eixo 2

Eixos de verticalização – Campus São Bento do Sul			
Pós-graduação	Especialização em Segurança do trabalho (2023)		Especialização em Educação (2023)
Graduação	Engenharia de Controle e Automação	Engenharia de Computação	Licenciatura em Matemática (2023)

Nível Médio	Técnico Integrado Automação Industrial	Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado em Segurança do Trabalho	
	Técnico Subsequente Automação Industrial (2019)*		Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho (2019)*	
EJA	EJA*			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

*Oferta de EJA ou Subsequente.

Eixos de verticalização – Campus São Francisco do Sul				
Pós-graduação			Especialização em Gestão de Negócios (2021)	Especialização em Docência e Interdisciplinariedade (2021)
			Especialização em Logística (2022)	Especialização em Ciência e Meio Ambiente (2022)
Graduação	Engenharia Elétrica		Bacharelado em Administração (2021)	Licenciatura em Matemática (2021)
			Tecnólogo em Logística	
Nível Médio	Técnico Subsequente Automação Industrial	Técnico Integrado em Guia de Turismo	Técnico Subsequente em Administração	
	Técnico Integrado Automação Industrial		Técnico Integrado em Administração	
EJA			EJA FIC em Auxiliar Administrativo	
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

Eixos de verticalização – Campus Sombrio			
Pós-graduação	Especialização em Informática na Educação (2022)		Especialização em Gestão de Eventos (2023)
	Especialização em Administração de Redes Linux (2023)		
Graduação	Redes de Computadores	Licenciatura em Matemática	Gestão de Turismo

		Licenciatura em Pedagogia (2023)	
Nível Médio	Técnico Integrado em Informática		Técnico Integrado em Hospedagem
	Técnico Integrado em Informática para Internet (2020)		
EJA			EJA – Administração 2020
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3

Eixos de verticalização – Campus Videira					
Pós-graduação			Especialização na área de informática (2021)	Especialização em Segurança do Trabalho (2023)	Especialização em Educação (2019)
Graduação	Bacharelado em Agronomia (2020)	Engenharia Elétrica	Ciências da Computação		Licenciatura em Pedagogia
					Licenciatura em Matemática-(2022)
Nível Médio	Técnico Integrado Agropecuária	Técnico Integrado em Eletroeletrônica	Técnico Integrado em Informática	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	
	Técnico Subsequente em Agropecuária	Técnico Subsequente Eletrônica			
		Técnico Subsequente em Eletrotécnica			
EJA	EJA 2019				
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5

3.5.1 Adesão a cursos de Mestrado em Rede

Além dos cursos *stricto sensu* que constam do planejamento institucional, o IFC poderá aderir a propostas de mestrado interinstitucional aprovadas pela CAPES, de acordo com as condições infraestruturais disponíveis e em conformidade com as disposições da ação induzida pela referida agência. De modo particular, se destacam as ações vinculadas aos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB, que tem por objetivo a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício na rede pública de educação básica, em conformidade com a política do Ministério da Educação – MEC.

Este é o caso do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia, ProfGeo. O IFC foi convidado pela coordenação da área de Geografia da CAPES a compor a rede de instituições associadas, as quais serão responsáveis pela implantação e execução do curso em rede nacional a partir de 2020. O curso tem áreas de concentração vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica, o que por sua vez está alinhado com a missão do IFC. Para a oficialização da adesão, de qualquer modo, deverão ser cumpridos as exigências dos regulamentos e os trâmites internos para a sua efetiva aprovação e implantação.

3.6 Alinhamento Institucional para oferta de cursos

Considerando o estabelecimento de critérios para abertura e extinção de cursos, bem como a definição institucional para oferta de novos cursos e novas turmas, verificou-se a necessidade de priorizar esta oferta, por meio de um alinhamento institucional. Em reunião com a coordenação da Comissão de Elaboração do PDI 2019/2023, DDEs e Proen, foi discutida e aprovada a priorização institucional.

Quadro 07: Priorização 1 / Oferta de Cursos

Ordem	Campus	Curso	Novo curso ou nova turma?	Tipo de Oferta	Previsão de início
1	Araquari	Jardineiro - PROEJA	Novo curso	Proeja	2019
	Araquari (*)	Técnico na área de Redes e Suporte Técnico	Novo Curso	Integrado	2020
	Araquari (*)	Técnico na área de desenvolvimento de software	Novo Curso	Integrado	2020
	Camboriú	PROEJA ADM	Novo curso	Técnico	2020
	Blumenau	PROEJA - Eletricista Industrial	Novo curso	PROEJA	2019
	Videira	PROEJA	Novo curso	Proeja	2019
	Sombrio	Técnico em Administração	Novo curso	PROEJA	2020
2	Araquari	Aquicultura - PROEJA	Novo curso	Proeja	2020
	Araquari	Proeja - Sustentabilidade	Novo Curso	Proeja	2020
	Brusque	Proeja-FIC Operador de Computador	Novo curso	Proeja	2019
	Luzerna	Proeja	Novo curso	Proeja	2020
	Rio do Sul	Informática	Nova Turma	Integrado	2020

	São Bento do Sul	Técnico em Segurança do trabalho	Novo curso	Subsequente / PROEJA (em parceria)	2019
	São Bento do Sul	Técnico em Automação Industrial	Novo curso	Subsequente / PROEJA (em parceria)	2019
3	Concórdia	PROEJA	Novo curso	Proeja	2020
	Rio do Sul	PROEJA	Novo curso	Proeja	2020
4	Camboriú	Licenciatura em Educação Especial	Novo curso	Superior	2020
5	Blumenau	Bacharelado em Ciência da Computação	Novo curso	Superior	2020
	Camboriú	Bacharelado em Agronomia	Novo curso	Superior	2020
	Ibirama	Administração	Nova turma	Integrado	2019
	Fraiburgo	Técnico Subsequente em Administração	Novo curso	Subsequente	2020
	Rio do Sul	Agroecologia	Novo curso	Subsequente	2019
6	Abelardo	Agropecuária	Nova turma	Técnico subsequente	2020
	Blumenau	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Novo Curso	Superior	2020
	São Francisco do Sul	Bacharelado em Administração	Novo Curso	Graduação	2021
	Videira	Superior em Agronomia	Novo Curso	Graduação	2020
7	Blumenau	Técnico em Mecatrônica	Novo Curso	Integrado	2021
	Ibirama	Informática	Nova turma	Integrado	2020
	Sombrio	Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	Novo Curso	Técnico Integrado	2020

(*) Reorganização de oferta.

Quadro 08: Priorização 2 / Oferta de Cursos

Ordem	Campus	Curso	Novo curso ou nova turma?	Tipo de Oferta	Previsão de início
1	Ibirama	Letras	Novo Curso	Graduação	2020
	Luzerna	Licenciatura	Novo Curso	Licenciatura	2021
	Santa Rosa do Sul	Zootecnia	Novo Curso	Bacharelado	2020
2	São Bento do Sul	Licenciatura em Matemática	Novo Curso	Graduação	2023
	São Francisco do Sul	Licenciatura em Matemática	Novo Curso	Graduação	2021

3	Concórdia	Informática para Internet	Nova turma	Ens. Médio Integrado	2021
	Concórdia	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Novo Curso	Tecnólogo	2022
	Fraiburgo	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	Novo Curso	Ens. Médio Integrado	2021
4	Araquari	Curso técnico em aquicultura integrado ao ensino médio	Novo Curso	Ens. Médio Integrado	2020
	Concórdia	Alimentos	Nova turma	Ens. Médio Integrado	2021
	São Bento do Sul	Técnico em Informática ou Técnico em Segurança do trabalho ou Técnico em Automação Industrial	Nova turma.	Ens. Médio Integrado	2023
5	Camboriú	Técnico em Cuidados de Idosos	Novo Curso	Técnico subsequente	2021
	Luzerna	Informática	Novo Curso	Ens. Médio Integrado	2022
	Luzerna	Curso superior na área de informática	Novo Curso	Graduação	2023

Os cursos referentes à Priorização 3, no Quadro abaixo serão analisados e priorizados no momento da revisão bianual do PDI.

Quadro 09: Priorização 3 / Oferta de Cursos

Campus	Curso	Novo curso ou nova turma?	Tipo de Oferta	Previsão de início
Abelardo Luz	Técnico em Turismo	Novo curso	Integrado	2023
Abelardo Luz	Técnico em Zootecnia	Novo curso	Integrado	2023
Araquari	Licenciatura em ciências da natureza: biologia e/ou química.	Novo curso	Formação de professor	2022
Araquari	Graduação em engenharia química/biotecnologia	Novo curso	Bacharelado	2022
Araquari	Técnico em Química	Nova turma	Integrado	2022
Camboriú	Técnico em Informática ou Controle Ambiental	Nova Turma	Integrado	2023
Concórdia	Pedagogia	Novo Curso	Graduação	2023
Fraiburgo	Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio	Novo Curso	Integrado	2023
Fraiburgo	Tecnólogo em Gestão Financeira	Novo Curso	Tecnólogo	2023
Ibirama	Ciência	Novo Curso	Graduação	2023

Rio do Sul	Técnico em Aquicultura	Novo Curso	Subsequente	2021
Rio do Sul	Técnico em Segurança do Trabalho	Novo Curso	Subsequente	2020
Rio do Sul	Licenciatura em Biologia	Novo Curso	Graduação	2022
Rio do Sul	Técnico em Biotecnologia	Novo Curso	Integrado	2022
Santa Rosa do Sul	Licenciatura em Biologia	Novo Curso	Licenciatura	2023
Santa Rosa do Sul	Agronomia	Nova turma	Graduação	2021
Sombrio	Licenciatura em Pedagogia	Novo Curso	Graduação	2023
Videira	Licenciatura em Matemática	Novo Curso	Graduação	2022

Os cursos de Pós-Graduação, em nível de Especialização, Mestrados e Doutorados serão priorizados e acompanhados pela PROPI, considerando a disponibilidade de carga horária, a produção docente e os critérios de avaliação da CAPES, conforme o caso.

As propostas sugeridas pelos *campi* para o período de vigência deste Plano são:

Quadro 10: Cursos de Pós-graduação

Campus	Curso	Novo curso ou nova turma?	Tipo de Oferta	Previsão de início
Araquari	Especialização na área de Agronomia	Novo Curso	Lato sensu	2019
Araquari	Especialização em educação matemática	Novo Curso	Lato sensu	2019
Araquari	Especialização em gestão de TI	Novo Curso	Lato sensu	2019
Araquari	Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade.	Novo Curso	Lato sensu	2021
Araquari	Doutorado profissional em produção e sanidade animal	Novo Curso	Stricto sensu	2022
Araquari	Mestrado Profissional na área de Informática	Novo Curso	Stricto sensu	2023
Araquari	Doutorado profissional em tecnologia e ambiente	Novo Curso	Stricto sensu	2023
Blumenau	Pós-Graduação em Educação - Eixo: Educação Especial	Turma	Lato Sensu	2019
Blumenau	Pós-Graduação em Informática	Novo Curso	Lato Sensu	2020
Blumenau	Pós-Graduação em Eficiência Energética	Novo Curso	Lato Sensu	2020
Blumenau	Pós-Graduação em Educação - Eixo: Gestão em Educação	Nova Turma	Lato Sensu	2020
Brusque	Pós-Graduação em Educação	Novo Curso	Lato Sensu	2020
Camboriú	Pós-graduação Stricto Sensu em Educação	Novo curso	Stricto Sensu	2019

	– mestrado			
Camboriú	Pós-graduação lato sensu em Negócios Imobiliários	Novo curso	Lato Sensu	2020
Camboriú	Pós-graduação lato sensu em Informática na área de IoT (Internet das Coisas)	Novo curso	Lato Sensu	2020
Camboriú	Pós-graduação stricto sensu Informática na área de IoT (Internet das Coisas) - mestrado	Novo curso	Stricto Sensu	2023
Concórdia	Pós-graduação em Educação Ambiental	Novo curso	Lato Sensu	2022
Rio do Sul	Mestrado em Tecnologias	Novo curso	Stricto Sensu	2020
Rio do Sul	Mestrado em Rizicultura	Novo curso	Stricto Sensu	2020
Rio do Sul	Mestrado em Ensino de Ciências (Institucional)	Novo curso	Stricto Sensu	2020
Santa Rosa do Sul	Produção Animal	Novo Curso	Lato Sensu	2019
Santa Rosa do Sul	Produção Vegetal	Novo Curso	Lato Sensu	2019
São Bento do Sul	Pós-graduação em Segurança do Trabalho	Novo Curso	Lato Sensu	2023
São Bento do Sul	Pós-graduação em Educação	Novo Curso	Lato Sensu	2023
São Francisco do Sul	Docência e Interdisciplinaridade	Novo Curso	Lato Sensu	2021
São Francisco do Sul	Gestão de negócios	Novo Curso	Lato Sensu	2021
São Francisco do Sul	Ciência e meio ambiente	Novo Curso	Lato Sensu	2022
São Francisco do Sul	Logística	Novo Curso	Lato Sensu	2022
Sombrio	Informática na Educação	Novo Curso	Lato Sensu	2022
Sombrio	Gestão de Eventos	Novo Curso	Lato Sensu	2023
Sombrio	Administração de Redes Linux	Novo Curso	Lato Sensu	2023
Videira	Pós-graduação em Educação	Novo Curso	Lato Sensu	2019
Videira	Pós-graduação na área de Informática	Novo Curso	Lato Sensu	2021
Videira	Pós-graduação em Segurança do Trabalho	Novo Curso	Lato Sensu	2023

4. Perfil do corpo docente e TAEs

A Gestão de Pessoas ocupa posição estratégica na concepção de gestão, buscando assessorar esta, por meio do estabelecimento de políticas voltadas à gestão de pessoas e ao desenvolvimento humano e social. Com efetivo planejamento, controle, avaliação e execução destas políticas, busca-se atingir as metas e cumprir a missão institucional.

Neste Capítulo, busca-se apresentar os dados dos servidores que compõem o quadro do Instituto Federal Catarinense. Inicialmente apresentaremos uma tabela com os dados gerais por unidade e em seguida, serão apresentados os dados separados por categoria: Docente e Técnico-Administrativo em Educação.

Tabela 03: Dados gerais de servidores no IFC

Unidade	Total de Docentes Efetivos	Total de Docentes Substitutos	Total de TAEs	Total de servidores na unidade
Abelardo Luz	18	4	9	31
Araquari	122	14	83	219
Blumenau	55	10	39	104
Brusque	34	3	26	63
Camboriú	132	17	92	241
Concórdia	102	12	102	216
Fraiburgo	27	1	34	62
Ibirama	33	10	22	65
Luzerna	46	9	39	94
Rio do Sul	105	12	87	204
Reitoria	0	0	123	123
Santa Rosa do Sul	58	6	85	149
São Bento do Sul	36	4	22	62
São Francisco do Sul	40	9	29	78
Sombrio	44	6	28	78
Videira	72	10	58	140

Fonte: DGP/Reitoria em Setembro de 2018.

4.1 Corpo docente

4.1.1 Plano de Carreira

Os professores efetivos que atuam junto ao IFC, ocupam o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 11.782/2008 compõe a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, estruturado pela Lei nº 12.772/2012, existe nas suas definições os níveis de progressão dentro da Carreira e os critérios para alcançá-los.

Junto ao quadro de professores do IFC, tem-se os professores substitutos regidos pela Lei nº 8745/1993, são contratados para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo, afastamentos, licenças ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor de campus. O total de professores substitutos não pode exceder em 20% ao total dos docentes efetivos.

4.1.2 Composição e Formação Docente

Atualmente o IFC dispõe em seu quadro de servidores 924 professores efetivos e 127 professores substitutos (DGP, Setembro de 2018). Fato relevante com relação a formação dos docentes em que 88% dos professores efetivos possuem Mestrado ou Doutorado exaltando-se assim a qualidade de profissionais que lecionam nos mais variados cursos oferecidos pelo IFC. Esse percentual não sofre grandes quedas ao analisar a formação acadêmica dos professores substitutos, onde mais do que 70% também possuem Mestrado ou Doutorado na sua área de Ensino.

Tabela 04: Nível de capacitação dos Professores Efetivos por *campi*

Campus	Efetivos			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado *
Abelardo Luz	1	3	6	8
Araquari	1	6	55	60
Blumenau	0	4	30	21
Brusque	2	3	18	11
Camboriú	2	9	68	53
Concórdia	3	5	32	62
Fraiburgo	0	7	19	1
Ibirama	2	4	14	13
Luzerna	3	4	29	10
Rio do Sul	2	3	49	51
Santa Rosa do Sul	0	1	29	28
São Bento do Sul	3	10	14	9
São Francisco do Sul	1	4	22	13
Sombrio	1	9	23	11
Videira	3	8	49	12

Fonte: DGP/Reitoria em Setembro de 2018.

Tabela 05: Nível de capacitação dos professores Substitutos por *campi*

Campus	Substitutos			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado*
Abelardo Luz	0	0	3	1
Araquari	0	5	4	5
Blumenau	1	3	3	3
Brusque	1	1	1	0
Camboriú	1	1	9	6
Concórdia	3	1	4	4
Fraiburgo	0	0	1	0
Ibirama	0	3	7	0
Luzerna	2	0	4	3
Rio do Sul	0	5	3	4
Santa Rosa do Sul	1	1	3	1
São Bento do Sul		0	3	1
São Francisco do Sul	1	1	6	1

Sombrio	1	1	3	1
Videira	2	3	3	2

Fonte: DGP/Reitoria em Setembro de 2018.

4.1.3 Critérios de Seleção e Contratação de Professores

A seleção e contratação de Professores Efetivos são feitas através de concurso público, nos termos do Decreto Federal n° 6944/2009. A contratação de Professor Substituto é baseada nas regras da Lei n° 8745/93 e Resolução Interna aprovada pelo CONSUPER de n° 048 – CONSUPER/2014, para análise de candidatos é elaborado Processo Seletivo com prazos e regras definidos antecipadamente.

4.1.4 Cronograma e Plano de expansão – Docentes

Tabela 06: Cronograma de expansão docente

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Abelardo Luz	01	02	00	0	10
Araquari	03	05	0	14	03
Blumenau	01	05	04	01	00
Brusque	01	04	01	00	00
Camboriú	02	05	02	00	06
Concórdia	02	03	06	06	08
Fraiburgo	00	02	04	00	16
Ibirama	01	07	00	00	06
Luzerna	00	02	03	03	06
Rio do Sul	00	07	01	03	00
Santa Rosa do Sul	00	03	02	00	07
São Bento do Sul	02	01	00	00	19
São Francisco do Sul	01	00	10	00	00
Sombrio	00	00	00	00	05
Videira	00	02	00	05	00

O detalhamento do quantitativo de docentes está disponível no respectivo processo eletrônico do PDI. O quantitativo diz respeito à adequações em cursos existentes bem como para cursos novos.

O atendimento das previsões docentes serão conforme a distribuição de vagas da SETEC, além da análise dos DDEs e Proen/Propi/Proex/DGP, considerando os critérios de abertura de curso mencionados no item 3.2.

4.2 Corpo Técnico-administrativo

4.2.1 Plano de Carreira

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação é estruturado pela Lei n° 11.091 de 12 de janeiro de 2005 e suas alterações, existe nas suas definições os níveis de progressão dentro da Carreira e os critérios para alcançá-los.

4.2.2 Composição e Formação Técnico Administrativo

Os Técnicos – Administrativos somam hoje o total de 878 servidores, distribuídos nos Campi e Reitoria do IFC, possuem Cargos com diferente Níveis de Escolaridade que são denominados entre Nível Auxiliar, Nível Intermediário e Nível Superior (definidos pelo Plano de Carreira), todavia há incentivos a qualificação dos servidores Técnico-Administrativos a obter titulação além do que o Nível do cargo exige, como prova destes incentivos temos os cargos de Nível Intermediário que exigem cargo de Nível Médio e mais do 85% dos servidores que ocupam estes cargos têm Graduação, Especialização, Mestrado e alguns casos até mesmo o Doutorado. Outra demonstração de que o Nível de Escolaridade dos Técnico-Administrativos é além do que é solicitado para o Cargo, temos para os Cargos que exigem Nível Superior, que somente 9% detém apenas o Ensino Superior totalizando em 91% o total de Servidores possuem titulação acima da exigida para os Cargos de Nível Superior, demonstra-se a seguir a titulação dos servidores:

Tabela 07: Nível de capacitação dos TAE de Nível Auxiliar (Fundamental) por *campi*:

Campus	NÍVEL AUXILIAR				
	Ensino médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Abelardo Luz	1	1	0	0	0
Araquari	12	8	3	1	0
Blumenau	3	4	1	0	0
Brusque	2	2	2	0	0
Camboriú	7	5	6	5	0
Concórdia	6	3	9	0	1
Fraiburgo	0	1	3	0	0
Ibirama	2	3	0	0	0
Luzerna	2	2	3	0	0
Rio do Sul	9	9	5	1	1
Reitoria	1	5	4	1	0
Santa Rosa do Sul	11	8	9	0	0
São Bento do Sul	1	4	2	0	0
São Francisco do Sul	2	1	3	0	0
Sombrio	2	3	7	0	0
Videira	2	3	4	1	0

Fonte: DGP/Reitoria em Setembro de 2018.

Tabela 08: Nível de capacitação dos TAE de Nível Intermediário (Médio) por *campi*

Campus	NÍVEL INTERMEDIÁRIO				
	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Abelardo Luz	2	1	1	1	0
Araquari	7	6	9	6	4
Blumenau	4	7	7	0	0
Brusque	2	2	4	4	0
Camboriú	4	16	13	8	0
Concórdia	5	14	27	7	1
Fraiburgo	3	4	6	0	1
Ibirama	3	1	4	1	0
Luzerna	5	10	8	0	0
Rio do Sul	2	7	12	15	1

Araquari	--	06	02	--	03	02	--	02	02	--	01	02	--	--	--
Blumenau	01	02	--	--	--	01	--	01	01	--	--	--	--	01	--
Brusque	--	03	01	--	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Camboriú	--	05	04	--	04	--	01	--	--	01	--	--	01	--	--
Concórdia	--	--	--	--	--	--	--	04	--	--	02	--	--	02	01
Fraiburgo	--	--	--	01	02	--	01	02	--	--	02	01	--	--	--
Ibirama	02	02	--	--	--	--	--	01	--	--	02	--	--	03	--
Luzerna	--	02	--	--	01	02	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Rio do Sul	--	02	01	--	02	01	--	03	01	--	--	--	--	--	--
Santa Rosa do Sul	--	--	--	--	02	--	--	--	02	--	--	--	--	02	01
São Bento do Sul	--	02	03	--	01	--	--	--	01	--	01	--	--	--	01
São Francisco do Sul	--	03	02	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01	--
Sombrio	--	02	02	--	02	--	--	01	--	--	01	--	--	01	--
Videira	--	01	02	--	01	01	--	--	02	--	--	--	--	01	01

Fonte: Reitoria e Campi

Este quantitativo considerou a estrutura existente, a Portaria nº 246 de 15 de Abril de 2016, sendo necessária revisão na ocasião da revisão bianual. O referido quadro foi elaborado com base nas informações encaminhadas pelos *Campi*. O detalhamento pode ser consultado no respectivo processo eletrônico.

4.3 Desenvolvimento de servidores

A Diretoria de Gestão de Pessoas trata das relações dos servidores com a instituição, tendo como alicerce a legislação vigente sobre os mais variáveis temas. Através destas relações a Diretoria busca atingir o cumprimento dos objetivos, da missão e da visão da instituição.

Entendendo a indissociabilidade entre os pilares da vida, quais sejam: trabalho, sucesso profissional, desenvolvimento, sucesso pessoal, família, vida social, entre outros esta Diretoria busca encontrar um equilíbrio entre a vida profissional das outras necessidades dos servidores. Vindo ao encontro a esta perspectiva de equilíbrio são elaboradas ações de desenvolvimento de pessoas, relacionando: educação, informação, habilidades, conhecimento, atitudes, valores e emoções.

4.3.1 Ações e incentivos à capacitação

Os recursos humanos de uma instituição deixaram de ser apenas números e passaram a fazer parte das estratégias de organizações, com conhecimentos, especialidades, competências, habilidades e atitudes.

A promoção ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do IFC tem se tornado condição primordial para o desenvolvimento de toda a instituição IFC.

Vindo ao encontro desta necessidade de desenvolver estrategicamente o corpo funcional do IFC, temos elencado como principais incentivos a capacitação os diretamente ligados a legislação vigente: **Afastamento integral para pós-graduação stricto sensu**, onde o servidor poderá afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país ou no exterior; **Horário especial para servidor estudante**, que consiste no afastamento de servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação lato sensu, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação stricto sensu, dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da lei n. 8.112/90; **Licença para capacitação** onde após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; **Ações para aperfeiçoamento (curta duração)**, podendo haver a autorização de afastamento do servidor para cursos de aperfeiçoamento como congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; **Programa Institucional de Qualificação de servidores – PIQIFC**, em que os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação stricto sensu; **Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFC**, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores, através de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado.

O IFC desenvolve também ações internas com intervenções no dia a dia dos servidores, tais como: Plano Anual de Capacitação dos campi e da reitoria do IFC; educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos e docentes; Programa de Recepção Docentes e TAES; ações para a preparação para aposentadoria; Eventos: semana da saúde e segurança de trabalho, semana da mulher, Faça uma Pausa com a Gestão, entre outros.

4.3.2 Qualidade de Vida no Trabalho

Com vistas a promover a qualidade de vida no trabalho, buscamos: Estimular a formação de comissões nos campi/reitoria para discussão e desenvolvimento de atividades em QVT; Promover o debate de temáticas relativas a QVT por meio de campanhas institucionais usando as ferramentas digitais, como e-mail, sites e rede sociais; Realizar ações de divulgação e conscientização para datas relacionadas a saúde do servidor; Otimizar os espaços de debate promovidos pela SIPAT agregando ações voltadas para QVT, tanto na Reitoria como nos campi; e promover momentos de troca de experiências com profissionais especializados.

5. Organização administrativa do IFC

5.1 Estrutura organizacional

A administração geral do IFC é exercida pela Reitoria, como Órgão executivo superior do IFC, cabendo-lhe a administração, a coordenação, o planejamento e a supervisão de todas as atividades da autarquia, amparada pelas deliberações do Consuper e assessorado pelo Colégio de Dirigentes (Codir).

A estrutura organizacional básica do IFC tem a seguinte composição:

I. Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior (Consuper), de caráter consultivo e deliberativo;
- b) Colégio de Dirigentes (Codir), de caráter consultivo.

II. Órgãos Executivos:

- a) Reitoria, composta por Gabinete, Ouvidoria, Coordenação-Geral de Comunicação (Cecom), Corregedoria (Correg) e Assessoria de Relações Internacionais;
- b) Pró-Reitorias:
 1. Pró-Reitoria de Ensino (Proen);
 2. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propi);
 3. Pró-Reitoria de Extensão (Proex);
 4. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin);
 5. Pró-Reitoria de Administração (Proad).

III. Unidade de Auditoria Interna (Unai).

IV. Procuradoria Federal.

V. Órgãos de Assessoramento:

- a) Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- b) Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS);
- c) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- d) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI);
- e) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);
- f) Colegiado de Gestão de Pessoas (Cogepe);
- g) Comitê de Governança, Riscos e Controles.

V. *Campus*:

- a) Diretorias-Gerais;
- b) Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações;
- c) Órgãos de assessoria dos *campi* (Conselho de *Campus*);
- d) *Campi* Avançados:
 - i) Diretor(a) do *campus*;
 - ii) Coordenações-Gerais e Coordenações.

VI. Órgãos Complementares:

- a) Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua);
- b) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH);
- c) Editora Universitária do IFC (EDU-IFC).
- d) Núcleo de Gestão Ambiental (NGA);

5.2 Órgãos Colegiados

Os Órgãos colegiados do IFC, cujas composições e competências estão definidas no Estatuto e que também deverão possuir regimentos próprios, são:

- Conselho Superior (Consuper);
- Colégio de Dirigentes (Codir);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);
- Colegiado de Gestão de Pessoas (Cogepe);
- Conselho de *Campus* (Concampus).

5.2.1 Conselho Superior (Consuper)

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFC e tem a seguinte composição:

I – O(A) reitor(a), como presidente;

II – Representação de 2/3 (dois terços) do número de *campi*, destinada aos(às) servidores(as) docentes, sendo o mínimo de 02 (dois/duas) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

III – Representação de 2/3 (dois terços) do número de *campi*, destinada ao corpo discente, composta por, no mínimo, 02 (dois/duas) e, no máximo, 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

IV – Representação de 2/3 (dois terços) do número de *campi*, destinada aos(às) servidores(as) técnico-administrativos(as), composta por, no mínimo, 02 (dois/duas) e, no máximo, 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

V – 02 (dois/duas) representantes dos egressos e igual número de suplentes;

VI – 09 (nove) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo: 03 (três) designados(as) por entidades patronais; 03 (três) designados(as) por entidades dos trabalhadores; 03 (três) representantes do setor público: 01 (um) indicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 01 (um) indicado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e 01 (um) indicado pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina;

VII – 01 (um/uma) representante e 01 (um/uma) suplente do Ministério da Educação, designados(as) pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII – Representação de 2/3 (dois terços) do número de diretores(as)-gerais dos *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois/duas) e o máximo de 05 (cinco), e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

IX – 01 (um/uma) representante e 01 (um/uma) suplente de representantes de entidades

de trabalhadores do IFC.

Compete ao Conselho Superior:

I – aprovar as diretrizes para atuação do IFC e zelar pela execução de sua política educacional;

II – deflagrar os processos de consulta e deliberar sobre a realização dos pleitos em turno único ou em dois turnos, com a antecedência mínima de noventa dias com relação ao término dos mandatos em curso do(a) reitor(a) e diretor(a)-geral de *campus*. Os processos de consulta para escolha dos cargos de reitor(a) e diretor(a)-geral de *campus* serão finalizados em até noventa dias, a contar da data de seu início.

III – aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

IV – aprovar os regulamentos internos, cuja abrangência inclui todos os *campi*;

V – aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI – autorizar o(a) reitor(a) a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII – apreciar, emitindo recomendação em sendo o caso, a proposta orçamentária anual do Instituto;

VIII – aprovar as contas do exercício financeiro por meio do relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

IX – deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados, quando permitido pela legislação em vigor, pelo IFC, cujos valores deverão ser transferidos à conta única do Tesouro Nacional – Receitas Próprias;

X – Autorizar a criação de cursos, mediante a aprovação do projeto pedagógico, bem como a extinção de cursos no âmbito do IFC, após a devida tramitação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) do IFC;

XI – Aprovar o Estatuto e o Regimento Geral do IFC, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e

XII – Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação;

XIII – Deliberar sobre a criação, o desdobramento, a incorporação, a fusão e a extinção de unidades e a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a criação, ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação; e

XIV – Aprovar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que impliquem repasse de recursos financeiros públicos pelo IFC para entes privados, nos casos admitidos pela legislação.

5.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, o qual possui a seguinte composição:

- I – Reitor(a), como presidente;
- II – Pró-reitores(as); e
- III – Diretores(as)-gerais dos *campi*;
- IV – Diretores(as) de *Campus* Avançado.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica, de cada *campus*;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Propor ao Consuper a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFC;
- IV. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- V. Acompanhar a execução e recomendar alterações no PDI; e
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da Administração do IFC.

5.2.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)

O Consepe é órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica.

Os membros do Consepe são:

- I - O(A) pró-reitor(a) de Ensino;
- II - O(A) pró-reitor(a) de Extensão;
- III - O(A) pró-reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- IV - O(A) pró-reitor(a) de Desenvolvimento Institucional;
- V - Um(a) diretor(a) de cada Pró-Reitoria: de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, de Extensão e de Desenvolvimento Institucional, ou seus(suas) representantes legais, indicados(as) pelos(as) respectivos(as) pró-reitores(as);
- VI - 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes dos(as) servidores(as) docentes;
- VII - 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) em educação;
- VIII - 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes dos(as) discentes, com no mínimo 18 anos de idade.

Compete ao Consepe:

- I - Assessorar a Reitoria na definição das estratégias e políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFC, por meio do estabelecimento de diretrizes e da emissão de recomendações, pareceres e portarias normativas respaldados na legislação e nos preceitos técnicos aplicáveis;
- II - Avaliar e emitir parecer sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- III - Estabelecer diretrizes e regulamentar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica de acordo com a política institucional;
- IV - Estabelecer procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica;
- V - Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos, afetos à sua área de atuação e submetidos a sua apreciação, e emitir parecer em matéria de sua atribuição;
- VI - Emitir parecer sobre e julgar recursos de processos de natureza didático-pedagógica de sua competência;
- VII - Definir diretrizes para a elaboração do calendário acadêmico do IFC e aprová-lo;
- VIII - Expedir orientações para a elaboração e revisão da organização didático-pedagógica do IFC;
- IX - Emitir parecer sobre a organização didático-pedagógica do IFC e as normas relacionadas e complementares a esta;
- X - Regulamentar os processos de criação, reformulação e extinção de cursos e demais ofertas educativas do IFC;
- XI - Emitir parecer sobre processos de criação e extinção de cursos no IFC, para posterior encaminhamento ao Conselho Superior, exceto para cursos de qualificação profissional;
- XII - Analisar e emitir parecer final sobre os processos de ajuste curricular e suspensão temporária de cursos;
- XIII - Assessorar a Coordenação-Geral de Ingresso, o Colegiado de Gestão de Pessoas e as comissões nomeadas para a realização de processos seletivos de ingresso (docentes, técnicos administrativos em educação e discentes) quanto aos critérios e à definição de vagas;
- XIV - Regulamentar e aprovar normas sobre processos seletivos de ingresso discente;
- XV - Identificar oportunidades de interação entre as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, e propor ações para a sua efetivação;
- XVI - Avalizar e definir a participação institucional em editais de fomento relativos à sua área de competência;
- XVII - Elaborar o regimento próprio do Consepe, bem como propostas de alteração, quando necessário, a serem apreciados e aprovados pelo Consuper;
- XVIII - Regulamentar o funcionamento das câmaras de Ensino, de Pesquisa e de Extensão;
- XIX - Acompanhar o cumprimento de suas decisões;
- XX - Decidir, em sua área de competência, sobre os casos omissos no Estatuto e no Regimento Geral do IFC e neste Regimento Interno;
- XXI - Realizar outras atividades que lhe vierem a ser atribuídas por meio de Resoluções do Consuper.

5.2.4 Colegiado de Gestão de Pessoas (Cogepe)

O Colegiado de Gestão de Pessoas (Cogepe) do Instituto Federal Catarinense é um órgão consultivo, que tem por finalidade subsidiar a alta administração nos

encaminhamentos das políticas de gestão de pessoas, propondo diretrizes e normas internas para avaliação, direcionamento e monitoramento, bem como auxiliar nas decisões relativas à área de gestão de pessoas.

O Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense será composto por representantes titulares e suplentes das unidades estratégicas da instituição, quais sejam:

I - Membros natos:

- a) Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional;
- b) Pró-reitor de Administração;
- c) Diretor de Gestão de Pessoas;
- d) Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- e) Coordenador da Comissão Interna de Supervisão (CIS/PCCTAE);
- f) Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

II - Membros eleitos:

- a) Dois representantes dos coordenadores de Gestão de Pessoas dos *campi*, eleitos por seus pares;
- b) Dois representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- c) Dois representantes da Comissão Interna de Supervisão (CIS/PCCTAE).

5.2.5 Conselho de Campus (Concampus)

O Concampus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do(a) reitor(a), tem a seguinte composição:

I - *Campus*:

- a) O diretor-geral do *campus*;
- b) Os diretores de Ensino e Administração do *campus*;
- c) 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d) 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- e) 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- f) 01 (um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;
- g) 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- h) 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

II - *Campus Avançado*:

- a) O diretor do *Campus Avançado* ou equivalente;
- b) O coordenador de Ensino do *campus* ou equivalente;
- c) 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d) 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- e) 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- f) 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- g) 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

Compete ao Concampus:

I - Recomendar aprovação, no âmbito do *campus*:

- a) Dos projetos de criação e pedagógicos de cursos;
- b) Do Plano Institucional do *campus*;
- c) Do calendário acadêmico.

II - Propor, no âmbito do *campus*:

- a) Mecanismos e políticas para fomentar e implementar programas e projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica no *campus*;
- b) Mecanismos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias para o processo de ensino-aprendizagem no *campus*;
- c) A criação de novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação *lato sensu*, e projetos de Pesquisa e Extensão;
- d) Mecanismos de divulgação dos andamentos e dos resultados dos trabalhos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do *campus*;
- e) Formas de execução das normas definidas pelas instâncias superiores.

III - Constituir comissões especiais no âmbito de sua esfera de atuação;

IV - Emitir pareceres sobre assuntos afetos à sua competência.

5.3 Pró-reitorias

PRODIN - A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin), dirigida por um(a) pró-reitor(a) nomeado(a) pelo(a) reitor(a), é o Órgão executivo que promove a integração entre a Reitoria e os *campi*, o desenvolvimento dos servidores, a coordenação dos processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional, a sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico, e que planeja e coordena as atividades relacionadas a ingresso, à gestão de pessoas, à tecnologia da informação e à infraestrutura.

PROEN - A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) do Instituto Federal Catarinense é Órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Ensino, articuladas à Pesquisa e à Extensão, tendo como diretrizes:

- I - Primar pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica na oferta dos diferentes níveis e nas diferentes modalidades do ensino;
- II - Favorecer a humanização do acesso e da produção do saber, a diversidade, a inclusão social, o desenvolvimento da pessoa e a responsabilidade socioambiental;
- III - Ampliar a inserção do IFC junto à comunidade regional com integração das diversas áreas de conhecimento ao mundo do trabalho;
- IV - Alcançar patamares superiores de qualidade socialmente referenciada junto aos níveis e às modalidades de ensino.

PROEX - À Pró-Reitoria de Extensão (Proex), compete as políticas e atividades de Extensão e de relações com a sociedade, articuladas ao Ensino e à Pesquisa, de modo a fortalecer a interação do Instituto com as empresas e a comunidade, em atendimento às demandas da sociedade.

PROPI - A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propi), dirigida por um(a) pró-reitor(a) nomeado(a) pelo(a) reitor(a), é o Órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as políticas e atividades de pesquisa, de

pós-graduação e inovação, articuladas ao Ensino e à Extensão, e que promove ações de intercâmbio, com instituições e empresas, na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica.

PROAD - À Pró-Reitoria de Administração (Proad), dirigida por um(a) pró-reitor(a) nomeado(a) pelo(a) reitor(a), compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária e financeira do IFC, bem como realizar a gestão da cadeia logística de suprimentos, dos contratos com obrigações futuras e do patrimônio móvel e imóvel.

5.4 Unidade de Auditoria Interna (UNAI)

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão que tem por finalidades básicas fortalecer e assessorar a gestão, propor medidas para a racionalização das ações de controle, no sentido de mitigar os riscos e contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da Administração do Instituto Federal Catarinense, bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

5.5 Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal Catarinense, dirigida pelo procurador-chefe, nomeado pela Casa Civil da Presidência da República, compete as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto Federal Catarinense, conforme disposto na Lei Complementar nº 73/1993 e na Lei nº 10.480/2002.

5.6 Corregedoria

A Corregedoria, unidade seccional de correição vinculada diretamente a(o) reitor(a) do IFC, será dirigida por um(a) chefe nomeado(a) pelo(a) reitor(a) e submetido(a) à apreciação da Controladoria Geral da União (CGU). É responsável pelas atividades relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

5.7 Coordenação-geral de Comunicação (Cecom)

A Coordenação-Geral de Comunicação (Cecom) é o órgão que tem por finalidades básicas fortalecer e assessorar a gestão, criar, coordenar e propor medidas para consolidar a comunicação institucional, atuando, assim, na construção de uma imagem de marca forte e garantindo à sociedade o acesso às atividades institucionais de forma transparente, imparcial e impessoal.

5.8 Comissões

5.8.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) constitui-se em Órgão de assessoramento ao Consuper, à Reitoria e aos(às) diretores(as)-gerais para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IFC.

5.8.2 Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS)

Compete à Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação:

- I - Acompanhar a implantação do plano de carreira, em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;
- II - Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação;
- III - Fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira no âmbito do Instituto Federal Catarinense;
- IV - Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano;
- V - Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do Instituto Federal Catarinense e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- VI - Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do Instituto Federal Catarinense, conforme o § 1º, inciso I, do artigo 24, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- VII - Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do Instituto Federal Catarinense proposto pela área de pessoal, bem como dos cargos que os integram;
- VIII - Examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional.

5.8.3 Comissão de Ética

A Comissão de Ética é o Órgão responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

6. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.1. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A autoavaliação institucional é atualmente desenvolvida no âmbito do ensino superior, buscando identificar, por meio de critérios e indicadores de qualidade, o quão próximo ou o quão distante o IFC está deste padrão de qualidade, que no momento tem sido norteado pelo instrumento de avaliação do MEC e pelo entendimento institucional sobre as melhores práticas, processos e infraestrutura.

O órgão responsável por planejar, gerenciar, implementar e organizar os dados da avaliação é a Comissão Própria de Avaliação. Esta comissão tem autonomia institucional e tem como principal objetivo organizar os instrumentos de avaliação, sensibilizar a comunidade acadêmica para participação do processo avaliativo, bem como socializar as informações de forma imparcial e fidedigna.

Atualmente o Instituto Federal Catarinense tem uma CPA Institucional, constituída pelos presidentes da CPA Locais, sendo que estas são compostas por representantes docentes, discentes, TAE e sociedade civil, de cada um dos campi.

A autoavaliação institucional é realizada anualmente e conta com um relatório institucional, considerando todos os campi e os relatórios locais, considerando as especificidades de cada campus. A cada dois anos, amparados pela legislação, a Comissão Própria de Avaliação pode optar pela não aplicação do instrumento, no intuito de realizar a análise dos últimos dois anos de implementação dos instrumentos autoavaliativos.

Considerando que a autoavaliação institucional não é uma mera obrigação legal e entendendo que o Instituto Federal Catarinense tem caráter diferenciado das demais instituições de ensino superior, uma vez que atua com diferentes níveis de ensino, tem-se como meta desenvolver a médio e longo prazo uma autoavaliação que possa abranger toda a comunidade acadêmica e também escolar, inserindo-se nesse processo, além dos estudantes e docentes do ensino superior, os estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes.

Atualmente o instrumento avaliativo é organizado com a utilização da plataforma GoogleForms.

6.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A metodologia utilizada para a composição, sensibilização, aplicação, análise e divulgação dos resultados está fundamentada nas premissas do Plano Estratégico das ações da CPA, nos termos da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n° 65 e compreende os seguintes itens:

a) Alinhamento do instrumento de coleta de dados:

Anualmente a equipe da CPA faz o realinhamento e adaptação dos instrumentos, de acordo com as necessidades e demandas apontadas pelos relatórios anteriores. Para dar início o alinhamento do instrumento de autoavaliação institucional a equipe da CPA Institucional definiu algumas premissas a serem consideradas, entre elas:

- A elaboração e aplicação do instrumento não deve ser apenas o cumprimento de um ato de regulação do MEC, mas antes de tudo uma oportunidade de repensar e qualificar as práticas, processos e infraestrutura institucional, considerando as demandas levantadas pela comunidade acadêmica.
- O instrumento precisa ser claro e objetivo, com indicadores que expressem o entendimento institucional de qualidade, nos diferentes eixos e suas dimensões.
- O instrumento não deve ser muito extenso e poderá prever a possibilidade de aplicação particionada.
- O instrumento deve ser desenvolvido e adaptado, sempre que necessário, às especificidades de cada um dos segmentos (TAE, docentes e discentes) garantindo a diversidade de olhares sobre aspectos distintos e comuns.
- A resposta aos indicadores deve ser capaz de expressar o quão próximo ou o quão distante o IFC está da qualidade almejada.
- Os indicadores devem estar alinhados com as possibilidades de resposta, ao ponto de se transformarem em ação estratégica pela gestão, sempre que o resultado demonstre que o indicador de qualidade não foi atingido.
- O respondente deve ter a possibilidade de manifestar-se em todos os indicadores.
- A escala de resposta ao indicador deve ampliar a fidedignidade da informação, com a inclusão do item zero (não se aplica, não sei responder).

Atualmente o instrumento está dividido pelos eixos do SINAES, composto por 95 indicadores para discentes e TAES, 109 indicadores para docentes e 65 indicadores para reitoria.

No início do instrumento está organizado um texto para a contextualização dos respondentes, que traz um exemplo sobre a forma adequada de preenchimento.

Cada questão representa um indicador de qualidade, ou seja, o ideal de práticas, processos e infraestrutura desejados para o Campus/IFC. Para cada afirmação está organizada uma escala de 0 a 5, sendo que:

- 0 - Não se aplica / não sei responder.
- 1 - Não atende ao indicador de qualidade.
- 2 - Atende de forma insuficiente o indicador de qualidade.
- 3 - Atende parcialmente o indicador de qualidade.
- 4 - Atende de forma suficiente o indicador de qualidade.
- 5 - Atende plenamente o indicador de qualidade.

Uma vez finalizado o realinhamento é realizada a revisão ortográfica do instrumento, para posterior postagem, na ferramenta.

b) Organização do instrumento no sistema

Mesmo reconhecendo as limitações da ferramenta, a plataforma escolhida para organização e posterior aplicação do instrumento de avaliação institucional, foi o *Google Forms*. As questões foram organizadas e inseridas nos formulários pelos membros da

CPA, sendo que a estratégia de programação do instrumento permitiu o sigilo da identidade dos respondentes aos formulários. Estando o questionário implementado na ferramenta (*Google Forms*), deve ser realizado um pré-teste com os membros da CPA do Instituto Federal Catarinense.

c) Ações de sensibilização da comunidade acadêmica

As ações de sensibilização devem ser previstas no planejamento estratégico da CPA, sempre considerando os resultados e apontamentos dos relatórios anteriores.

A equipe da CPA Institucional apresenta várias possibilidades de sensibilização, sendo que as equipes da CPA nos campi tem autonomia para definir quais estratégias são mais assertivas, considerando o contexto do seu campus. Atualmente como estratégias de sensibilização cita-se: rodas de conversa, seminários, Dia D CPA, etc.

d) Aplicação do instrumento de coleta de dados

A aplicação do instrumento de autoavaliação institucional geralmente acontece em um período de 30 dias. Considera-se a possibilidade de aplicação particionada em dois momentos, considerando solicitações e apontamentos realizados em relatórios anteriores.

Os respondentes recebem um link por e-mail e através de notificações no SIGA-A.

A CPA em parceria com a CECOM, fazem a atualização semanal da quantidade de respondentes motivando a comunidade na participação do processo avaliativo.

Em alguns campi os laboratórios ficam a disposição em alguns horários específicos, favorecendo o acesso e a participação de todos.

e) Levantamento dos dados e resultados da aplicação

A ferramenta utilizada e a programação do instrumento permite que os dados sejam coletados por campi. Essa ação, busca favorecer o processo de análise pelas comissões locais, bem como aproximar os comentários dos participantes às necessidades de melhoria no campus.

Outra ação importante para compor o resultado da aplicação, é a definição de médias, que tornam mais tangível a percepção do quão distantes ou quão próximos estamos dos indicadores de qualidade desenvolvidos.

O conceito 0 não foi computado na média, pois representa situações em que o indicador não se aplica ou que o participante não sabe responder, inferindo nesse caso, desinformação sobre a prática, processo ou infraestrutura. Essa ação, permitiu diminuir casos em que a pessoa avaliava negativamente ou positivamente situações que lhe eram desconhecidas, alterando dados e interferindo no processo de análise.

f) Análise dos dados

A composição da análise dos dados institucionais se dá com a participação das Comissões Próprias de Avaliação locais, que contribuem com a análise e organização das informações considerando os Eixos, dimensões, indicadores, segmentos pesquisados e comentários expressos.

A análise é feita com base em planilha que expressa a média institucional, quanto a percepção da comunidade acadêmica, frente ao indicador de qualidade apresentado.

Diante da média e das cores, cada membro da CPA faz uma reflexão sobre o indicador, levando em consideração os comentários expressos pelos respondentes, que distanciam a instituição do atendimento pleno do indicador de qualidade, exprimindo assim possíveis ações de melhoria institucional.

Outro ponto de destaque é que, além da análise global do eixo e dimensão, existe um resumo por tópicos, com os principais apontamentos dos participantes, para facilitar a leitura do relatório.

IMPORTANTE: Além da análise institucional, com os dados globais, cada campus desenvolve seu próprio relatório, apresentando as especificidades relacionadas ao seu campus. Este relatório serve como complemento, para que a direção do campus possa utilizá-lo como instrumento de gestão democrática e participativa, reconhecendo os pontos fracos e fortes de seu campus (sob o ponto de vista da comunidade acadêmica) e implementando ações para buscar a qualificação contínua.

g) Socialização dos resultados dos relatórios

Todos os campi devem organizar-se para socializar as informações presentes no relatório. A estratégia utilizada dependerá da infraestrutura e das especificidades de cada um dos campi. Orienta-se que todos tenham acesso ao documento e que sejam utilizadas diferentes estratégias de divulgação dos resultados.

6.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS DADOS DA AVALIAÇÃO

O relatório de avaliação tem como principal objetivo aproximar as necessidades e demandas percebidas pela comunidade acadêmica (e futuramente escolar), favorecendo a percepção da gestão na tomada de decisão estratégica.

Deve ser compreendido como um documento que democratiza e torna mais assertiva a gestão e definição de metas e estratégias, nos âmbitos local e institucional.

Anualmente a gestão é convidada a manifestar-se sobre os principais apontamentos realizados pelos relatórios, tanto no âmbito institucional, quanto no âmbito local, oportunizando um processo contínuo de ação-reflexão-ação, na busca pela qualidade nos processos, práticas e infraestrutura do Instituto Federal Catarinense.

7. Ações de Transparência e Divulgação de Informações da Instituição

A Ouvidoria do IFC, integra a estrutura organizacional da Administração Superior, suas atribuições como de receber, registrar, analisar, encaminhar, responder as manifestações oriundas da comunidade acadêmica, (interna e externa) promovendo e defendendo os direitos de servidores docentes e técnico-administrativos, terceirizados e comunidade externa em suas relações com o Instituto Federal Catarinense. Tem ainda a tarefa de sintetizá-las e transformá-las em informações que farão parte do relatório anual da Ouvidoria, para serem divulgados a nível institucional representada pela Administração Superior.

A Lei de Acesso à Informação (LAI 12527) e o Acórdão nº 1.855/2018-Plenário, estabelece que órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitações, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Isto deverá ser feito através de todos os meios disponíveis e obrigatoriamente em sites da internet que deverão constar, no mínimo:

- Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público;
- Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- Registros das despesas;
- Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive aos respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;
- Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Com o acesso prévio à informação, o cidadão não precisa acionar os órgãos e entidades públicas, gerando benefícios tanto para ele, quanto economia de tempo e recursos para a Administração.

Os **canais de acesso ao cidadão**, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e Simplifique são:

a) Via **internet**, por intermédio das seguintes opções:

1) Sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-OUV é um sistema com interface amigável, desenvolvido em software livre integrando todas as ouvidorias do Poder Executivo Federal, cujo banco de dados fica sob a guarda da Ouvidoria-Geral da União. Possibilita ao cidadão o recebimento automático de protocolo e acompanhamento da demanda endereço: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>, onde o usuário preenche os dados de cadastro e registra sua demanda, sendo esta respondida no prazo fixado no próprio sistema, com possibilidade de acompanhamento através de e-mail, com protocolo.

2) e-mail da Ouvidoria (ouvidoria@ifc.edu.br), onde o usuário encaminha sua demanda que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao e-mail cadastrado.

3) Sistema e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>), restrito ao pedido de acesso à informação, entendido como: orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e informação relativa: à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

b) Via **telefone** da Ouvidoria (47-3331-7802/3331-7800), onde o usuário encaminha sua demanda que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao e-mail cadastrado.

c) **Pessoalmente**, onde o usuário se dirige à Ouvidoria e registra sua demanda, que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao e-mail cadastrado.

Em relação ao Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 os órgãos e entidades da administração pública federal deverão, obrigatoriamente, dar tratamento e resposta ao SIMPLIFIQUE! que consiste em instrumento que possibilita a qualquer usuário de serviços públicos solicitar a simplificação de serviços e denunciar o descumprimento das normas de simplificação já existentes. Está em vigor na plataforma do sistema e-OUV e com os formulários dispostos no site do IFC.

Já com o Decreto 9.492 de 05 de setembro de 2018 que institui o sistema de Ouvidoria do poder Executivo Federal e altera o Decreto n. 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a estrutura Regimental e o Quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

Todos os órgãos públicos federais necessitam ter Ouvidorias conforme suas atribuições precípuas constantes na Lei 13.460/2017 que este Decreto regulamenta;

Todos os órgãos públicos federais, obrigatoriamente, terão de usar o sistema e-OUV e TODAS as manifestações devem ser realizadas por meio deste sistema; A Ouvidoria setorial é a instância ÚNICA dentro do órgão para receber Denúncias.

As ações de divulgação das informações institucionais são realizadas mediante canais de relacionamentos, os quais se constituem como veículos oficiais de comunicação do Instituto Federal Catarinense (IFC), a partir dos quais acontece a interação com os mais

variados públicos estratégicos. A veiculação de informações atualizadas, pelo setor de Comunicação, alinhada às diretrizes dos documentos norteadores da instituição, atua para o fortalecimento da marca do Instituto, promovendo a sua identidade, de modo comprometido com os ideais propostos na visão e missão institucionais, e ocorre por meio dos seguintes canais: Informativo Universo IFC, Portal de Ingresso, SIGAdmin, murais de avisos, site, subsites, e páginas, perfis e grupos em mídias sociais.

7.1 Plano de Dados Abertos

O Plano de Dados Abertos (PDA) do IFC foi elaborado tendo como base o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, c/c o art. 8º, § 3º, incisos II, III e VI, da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos do MPOG, Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), Estratégia de Governança Digital (EGD) por meio do Decreto nº 8.638 que institui a Política de Governança Digital e compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência da informação.

O propósito do PDA é publicitar de forma institucionalizada e sistematizada informações relevantes acerca da atuação do IFC em um formato que atende aos critérios e princípios da filosofia de dados abertos. Todos os dados abertos do IFC são catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, em conformidade com a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.

Maiores informações em <http://dadosabertos.ifc.edu.br/>.

8. Infraestrutura física e instalações acadêmicas

8.1 Bibliotecas

Ofertar e promover ensino de qualidade é uma das principais metas a serem alcançadas por todas as Instituições Educacionais. No sentido de manter, melhorar e ampliar suas ações, acompanhando a transformação da sociedade e, procurando tornar-se centros de excelência de múltipla capacitação de trabalhadores e pessoas da comunidade local e regional, a Biblioteca é um dos pilares indispensáveis na disseminação da informação e geração de novos conhecimentos no ambiente educacional e por isso está diretamente ligada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A responsabilidade maior da Biblioteca no contexto educativo vem sendo propiciar à comunidade interna (alunos, docentes e técnicos administrativos), bem como à comunidade externa local e regional, o acesso à informação registrada em qualquer meio, seja ele impresso, digital, virtual ou outro, instrumentando, promovendo e facilitando o seu uso. Sabe-se que a informação registrada cresce exponencialmente e migra do formato impresso para o meio digital/virtual de forma acelerada, e as bibliotecas necessitam atualizar-se constantemente para cumprir a sua missão maior.

Com o advento do IFC, novas estruturas foram dinamizadas a fim de que se viabilizasse a integração entre os *campi* que o compõem, notadamente as bibliotecas onde havia e há necessidade de ampliar os recursos, e que sejam bem aplicados e gerenciados, de forma que o desenvolvimento dos serviços bibliotecários se façam em redes de parcerias, onde cooperativamente se potencializam os esforços e minimizem os investimentos.

Desde a Resolução nº. 007 do CONSUPER de março de 2014, todas as bibliotecas passaram a compor o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI-IFC), que objetiva promover uma gestão integrada das bibliotecas, oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos, racionalizar o uso dos recursos orçamentários e de pessoal, disponibilizando o acervo das bibliotecas que compõem a rede SIBI-IFC para todos os alunos e servidores do IFC.

O SIBI-IFC, atualmente vinculado à Coordenadoria Geral de Políticas e Programas de Ensino (por sua vez vinculado a PROEN), integra-se aos demais órgãos do IFC no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, geração de novos conhecimentos e disseminação da informação.

De forma dinâmica e pró-ativa, pretende-se, durante os próximos anos, ampliar os serviços informacionais e educacionais prestados pelas bibliotecas a fim de respaldar de forma mais efetiva as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A coordenadoria do SIBI-IFC atualmente é exercida por um bibliotecário de carreira da instituição, indicado por seus pares e nomeado pelo Reitor, lotado em uma das bibliotecas, atendendo simultaneamente a biblioteca onde está lotado, conjuntamente com as funções do SIBI.

Com o crescimento do IFC, sua estrutura física, número de servidores, discentes, passou a exigir do SIBI a consequente estruturação na ampliação dos serviços e na sua administração, necessitando da Coordenação a gestão de contratos de softwares, contratos com fornecedores de livros eletrônicos, desenvolvimentos de uma política de competência informacional para o IFC, redação de manuais e padronização de textos legais necessários às bibliotecas nas avaliações de cursos, implantação do Repositório Institucional, formulação de treinamentos de usuários e bibliotecários e representação do SIBI-IFC em eventos, dentre outros, não sendo mais possível o compartilhamento da sua gestão com as atividades rotineiras de uma biblioteca. Assim, respeitando-se as normas para ampliação do quadro de pessoal, dentro desse quinquênio o SIBI-IFC deverá contar com um Bibliotecário dedicado exclusivamente à sua administração.

O SIBI-IFC é composto por bibliotecas em funcionamento em todos os *campi*, nos quais são ofertados aos usuários uma variedade de serviços cujo objetivo é ofertar à comunidade acadêmica uma ampla possibilidade de acessos às informações necessárias ao desenvolvimento das atividades curriculares, de pesquisa e extensão. Atualmente são esses os serviços ofertados:

1. Consulta ao catálogo on-line do acervo;
2. Atendimento local de consultas ao acervo;
3. Salas específicas para uso individual ou coletivo;
4. Empréstimo domiciliar;
5. Empréstimo entre bibliotecas do IFC;
6. Renovação e reservas on-line;
7. Computadores para pesquisas na Internet;
8. Acesso à internet via Wi-Fi, incluindo EDUROAM;
9. Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos;
10. Treinamentos e oficinas sobre fontes de pesquisa e acesso ao portal CAPES;
11. Tutoriais *on-line* sobre uso da biblioteca, consulta ao acervo, normas ABNT, dentre outros;
12. Atendimento personalizado;
13. Visitas orientadas/guiadas;
14. sistema para organização de ficha catalográfica (item obrigatório em trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pelo IFC);
15. Acesso às normas técnicas da ABNT disponíveis online, inclusive com acesso remoto;
16. Acesso remoto via portal Rede CAFe para os periódicos disponíveis através do Portal de Periódicos da Capes.
17. Serviço de assessoria no gerenciamento de Editoração de Periódicos técnico-científicos institucionais, especificamente os periódicos *online*, com a participação de bibliotecários como membros do conselho editorial, conselho científico e coordenação da Editora do IFC;
18. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos, desenvolvido pelos bibliotecários e divulgado e utilizado por professores de todos os *campi*.
19. Atividades culturais durante o ano letivo e especialmente na Semana da Biblioteca.
20. Elaboração de fichas catalográficas para publicações oficiais do IFC.

No período de vigência desse PDI e tendo em vista atender às novas necessidades da Instituição, o SIBI ampliará a oferta de serviços e produtos, devendo também:

1. Oferecer serviços especializados para alunos e docentes de cursos a distância;
2. Ampliar a oferta dos serviços da biblioteca para alunos de cursos de qualificação profissional;
3. Implementar serviços à pessoa com deficiência, usuária das bibliotecas;
4. Implementar o Repositório Institucional - este está em fase de projeto e deverá ser implantado ainda no ano de 2019. Nele estarão trabalhos desenvolvidos pelos próprios alunos do IFC, TAEs, professores e documentos institucionais levando à comunidade em geral o conhecimento aqui produzido.
5. Implementar o serviço de assessoria no gerenciamento e editoração de Anais de eventos;
6. Oferecer acervo digital;
7. Desenvolver o projeto de acervo acadêmico digital, bem como definir os elementos necessários a garantir confiabilidade das informações desse acervo e plano de contingência para possíveis eventos que impeçam o acesso normal ao seu acesso;
8. Disponibilizar terminais de autoatendimento em todas as bibliotecas;
9. Instituir convênios com bibliotecas de outras instituições;
10. Realizar treinamentos de usuários (discentes, docentes e TAEs);
11. Realizar treinamento de bibliotecários;
12. Disponibilizar manuais e regulamentos.

A biblioteca precisa cumprir o papel de disseminadora da informação e conhecimento garantindo o acesso à informação disponível em seu acervo para toda a comunidade acadêmica, atendendo todos os turnos das aulas, preferencialmente de maneira ininterrupta, garantindo a oferta e a qualidade dos serviços prestados.

Devido aos horários das aulas, os usuários buscam na maioria das vezes atendimento na biblioteca nos intervalos destes turnos, no horário de almoço e no intervalo entre a tarde e noite antes de iniciar as aulas. O atendimento contínuo permite à comunidade acadêmica beneficiar-se dos serviços das bibliotecas ao longo da jornada em que a unidade mantém-se aberta.

O quadro abaixo apresenta a jornada desenvolvida pelas bibliotecas, de acordo com a disponibilidade de cada *campus*:

Quadro 11: Horário de funcionamento das bibliotecas

Unidade	Horário de funcionamento – período letivo	
	Segunda a sexta-feira	Sábados letivos*
Abelardo Luz	8h às 12h, 13h às 19h	a cada 15 dias das 8h às 12h
Araquari	8h às 21h	Fechada
Blumenau	8h às 22h	Fechada
Brusque	7h30 às 22h30min	Fechada
Camboriú	7h30min às 22h35min	8h às 17h30 min 8h às 14h (pós-graduação)
Concórdia	7h30min às 22h	7h30min às 11h30min
Fraiburgo	7h30 às 22h	8h às 12h em dias letivos
Ibirama	7h às 21h sexta-feira: 07h às 20h	8h às 14h em dias letivos
Luzerna	8h às 20h	Fechada
Rio do Sul	8h às 21h	Fechada

Unidade Sede		
Rio do Sul Unidade Tecnológica	7h30min às 19h30min	Fechada
Rio do Sul Unidade Urbana	7h30min às 22h	Fechada
Santa Rosa do Sul	8h às 22h	Fechada
São Bento do Sul	7h30min às 11h30min 12h30 às 22h	Fechada
São Francisco do Sul	8h às 22h	Fechada
Sombrio	7h50min às 22h30min	Fechada
Videira	7h30min às 22h30min	Fechada

Fonte: Informações fornecidas pelos bibliotecários responsáveis de cada campus.

Quantitativo atual de servidores que trabalham nas bibliotecas e projeção de expansão do quadro funcional até 2023.

Quadro 12: Quantidade de servidores nas bibliotecas

Unidades	Quantidade atual de servidores	Ampliação do quadro de bibliotecários 2019/2023	Ampliação do quadro de auxiliares/assistentes 2019/2023	Total em 2023
Coordenação do SIBI	01 (20h)	01 (40h)	-	01 bibliotecário 40h exclusivamente na coordenação
Abelardo Luz	-	01	01	02
Araquari	06	01	02	08*
Blumenau	03	-	01	04
Brusque	02	-	02	04
Camboriú	06	-	03	09
Concórdia	05	-	01	06
Fraiburgo	03	-	01	04
Ibirama	03	-	01	04
Luzerna	03	-	01	04
Rio do Sul Unidade Sede	04	-	-	04
Rio do Sul Unidade Tecnológica	-	01	01	02
Rio do Sul Unidade Urbana	03	-	-	03
Santa Rosa	05	-	-	05

São Bento do Sul	02	-	02	04
São Francisco do Sul	03	-	01	04
Sombrio	03	-	01	04
Videira	05	-	01	06

*subtraído cargo extinto

Fonte: Campus e SIBI

Maiores detalhamentos a respeito do Quadro apresentado, poderão ser consultadas no respectivo processo eletrônico do PDI.

8.1.1 Acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

O acervo atual disponível nas bibliotecas é constituído de livros, folhetos, periódicos, CD-ROM, DVD, normas, mapas, relatórios de estágio, monografias, dissertações, teses e obras em Braille e digitais. Os recursos para aquisição são determinados anualmente e cada *campus* tem autonomia para definir os quantitativos a serem investidos.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de acervo 2018, organizado por biblioteca e área de conhecimento do CNPq.

Tabela 11: Acervo atual das bibliotecas do SIBI-IFC por Áreas do Conhecimento (Catalogado no Sistema Pergamum)

Unidades	Áreas do conhecimento																		Total
	Ciências Exatas e da Terra		Ciências biológicas		Engenharia		Ciências da Saúde		Ciências Agrárias		Ciências sociais e Aplicadas		Ciências humanas		Linguística, letras e artes		Multidisciplinar		
	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	Tit	Ex	
Abelardo Luz	25	57	10	25	03	05	01	03	21	50	198	231	291	440	82	113	0	0	924
Araquari	1393	4972	342	818	189	467	119	352	1475	3762	487	1486	1587	2736	2212	2999	114	249	17841
Blumenau	344	1574	18	52	183	800	17	32	3	1	267	1034	502	1975	654	1560	0	0	7032
Brusque	204	814	5	17	34	139	4	12	0	0	64	120	109	134	196	274	0	0	1510
Camboriú	2618	6325	739	1232	563	1125	464	738	2621	4787	1703	3498	3842	6940	4950	6757	227	499	31901
Concórdia	1963	6387	810	1799	886	2383	341	702	4245	8380	1997	3541	2488	4740	3363	4994	1	12	32938
Fraiburgo	306	1549	29	81	37	171	39	76	6	10	331	952	452	829	746	1131	0	0	4799
Ibirama	249	1196	77	185	69	390	20	60	3	5	397	1735	461	1356	1243	2886		0	7813
Luzerna	188	1398	8	78	359	2470	20	39	4	4	192	794	66	168	81	293	0	0	5244
Rio do Sul Unidade Sede	487	1153	344	898	193	470	127	209	1775	4064	839	1507	905	1443	2998	5334	0	0	15086
Rio do Sul Unidade Tecnológica	5	43	0	0	39	215	0	0	6	0	1	10	0	0	2	0	0	0	268
Rio do Sul Unidade Urbana	960	3829	22	54	24	79	21	30	11	3	342	879	1041	2975	1275	2046	0	0	9895
Santa Rosa	360	714	277	605	212	270	127	130	1935	2393	721	758	1600	1730	2871	3330	0	0	9930
São Bento do Sul	163	496	10	36	52	167	8	25	6	18	143	461	102	321	104	224	594	0	1766
São Francisco do Sul	241	975	4	25	99	381	1	3	1	1	387	1831	117	263	321	1143	0	0	4622
Sombrio	599	1939	25	47	11	15	21	20	7	8	653	1592	1221	1406	1469	2354	0	0	7381
Videira	627	2856	166	499	240	1354	160	382	829	2394	653	1774	796	2422	1130	2464	0	0	14145
TOTAL																			173095

Fonte: Relatório 240 do Pergamum – data entre 01 jan 1990 e 12 setembro de 2018

Recentemente o MEC/INEP reformulou a sua matriz de quesitos a serem verificados na avaliação de cursos. Dentre as novidades estão a importância que o NDE assume quanto à avaliação que faz do acervo e sua pertinência em relação ao curso, bem como passa a autorizar a adoção, pelas bibliotecas, de livros eletrônicos, ajustando-se assim ao que as novas tecnologias oferecem ao mercado livreiro e elevando o patamar tecnológico a ser adotado pelas bibliotecas, dentro de um contexto de inovação, aceitação e adoção de novas tecnologias, buscando melhor preparar os egressos dos cursos aos novos tempos.

São os seguintes os novos critérios estabelecidos que deverão receber a atenção das bibliotecas quando da avaliação dos cursos:

Para o acervo físico:

- O acervo físico deve estar tombado e informatizado;
- O acervo é adequado e está atualizado considerando as características das unidades curriculares constantes na matriz curricular;
- O NDE deve referendar a adequação do acervo da bibliografia básica em relação às unidades curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas autorizadas;
- O acervo possui exemplares de periódicos especializados que suplementam o conteúdo das Unidades curriculares - UC;
- Gestão do acervo com relação a atualização da quantidade de exemplares.

Para acervo virtual:

- O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários;
- O acervo é adequado e está atualizado considerando as características das unidades curriculares constantes na matriz curricular;
- O NDE deve referendar a adequação do acervo da bibliografia básica em relação às unidades curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas autorizadas;
- No caso do acervo virtual, considerar o acesso físico, adequação das instalações, da estrutura informatizada e a acessibilidade em função da demanda;
- O acervo possui assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo das UC;
- Gestão do acervo com relação a atualização das assinaturas (quando for virtual) e plano de contingência para garantia do acesso e do serviço.

8.1.2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos;

As Bibliotecas, em suas unidades, darão continuidade ao processo de atualização e expansão do acervo, tendo como base dois processos distintos de investimentos:

1. Material disponível *online* – adquirido coletivamente pelo SIBI-IFC, já que o acesso se dará via sistema, acessível a todos os *campi*;
2. Material disponível fisicamente nos *campi*. Esse investimento será por *campus*, dentro da realidade de expansão de cada um.

Em ambos os casos os critérios para determinação da quantidade de exemplares estará relacionada a quantidade de possíveis usuários (cursos e níveis de ensino).

O SIBI adotará para suas Bibliotecas integrantes os seguintes critérios:

- Até 2023 atender pelo menos 20% das áreas do CNPq, relacionadas aos cursos superiores de forma *online*;

- Para o acervo físico as quantidades serão aquelas que alcancem os melhores índices nos indicadores de acordo com as entidades oficiais avaliadoras;
- A acessibilidade informacional dos usuários de cada curso será considerada para determinar a quantidade de material a ser adquirido;
- A prioridade será atender aos projetos de curso, na sua totalidade, de títulos e em quantitativo razoável de exemplares, levando em consideração o formato do curso (ex.: cursos de qualificação profissional), e na sazonalidade dos mesmos (cursos em regime de alternância, finais de semana, férias, ou regulares),

Os critérios de aquisição descritos compõem o documento sobre a “Política de Desenvolvimento de Coleções do IFC”, que norteará todos os processos de aquisição, permuta, doações e descartes do acervo, além de outros documentos normativos institucionais.

Com a liberação pelo MEC/INEP do uso nas bibliografias dos PPCs de livros eletrônicos, cujo acesso online permite a prestação de serviço, pelas bibliotecas, 24 horas por dia, 7 dias por semana, além de, dependendo da base de dados a ser adquirida, contar com ferramentas de busca altamente especializadas, o SIBI buscará, a partir de 2019 contar com orçamento para efetuar e manter contratos com fornecedores desses formatos de literatura, minimizando a necessidade de ampliação de espaço físico nas bibliotecas e maximizando a utilização desses recursos que possibilitarão estender a todas bibliotecas o acesso aos recursos em tempo integral.

Os recursos do orçamento também serão empregados na capacitação dos bibliotecários no que for necessário ao aprendizado e difusão do conhecimento inerente à utilização das novas ferramentas e também atualização de pessoal das bibliotecas nas melhores práticas atualmente empregadas em bibliotecas.

Além de um *up grade* tecnológico, o investimento em literatura eletrônica trará uma economia substancial ao oferecer, através de uma assinatura, o mesmo material a todas as unidades simultaneamente, além de uma agilidade maior na sua substituição/acréscimo por livros mais atuais. O compartilhamento simultâneo potencializará o investimento, representando um acréscimo de acervo substancial a todas as unidades, além do que permitirá que cada uma invista mais em acervo físico que atenda às especificidades de seus cursos.

O quadro abaixo mostra, por biblioteca, a previsão de investimento anual, até 2023, para ampliação do acervo.

Quadro 13: Acervo físico atual e previsão de expansão até 2023

Unidade	Acervo Atual – quantidade em exemplares*	Proposta de investimento médio ano – 2019/2023	Previsão de nº de exemplares em 2023
SIBI	0	300 mil/ano	acervo digital superior a 200.000 títulos
Abelardo Luz	924	10 mil/ano	2000
Araquari	17841	70 mil/ano	22000
Blumenau	6975	1% do orçamento anual do campus	9300
Brusque	1510	3% do orçamento anual do campus	7500
Camboriú	31901	50 mil/ano	37000
Concórdia	32938	80 mil/ano	38000
Fraiburgo	4799	20 mil/ano	8000
Ibirama	7813	85 mil/ano	15000

Luzerna	5244	50 mil/ano	8000
Rio do Sul Unidade Sede	15086	2% do orçamento total anual do campus	22586
Rio do Sul Unidade Tecnológica	268		4268
Rio do Sul Unidade Urbana	9895		13395
Santa Rosa	9930	Se previsão	9930
São Bento do Sul	1766	100 mil/ano	8.000
São Francisco do Sul	4622	60 mil/ano	7700
Sombrio	7381	20% do orçamento para investimento	
Videira	14145	30.000/ano	18000

*Relatório 240 do Pergamum, por áreas do CNPq, período 01 jan 1990 a 12 setembro de 2018, considerando todos os tipos de materiais. Resultado considera número de exemplares.

8.1.3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos

O espaço físico das bibliotecas deve atender aos padrões nacionais adotados pelas bibliotecas universitárias, dado que os Institutos são equiparados às Universidades pela sua legislação de criação (BRASIL, 2008).

Vale ressaltar também que esses padrões visam atender os requisitos indicados pelos instrumentos de controle e avaliação do MEC e INEP. O quadro a seguir, apresenta a situação atual de cada biblioteca em 2018, explicitando o número de alunos atuais e previsão de oferta de vagas em 2023, bem como os espaços que disponibilizam, com metragens por áreas e as projeções da expansão física mínima necessária (estimadas) para atender os padrões mínimos de qualidade.

Fisicamente há bibliotecas bem estruturadas, com mobiliário suficiente, bem como quantitativo de acervo para atender aos usuários, mas há a necessidade de se pensar na melhoria da acessibilidade, mediante a entrada de PCDs - Pessoas com Deficiência.

Atualmente há bibliotecas com acessibilidade parcial, mas que necessitam de investimentos para atender a todos os usuários, atendendo aos quesitos da Lei 10.098 de dezembro de 2000, no seu Art. 11.

Há previsão de expansão física em alguns dos prédios das bibliotecas nos diversos *campi*, como demonstrado no quadro de Infraestrutura Física, a seguir.

O investimento que será feito em acervo eletrônico e equipamentos de autoatendimento permitirá alguns avanços que possibilitarão rever previsões de expansão física, bem como a aplicação (localmente) dos recursos, notadamente a necessidade de treinamentos visando uma maior competência informacional, tanto dos alunos, quanto dos professores, incluindo nesse rol também os TAEs.

A introdução do equipamento de autoatendimento permitirá o aumento de atendimentos sem a contratação de mais auxiliares para as tarefas de empréstimo e devolução de itens bibliográficos.

A adoção de acervos digitais, cuja disponibilidade será simultânea a todas as unidades do IFC, dentre outros permitirá:

- Economia mínima acima de 6% em relação à aquisição de acervo físico;
- Distribuição equitativa entre os *campi*, visto que o acesso é *online*, permitindo que todos desfrutem do mesmo acervo;
- Atendimento das matrizes curriculares comuns em todas unidades, uma vez que a instituição objetiva unificá-las em até 75% para os cursos técnicos, médio e graduação (pretendida até 2020);
- As demandas de bibliografias exigidas pelo MEC/INEP serão melhor atendidas;
- Haverá menor necessidade de expansão física das bibliotecas e
- Haverá maior disponibilidade do pessoal interno para os atendimentos individuais.

Quadro 14: Infraestrutura física das bibliotecas em 2018 e previsão de expansão até 2023

Unidades	Ano	Número de alunos	Número de assentos	Área de estudo geral	Área de estudo em grupo	Área de estudo individual	Área de acervo	Outros (área adm., circulação, banheiros, etc.)	Área Total
Abelardo Luz	2018	238	14	35m ²	não possui	não possui	18m ²	2m ²	54,5m ²
	2023	240	14	35m ²	-	-	18m ²	2m ²	54,5m ²
Araquari	2018	1889	89	295m ²	não possui	não possui	100m ²		295m ²
	2023		89	295m ²	não possui	não possui	100m ²		295m ²
Blumenau	2018	855	58	100m ²	46 m ²	20,0 m ²	60 m ²	84 m ²	310 m ²
	2023		58	100m ²	46 m ²	20,0 m ²	60 m ²	84 m ²	310 m ²
Brusque	2018	599	22	71,89 m ²	não possui	não possui	46,2 m ²	40,38 m ²	158,47 m ²
	2023		50	71,89 m ²	-	-	46,2 m ²	40,38 m ²	158,47 m ²
Camboriú	2018	2410	75	89,66m ²	17,60m ²	15,53m ²	230,53 m ²	201,94m ²	600 m ²
	2023	2410	75	89,66m ²	17,60m ²	15,53m ²	230,53 m ²	201,94m ²	600 m ²
Concórdia	2018	1461	200	250m ²	40m ²	15m ²	230m ²	400m ²	937,25 m ²
	2023		200	250m ²	40m ²	15m ²	230m ²	400m ²	937,25 m ²
Fraiburgo	2018	496	17	17,64m ²	não possui	não possui	40,32m ²	38,5m ²	96,46m ²
	2023		60	135,75m ²	30m ²	15m ²	80m ²	65m ²	325,75 m ²
Ibirama	2018	449	60	62,70m ²	28,75m ²	39m ²	90m ²	288,50m ²	509m ²
	2023		100	62,70m ²	28,75m ²	39m ²	90m ²	288,50m ²	509m ²
Luzerna	2018	686	50	108m ²	24,55m ²	17,28m ²	61,20m ²	291,10m ²	291,10 m ²

	2023	1100							400m ²
Rio do Sul Unidade Sede	2018	694	87	150m ²	33m ²	15m ²	115m ²	112m ²	425m ²
	2023		100	200m ²	33m ²	15m ²	115m ²	62m ²	425m ²
Rio do Sul Unidade Tecnológica	2018	94	30	122m ²	não possui	não possui	30m ²	70m ²	222m ²
	2023		45	90m ²	30m ²	22m ²	40m ²	40m ²	222m ²
Rio do Sul Unidade Urbana	2018	678	32	40m ²	não possui	não possui	70m ²	30m ²	140m ²
	2023		45	80m ²	30m ²	20m ²	110m ²	60m ²	300m ²
Santa Rosa	2018	819	75	82,48m ²	44,2 m ²	não possui	82,48m ²	49,02m ²	160m ²
	2023		75	82,48m ²	44,2 m ²	não possui	82,48m ²	49,02m ²	160m ²
São Bento do Sul	2018	481	60	50,42m ²	13,50m ²	8,10m ²	29,0m ²	83,03m ²	184,05 m ²
	2023		90	110,42m ²	13,50m ²	18,10m ²	54,00m ²	91,03m ²	262,05 m ²
São Francisco do Sul	2018	600	40	50 m ²	30 m ²	20 m ²	30 m ²	70 m ²	200 m ²
	2023	800	40	50 m ²	30 m ²	20 m ²	30 m ²	70 m ²	200 m ²
Sombrio	2018	845	49	59,8 m ²	não possui	não possui	42,25 m ²	107,8 m ²	210 m ²
	2023	845	49	59,8 m ²	não possui	não possui	42,25 m ²	107,8 m ²	210 m ²
Videira	2018	1352	100	150m ²	150m ²	24m ²	150m ²	156m ²	630m ²
	2023	1352	100	150m ²	150m ²	24m ²	150m ²	156m ²	630m ²

Dados de alunos de 2018: Fornecidos pelo Pesquisador Institucional na data de 21 de setembro de 2018.
Demais informações: fornecidas pelos bibliotecários responsáveis em cada *campus*.

Atualmente as bibliotecas já oferecem diversos treinamentos aos seus usuários, sejam eles:

- orientação:
 - quanto ao uso da biblioteca;
 - para utilização do sistema Pergamum;
 - para utilização de normas técnicas dentro do sistema Pergamum;
 - para utilização do Portal de Periódicos CAPES, incluindo o acesso remoto;
 - para utilização de ferramentas de gestão de pesquisa (End Note, Mendeley) nos cursos *stricto sensu*;
- atendimento especializado em relação a utilização de normas técnicas para a produção de textos científicos, na elaboração de trabalhos acadêmicos, quando solicitados.

A adoção, pelas bibliotecas, de equipamentos tecnológicos de atendimento, a adoção de livros eletrônicos e novas ferramentas de busca, além das já existentes, necessitam de capacitações constantes, tanto do corpo técnico das bibliotecas, quanto dos usuários, para que os recursos aplicados obtenham como resultado a elevação do nível de aprendizado e pesquisas desenvolvidos no IFC, incluindo índices mais elevados nas avaliações a que o IFC e os cursos que oferece são submetidos.

O SIBI estimula a capacitação dos seus servidores. No entanto, ela acontece de forma isolada. As tecnologias que serão implantadas na vigência desse PDI necessitam de capacitações planejadas e direcionadas à obtenção dos melhores usos para esses equipamentos e softwares como forma de atingir o melhor custo-benefício para o investimento com significativa obtenção, pelos usuários, de uma maior e mais eficaz competência informacional.

A capacitação do corpo técnico das bibliotecas é o que permite o repasse de conhecimentos que habilitarão aos usuários a obtenção de conhecimentos que contribuirão para a elevação do nível de ensino do IFC e a visibilidade institucional frente a comunidade externa, tendo como consequência uma maior procura pelos cursos que oferece.

Bibliotecas melhores equipadas, acervo de qualidade e recursos mais sofisticados na obtenção e oferta de informações, ambientes acessíveis e confortáveis para estudo e pesquisas, capacitações para elevar o nível de conhecimento e aprendizado, gestão eficiente dos recursos que nele são aplicados são os requisitos que o SIBI busca alcançar para que as bibliotecas tenham um nível de excelência que proporcione sempre a melhor avaliação da instituição, seja pela comunidade acadêmica, órgão avaliadores ou pela comunidade onde as unidades estão instaladas.

Assim, são elementos fundamentais para esse quinquênio do PDI que o SIBI passe a ter um administrador exclusivamente dedicado a essa tarefa, bem como um orçamento que permita a realização do que neste documento está planejado.

8.2 Laboratórios;

Todos os *campus* possuem uma série de laboratórios para atender cada um de seus cursos. As tabelas a seguir apresentam o quantitativo de laboratórios de cada *campus* e os cursos atendidos.

Campus: Abelardo Luz

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
01	Didático	Pedagogia e pós-graduações em Educação
01	Informática	Todos os cursos
01	Laboratório de solos e topografia (análises químicas, físicas e biológicas)	Curso técnico em Agropecuária
01	Laboratório de fitossanidade e biologia	Curso técnico em Agropecuária
01	Laboratório de sementes	Curso técnico em Agropecuária
01	Laboratório de máquinas (galpão)	Curso técnico em Agropecuária

Campus: Araquari

QUANTIDADE	NOME DO	Cursos atendidos
------------	---------	------------------

	LABORATÓRIO	
01	Laboratório de Biologia	Técnico em agropecuária; Técnico em química; Técnico em informática; Medicina veterinária; Licenciatura em Química; LICA; Agronomia
01	Laboratório de Química	Técnico em agropecuária; Técnico em química; Técnico em informática; Licenciatura em Química
01	Laboratório de Topografia	Técnico em agropecuária; Técnico em química; Técnico em informática
01	Laboratórios de Química Geral/Química Analítica/Química Orgânica	Técnico em agropecuária; Técnico em química; Técnico em informática; Medicina veterinária Licenciatura em Química; Agronomia
01	Fábrica de Software - B6	BSI / Redes / Técnico Informática
01	Informática - A11	Técnico em agropecuária; Técnico em química; Técnico em informática; Técnico em Agrimensura
01	Hardware - A12	BSI / Redes / Técnico Informática / Demais cursos do campus
01	Laboratório de Produção Vegetal	Técnico em agropecuária; Agronomia
01	Infraestrutura - B5	BSI / Redes / Técnico Informática
01	Laboratório de Aquicultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia; LICA
01	Programação - B1	BSI / Redes / Técnico Informática / Técnico em Agrimensura/ Demais cursos do campus
01	Programação - B2	BSI / Redes / Técnico Informática / Demais cursos do campus
01	Laboratório de Anatomia e Patologia	Medicina veterinária; Agronomia
01	Laboratório de Biologia e Genética de Organismos Aquáticos	Medicina veterinária
01	Redes de Computadores - B3	BSI / Redes / Técnico Informática
01	Análise Des. Sistemas - B4	BSI / Redes / Técnico Informática / Demais cursos do campus
01	Centro de Práticas Clínicas e Cirúrgicas Veterinárias	Medicina veterinária
01	Laboratório de biologia molecular	Medicina veterinária
01	Laboratório de microbiologia	Medicina veterinária
01	Laboratório de Parasitologia	Medicina veterinária
01	Laboratório de microscopia	Medicina veterinária
01	Laboratório de engenharia agrícola	Agronomia; Técnico em agropecuária LICA
01	Laboratório de produtos lácteos	Medicina veterinária Técnico em agropecuária Agronomia LICA
01	Laboratório de carnes e embutidos	Medicina veterinária Técnico em agropecuária Agronomia LICA
01	Laboratório de	Medicina veterinária

	metabolismo animal	Agronomia
01	Laboratório de Física	Técnico em agropecuária Técnico em química Técnico em informática
01	Laboratório do olhar	Técnico em agropecuária Técnico em química Técnico em informática
01	Laboratório de ensino e aprendizagem	LICA Licenciatura em química
01	Laboratório de fruticultura	Agronomia; Técnico em agropecuária; LICA
01	Laboratório de produção vegetal	Agronomia; Técnico em agropecuária; LICA
01	Laboratório de propagação de mudas	Agronomia; Técnico em agropecuária; LICA
01	Laboratório de solos	Agronomia; Técnico em agropecuária; LICA
01	Laboratório de fitotecnia	Agronomia; Técnico em agropecuária; LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Bovinocultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Suinocultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Incubatório	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Anacultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Equinocultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - viveiro de mudas	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - culturas anuais	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Gestão de resíduos	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - administração rural	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Suinocultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - agrostologia	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - mecanização Medicina veterinária; Técnico em agropecuária;	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA

	Agronomia LICA	
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Suinocultura	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Apicultura Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA
01	Unidade de ensino e aprendizagem - Plantas medicinais	Medicina veterinária; Técnico em agropecuária; Agronomia LICA

Campus: Blumenau

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
01	Eletricidade industrial	Ensino Médio Integrado em Eletromecânica Técnico Subsequente em Eletromecânica Técnico Subsequente em Mecânica Bacharelado em Engenharia Elétrica
01	Eletricidade predial	
01	Desenho técnico	
01	Ensaio mecânicos, metrologia e metalografia	
01	Soldagem, Usinagem, Ajustagem, Fundição e Manutenção Predial	
04	Informática	Ensino Médio Integrado em Eletromecânica Ensino Médio Integrado em Informática Técnico Subsequente em Eletromecânica Técnico Subsequente em Mecânica Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Engenharia Elétrica
01	Pedagogia	Pedagogia
01	Física	Ensino Médio Integrado em Eletromecânica Ensino Médio Integrado em Informática Técnico Subsequente em Eletromecânica Técnico Subsequente em Mecânica Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Engenharia Elétrica
01	Química (Multiciências)	

Campus: Brusque

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
02	Laboratório de Informática	EMI Informática, CST em Redes de Computadores
02	Laboratório de	Todos

	Informática	
01	Laboratório de Hardware	EMI Informática, CST em Redes de Computadores
02	Laboratório Multidisciplinar	EMI Informática, EMI Química
03	Laboratório de Química 1	EMI Química, Licenciatura em Química

Campus: Camboriú

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
01	Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho, Defesa Civil, Hospedagem, Controle Ambiental, PROEJA Agente de Observação de Segurança.
01	Laboratório de Suporte Básico de Vida	Segurança do Trabalho, Defesa Civil, Hospedagem, PROEJA Agente de Observação de Segurança.
03	LabSoft	Informática, Sistemas de Informação, Sistemas para Internet, Segurança do Trabalho e outros
01	LabWEB	Informática, Sistemas de Informação, Sistemas para Internet e outros
01	LabHard	Informática, Sistemas de Informação, Sistemas para Internet e outros
01	LabLaser	Informática, Sistemas de Informação, Sistemas para Internet e outros
01	LabRedes	Informática, Sistemas de Informação, Sistemas para Internet e outros
01	Lab Química	Cursos integrados: Controle Ambiental, Informática, Agropecuária, Hospedagem
01	Lab Física	Cursos integrados: Controle Ambiental, Informática, Agropecuária, Hospedagem
01	Lab Bio	Cursos integrados: Controle Ambiental, Informática, Agropecuária, Hospedagem
01	Lab Geral de Infor	Todos os cursos
01	LPO Silvicultura	Agropecuária
01	LPO Olericultura	Agropecuária
01	LPO Suinocultura	Agropecuária
01	LPO Bovinocultura de Leite	Agropecuária
01	LPO Bovinocultura de Cortes	Agropecuária
01	LPO Ovinocultura	Agropecuária
01	LPO Avicultura	Agropecuária
01	LPO Plantas	Agropecuária

	Medicinais	
01	LPO Jardinagem	Agropecuária
01	LPO Piscicultura	Agropecuária
01	LPO cunicultura	Agropecuária
01	LPO Infraestrutura, Desenho Técnico, Irrigação e Drenagem	Agropecuária e outros cursos integrados
01	LPO Fruticultura	Agropecuária
01	LPO Produção Vegetal	Agropecuária
01	Hospedagem 1	Hospedagem
01	Hospedagem 2	Hospedagem
01	Laboratório de Ensino	Licenciatura em Pedagogia
01	Brinquedoteca	Licenciatura em Pedagogia
01	Laboratório de Informática	Licenciatura em Pedagogia
01	Lab Matemática	Licenciatura em Matemática
01	Labmatti	Tecnólogo Negócios Imobiliários, Transações Imobiliárias
01	LabJexi	Tecnólogo Negócios Imobiliários, Transações Imobiliárias
01	Lablagi	Tecnólogo Negócios Imobiliários, Transações Imobiliárias
01	Lapimobi	Tecnólogo Negócios Imobiliários, Transações Imobiliárias
01	Gestão Ambiental	Controle Ambiental
01	Resíduos Sólidos	Controle Ambiental
01	Análises Químicas	Controle Ambiental

Campus Concórdia

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
01	Biologia	Téc. Agropecuária, Téc. Alimentos, Téc. Informática para Internet, Agronomia, PPGPSA
01	Química	Téc. Agropecuária, Téc. Alimentos e Téc. Informática para Internet, Engenharia de Alimentos, Agronomia
01	Embalagens	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos, PPGPSA
01	Cereais, Raízes e Tubérculos	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos, Agronomia
01	Tecnologia de Vegetais e Bebidas	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos, Agronomia
03	Informática	Todos os cursos
01	Matemática	Matemática Licenciatura, Física Licenciatura, Téc. Agropecuária, Téc. Alimentos, Téc. Informática para Internet, Agronomia
01	Ensino de Física	Licenciatura em Física, Téc. Agropecuária, Téc. Alimentos e Téc.

		Informática para Internet, Agronomia, Licenciatura em Matemática, Engenharia de Alimentos
01	Física Geral	Licenciatura em Física, Téc. Agropecuária, Téc. Alimentos e Téc. Informática para Internet, Agronomia, Licenciatura em Matemática, Engenharia de Alimentos
01	Física Moderna	Licenciatura em Física, Téc. Agropecuária, Téc. Alimentos e Téc. Informática para Internet, Agronomia, Licenciatura em Matemática, Engenharia de Alimentos
01	Mecanização Agrícola	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Química e Fertilidade do Solo	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Entomologia e Fitopatologia	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Física e Gênese do Solo	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Sementes	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Culturas Anuais	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Hidrologia, Irrigação e Drenagem	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Fitotecnia	Téc. Agropecuária e Agronomia
01	Bromatologia	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Análise Sensorial	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Operações Unitárias	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Fenômenos de Transporte	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Tratamento de Resíduos	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos, Agronomia
01	Microbiologia de Alimentos	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Biotecnologia Aplicada a Alimentos	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Química Analítica	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos, Agronomia
01	Toxicologia de Alimentos	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Química e Bioquímica de Alimentos	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos, PPGPSA
01	Análise Instrumental	Téc. Alimentos e Engenharia de Alimentos
01	Centro de Práticas Laboratoriais (Laboratórios)	Medicina Veterinária
01	Centro de Práticas Clínicas e Cirúrgicas	Medicina Veterinária
01	Bloco de Patologia Veterinária	Medicina Veterinária, PPGPSA
01	Anatomia	Medicina Veterinária, PPGPSA

01	Bioquímica e Toxicologia	Medicina Veterinária, Agronomia
01	Fisiologia	Medicina Veterinária
01	Nutrição Animal	Medicina Veterinária, Agronomia
01	Parasitologia	Medicina Veterinária, PPGPSA
01	Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal	Medicina Veterinária
01	Microbiologia	Medicina Veterinária, PPGPSA
01	Histopatologia	Medicina Veterinária, PPGPSA
01	Análises Clínicas	Medicina Veterinária, PPGPSA

Campus: Fraiburgo

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
03	Laboratório Informática	Basicamente todos os cursos utilizam os laboratórios de informática
01	LAB HARDWARE	- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
01	LAB CIÊNCIAS	- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
01	LAB EDIFICAÇÕES E SST	- Técnico em Segurança do Trabalho - Técnico em Edificações

Campus Ibirama

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
03	Informática	Administração (4 turmas) Informática (5 turmas) Vestuário (3 turmas) Design de Moda (3 turmas) Pós-Graduação - Educação (1 turma) Pós-Graduação Moda (1 turma)
01	Laboratório de Costura	Vestuário (3 turmas) Design de Moda (3 turmas) Pós-Graduação Moda (1 turma)
01	Laboratório de Modelagem	Vestuário (3 turmas) Design de Moda (3 turmas) Pós-Graduação Moda (1 turma)
01	Laboratório de Risco e Corte	Vestuário (3 turmas) Design de Moda (3 turmas) Pós-Graduação Moda (1 turma)
01	Laboratório de Ciências Naturais (Física/Biologia/Química)	Administração (4 turmas) Informática (5 turmas) Vestuário (3 turmas)

Campus: Luzerna

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
03	Laboratório de Informática	Todos os EMI, Subsequente, Engenharias
01	Laboratório de Biologia	Todos os EMI, Engenharias
01	Laboratório de Física I	Todos os EMI, Subsequente, Engenharias
01	Laboratório de Física II	Laboratório sem equipamentos, mas assim que estiver ativo atenderá Todos os EMI, Subsequente, Engenharias
01	Laboratório de Desenho Técnico	Todos os EMI, Subsequente, Engenharias
01	Laboratório de Segurança do Trabalho	EMITST
01	Laboratório de Química	Todos os EMI, Engenharias
01	Laboratório de Metrologia	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Ensaaios Mecânicos	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Usinagem CNC	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Mecânica	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Processos Metalúrgicos	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Ciências Termofluidas	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Soldagem	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Metalografia	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Projetos	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Refrigeração	Engenharia Mecânica, Subsequente MEC e EMIMEC
01	Laboratório de Informática Industrial	ECA, Subsequente TAI e EMITAI
01	Laboratório de Acionamentos e Máquinas Elétricas	ECA, Subsequente TAI e EMITAI EMC, Subsequente MEC
01	Laboratório de Eletroeletrônica	ECA, Subsequente TAI e EMITAI EMC, Subsequente MEC
01	Laboratório de Pneumática e Hidráulica	ECA, Subsequente TAI e EMITAI EMC, Subsequente MEC

Campus: Rio do Sul

QUANTIDADE	NOME DO	Cursos atendidos
------------	---------	------------------

	LABORATÓRIO		
01	Laboratório de Aquicultura/recursos hídricos	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Ecologia		Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Entomologia		Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório de Física		Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório de Física do Solo		Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório de Fisiologia Vegetal, Biologia e Botânica		Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório de Genética e Melhoramento Vegetal	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Hidráulica	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Homeopatia	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Mecânica	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Microbiologia e Fitopatologia	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Parasitologia	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório de Química e fertilidade do Solo	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório de Química Geral e Orgânica	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Sementes	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Topografia	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Vegetais	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
02	Laboratório informática	de	Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Projeto/Desenho Técnico		Técnico em Agropecuária Técnico em Agroecologia Agronomia
01	Laboratório Metrologia	de	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica

01	Laboratório de Pneumática	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Solda	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Usinagem	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Máquinas e Acionamento	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Automação e Soldagem	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Eletrônica	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Impressão em três dimensões	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Projeto Integrador	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
01	Laboratório de Prototipagem	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
02	Laboratórios de Informática	Técnico em Eletrônica e Engenharia Mecatrônica
05	Laboratórios de Informática	Técnico em Informática; Técnico em Agrimensura; Bacharel em Ciências da Computação; Licenciatura em Física; Licenciatura em Matemática; Pedagogia
01	Laboratório de Agrimensura	Técnico em Agrimensura
02	Laboratório de Física	Técnico em Informática; Técnico em Agrimensura; Bacharel em Ciências da Computação; Licenciatura em Física; Licenciatura em Matemática; Pedagogia
01	Laboratório de Matemática	Técnico em Informática; Técnico em Agrimensura; Bacharel em Ciências da Computação; Licenciatura em Física; Licenciatura em Matemática; Pedagogia
01	Laboratório de Pedagogia	Licenciatura em Física; Licenciatura em Matemática; Pedagogia

Campus: Santa Rosa do Sul

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
01	Bromatologia	Agronomia, Técnico em agrop.
01	Solos	Agronomia, Técnico em agrop.
01	Química	Agronomia, Técnico em agrop.
01	Biologia	Agronomia, Técnico em agrop.
01	Informática	Técnico em agrop.
01	Mecanização	Agronomia, Técnico em agrop.
01	Reprodução	Agronomia, Técnico em agrop.

01	Agroindústria	Agronomia, Técnico em agrop.
01	Apicultura	Agronomia, Técnico em agrop.

Campus: São Bento do Sul

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
03	Laboratório de Informática	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia de Computação
01	Laboratório de Biologia	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
01	Laboratório de Física	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia de Computação
01	Laboratório de Química	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia de Computação
01	Laboratório de Projetos, Ensino, Pesquisa e Extensão	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia de Computação
01	Laboratório de Segurança e Medicina do Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio
01	Laboratório de Acionamentos e Instalações Elétricas	Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Computação
01	Laboratório de Eletroeletrônica	Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia de Computação
01	Laboratório de Prototipagem	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia de Computação

Campus: São Francisco do Sul

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
01	Laboratório de Idiomas	Ensino médio e superior

01	Laboratório de infraestrutura	Automação industrial
01	Laboratório de física/matemática	Ensino médio
01	Laboratório de Biologia	Ensino médio
01	Laboratório de Química	Ensino médio
01	Laboratório de Redes	Ensino médio
03	Laboratório de automação	Automação industrial

Campus: Sombrio

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
07	Informática	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores Licenciatura em Matemática
01	Matemática	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio Licenciatura em Matemática
01	Eventos	Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
01	Física/Química/Biologia	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio Licenciatura em Matemática

Campus: Videira

QUANTIDADE	NOME DO LABORATÓRIO	Cursos atendidos
07	Informática	Todos
01	Água e solo	Agropecuária
01	Bromatologia	Agropecuária
01	Desenho	Eletroeletrônica / Engenharia Elétrica / Segurança
01	Física	Todos
01	Microscopia	Todos
01	Multifuncional	Todos
01	Química	Todos
01	Computação	Computação
01	Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica
01	Pedagogia	Pedagogia
01	Automação	Eletroeletrônica

01	Eletroeletrônica	Eletroeletrônica
01	Eletromecânica	Eletroeletrônica
01	Máquinas	Eletroeletrônica
01	Pesquisa	Eletroeletrônica

Com relação aos equipamentos e recursos tecnológicos, o setor de patrimônio dos *Campi* e Reitoria possui listagem atualizada dos bens. Em nosso PDTI apresenta-se os recursos tecnológicos e o planejamento de aquisições previstos. No PAC – Plano Anual de Contratações da Reitoria e *Campi* constam as necessidades de aquisições futuras.

8.3 Acessibilidade

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN, através do setor de Engenharia e, em parceria com os *Campi* atualizou os laudos padrões de acessibilidade, que possibilitaram a produção do Relatório Circunstanciado de acessibilidade arquitetônica para o atendimento da Lei nº 13.146/2015. Com base no Relatório Técnico de Prioridades de Acessibilidade e no Relatório Circunstanciado de acessibilidade arquitetônica foi definido um cronograma de ações para implantação de correções buscando adequar ou implantar a acessibilidade. Esses Relatórios estão disponível no endereço <http://ifc.edu.br/-relatorio-de-acessibilidade/> e <http://ifc.edu.br/anexos-relatorio-de-acessibilidade/>

Além da acessibilidade arquitetônica, o IFC empenha-se em reduzir as barreiras atitudinais. Para tanto, são organizados e promovidos eventos de sensibilização e conscientização, pelos NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) da instituição. Também é elaborado, pelo NAPNE/Reitoria, um relatório anual dos NAPNEs do IFC, com a finalidade de levantar informações para garantir o acesso às pessoas com deficiência/necessidade específica. Diversas outras ações são desenvolvidas pelos setores de atendimento ao estudante dos *campi*, em especial, pelas equipes de atendimento educacional especializado (AEE), como a elaboração e a execução do Plano de AEE; a orientação de servidores, estudantes e responsáveis, sobre a utilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; e a orientação para adequações e adaptações curriculares. No âmbito do ingresso de estudantes e servidores, destacam-se também: ações a fim de garantir condições especiais de prova para os candidatos de concursos e processos seletivos; a realização de avaliação de equipe multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência, buscando conhecer as necessidades destes, para posterior orientação às unidades de lotação, quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade; bem como, orientações e encaminhamentos sobre o processo seletivo discente, em especial quanto a inscrição dos candidatos, as solicitações de condições especiais para a realização da prova e os procedimentos para matrícula, de forma a facilitar o primeiro contato destes estudantes e suas famílias com a Instituição.

8.4 Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI

Nesta seção são apresentadas as necessidades de expansão de infraestrutura dos *campi* e Reitoria, para o período de vigência do PDI. As tabelas foram sistematizadas em a) Ampliação, onde são informadas as necessidades para infraestruturas novas e b) Adequação, onde são informadas as necessidades de infraestrutura em construções já existentes.

O *Campus Brusque* informou que não precisará de adequações e ampliações nas instalações físicas para o período de vigência do PDI.

Campus Abelardo Luz

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Cozinha	01	30								
Biblioteca	01	57,50								
Lavanderia e Hall de entrada	01	9,7								
Refeitório	01	80								
Salas de aula	08	517,76								
Alojamento feminino	01	67								
Alojamento masculino	01	67								
Área de convivência	01	20								
Laboratórios	04	517,76								
Brinquedoteca	01	32								
Espaço para as crianças	01	32								
Agroindústria	01	120								
Aviário	01	120								
Tambo leiteiro	01	120								
Pocilga	01	120								
Galpão de máquinas	01	240								

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								

Bovinos de Corte										
Laboratório de aquicultura	1	450								
Laboratório de Desenvolvimento (programação)	2	100								
Ambiente de Incubadora de base tecnológica			1	500						
Laboratório de Gestão e Relações Interpessoais	1	100								
Laboratório de Bioquímica e bioprocessos			1	150						
Sala bloco B	2	50								
Sala informatizada multiuso	2	100								
Sala Gestão e Empreendedorismo	1	50								
Sala docentes	1	40								
Sala / Técnicos e estagiários / suporte	1	50								
Cerca ao redor do campus			1	200000						
Laboratório de climatologia			1	500						
Laboratório de sementes e de solos			1	150						
Laboratório multiuso					1	500				
Laboratório de Química			3	450						
UEA Permacultura e Agroecologia	1	100								
Banheiros na Escola Fazenda			5	8						
Laboratório de Geografia e Cartografia			1	100						
Laboratório de línguas equipado / sala multiuso			1	60						
Espaço de convivência para estudantes / Centro Estudantes / Local para os Centros Acadêmicos			1	500						
Salas de atendimento			5	30						

individual para AEE e CGAE										
Laboratório multidisciplinar das ciências agrárias					1	500				
Ambiente para o NGA - Núcleo de gestão Ambiental	1	70								
Laboratório de biologia			1	250						

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unid ade)	Área (M ²)	Qtd (Unid ade)	Área (M ²)	Qtd (Unid ade)	Área (M ²)	Qtd (Unid ade)	Área (M ²)	Qtd (Unid ade)	Área (M ²)
Acessibilidade	1	2000			1	2000				
Sala de aula										
Laboratório			4	500						
Refeitório					1	100				
Auditório	1	150								
Redes Elétrica/Lógica	1	5000								
Rede Hidráulica	1	5000								
Iluminação	1	5000								
Bloco B (reforma / readequação)	1	500								
Subestação elétrica adequação e parametrização	1	5000								
Laboratório de fitossanidade e microbiologia agrícola			1	250						
Laboratório de fitotecnia			1	80						
UEA Gestão de Resíduos	1	200								
Galpão pré moldado para mecanização			1	360						
Laboratório de biologia/química do Bloco A			1	100						

Campus Blumenau

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								

Bloco de Sala de aula					1	2700m ²				
Bloco de Laboratórios					1	2700m ²				
Banheiros/abrigo lixo	1	82,95 m ²								
Auditório							1	300m ²		
Cerca	1	192,03 m								
Lixeira			1	34,75m ₂						
Garagem veículos oficiais									1	177,41 m ²

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)
Urbanização	1	1914,1 1m ²	1	1914,1 1m ^{2*}	1	1914,1 1m ^{2*}	1	1914,1 1m ^{2*}		
Acessibilidade	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
Plano de emergência/projeto preventivo de incêndio	25%	Conforme projeto a ser realizado	50%	Conforme projeto a ser realizado	25%	Conforme projeto a ser realizado				
Readequação dos Laboratórios e Salas Administrativas	25%	Não há aumento de área	75%	Não há aumento de área						
Adequação da rede de abastecimento de água predial	25%	Não há aumento de área	75%	Não há aumento de área						
Reparo Cerca	1	100m								

** Adequação conforme metas definidas no Planejamento Estratégico do Instituto Federal Catarinense.

Campus Camboriú

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Bloco com 16 salas de aula			1	1.679,96						
Bloco de 8 laboratórios					1	960				

de embalagens vazias										
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Urbanização								1500		1500
Acessibilidade		1200		1200		1200		1200		1200
Laboratório - Agroindústria	7	668								
Laboratórios - Agronomia			1	100	1	90	2	160		
Abatedouro			1	574						
Quadra Coberta					1	672				
Refeitório (Reforma)			1	1225						
Zootecnia					10	2300				

Campus Fraiburgo

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Sala de aula			5	350			6	420		
Laboratório	1	150					2	500		
Ginásio	1	600								
Refeitório							1	300		
Biblioteca			1	315						
Terreno	1	5000								

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Urbanização	1	150	1	1600						
Acessibilidade			1	400						
Auditório	1	350								

Campus Ibirama

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								

Campus Santa Rosa do Sul

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Sala de aula	2	142			4	200			2	100
Laboratório	2	137			2	130			2	130
Refeitório			1	370						
Auditório					1	700				
Biblioteca			1	1400						
Terreno (ha) (doação)		1000								
Estacionamento	1	2500			1	2500				
Alojamento			1	1200						
Fazenda	1	300			1	300			1	300

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Urbanização	1	500	1	500	1	500	1	500	1	500
Acessibilidade	1	1000	1	1000	1	1000	1	1000	1	1000
Ginásio/Quardras			1	1000						
Refeitório			1	350						
Biblioteca			1	400						

Campus São Bento do Sul

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Sala de aula			5	389,60						
Biblioteca			1	77,92						

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Sala de aula	01	60,62			4	311,68				

Laboratório					1	60,62				
Sala de Professores					2	155,84				
Biblioteca									1	77,92

Campus São Francisco do Sul

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Sala de aula	20	1200								
Laboratório	5	300								
Refeitório	1	71								

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)	Qtd (Unidade)	Área (M ²)
Ginásio	1*									
Auditório	Troca de ardósia									
Terreno	Fechamento de espaços abertos (Chuva)									

* cercar terreno excedente; ampliar estacionamento, cobertura para carros oficiais; Troca de luminárias e readequação de cabeamento; Cobertura centro do bloco

Campus Sombrio

Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Sala de aula	06	413,10	06	413,10	08	550,80				
Sala de professores			25	450						
Sala de Coordenação Cursos			05	120						
Sala de Reunião			01	30						
Sala Psicólogo	01	68,85	01	140						
Sala Grêmio			01	68,85						

Estudantil										
Sala Centro Acadêmico			01	68,85						
Laboratório	06	413,10								
Auditório	01	622,64								
Biblioteca					01	158,40				
Almoxarifado			01	150						
Ginásio	01	1.427								
Estacionamento			01	350						

Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Urbanização			01	Área do Campus						
Acessibilidade			01	Área do Campus						
Sala de aula	02	137,70								
Sala de Professores	01	144								
Biblioteca	01	137,70								

Campus Videira

a) Ampliação

Espaços/Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd (Unidade)	Área (M ²)								
Cercamento da quadra de areia	1	336								
pista de atletismo	1	250								
estacionamento	1	2100								
campo de futebol suíço	1	1500								

b) Adequação

Ambientes	Ano 2019		Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022		Ano 2023	
	Qtd	Área								

	(Unidade)	(M ²)								
Reparo do muro no entorno do campus			1	200m						
Acessibilidade e das calçadas ao redor do campus									1	530m
Reforma dos banheiros do bloco pedagógico	1	10								
Regularização do terreno	1	Todo o campus								
Acesso coberto à parte frontal dos blocos					1	300				
Projeto preventivo de incêndio e pânico	1	Todo o campus								
iluminação externa					1	530m				
reforma do auditório									1	520
reforma e ampliação do bloco de laboratórios			1	500						

A Reitoria do IFC, em agosto de 2018 recebeu por doação da Prefeitura de Blumenau, uma área de terras de propriedade do município, localizada da Rua Fritz Kogler, no Bairro Fortaleza.

A doação foi firmada com a assinatura da Lei Municipal Nº 8.618 de 22 de agosto de 2018. A área doada abrange 11.790,06 m² e ficou estabelecido o prazo de 36 meses para início das obras de construção.

As necessidades de infraestrutura da Reitoria, no que diz respeito à **ampliação**, ficam limitadas por conta do espaço do terreno onde hoje está localizada. Já as necessidades de infraestrutura que dizem respeito à **adequações**, observarão outros documentos institucionais tais como PDTI, Lista Prioritária de Obras, dentre outros. Demandas que eventualmente não estejam previstas nestes documentos institucionais deverão ser avaliadas pela gestão e equipe técnica.

9. Aspectos Financeiros e Orçamentários

9.1 Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras, incluindo os programas de expansão previstos no PDI

O Instituto Federal Catarinense – IFC, é uma Autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura multicampi, composta por unidades descentralizadas denominadas de Campus e, como tal, sua sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional sob a forma de Dotação Orçamentária. Desta forma, os recursos necessários para arcar com as Despesas Correntes e de Capitais constituídas, respectivamente, de Despesas de Custeio - Pessoal, Encargos Sociais, Benefícios aos Servidores e Outras Despesas Correntes, e de Despesas com Investimentos, tais como Obras e Material Permanente, são consignados anualmente no orçamento desta instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Os orçamentos estão condicionados a leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentos Anuais (LOA). Além dos recursos da União provenientes da fonte tesouro, esta instituição pode contar ainda, com a fonte de recursos diretamente arrecadados mediante a comercialização do excedente de produção, dos projetos educativos, prestação de serviços, e ainda com recursos obtidos por meio de descentralização de créditos da SETEC/MEC.

9.2 Previsão de Orçamento

A distribuição orçamentária de todos os IFs é feito pelo CONIF, em que são levados em consideração, o número de alunos matriculados, o peso e o tempo de duração dos cursos, entre outros fatores. Ao longo dos últimos anos, houve um aumento dos indicadores do IFC, elevando o orçamento para este órgão conforme comparativo abaixo.

Tabela 12: Orçamento

Exercício	2017	2018	2019
Assistência	R\$ 10.733.776,00	R\$ 12.063.601,00	R\$ 13.333.709,00
Própria	R\$ 1.275.664,00	R\$ 1.771.115,00	R\$ 1.368.825,00
Custeio	R\$ 43.224.294,00	R\$ 46.306.165,00	R\$ 51.647.221,00
Expansão	R\$ 2.926.829,00	R\$ 1.000,00	-
TOTAL	R\$ 58.160.563,00	R\$ 60.141.881,00	R\$ 66.349.755,00

Para o ano de 2019, há a perspectiva de um novo aumento no orçamento em comparação com os anos anteriores.

9.3 Origem, Planejamento e Aplicação dos Recursos

9.3.1 Fontes de Recursos

A principal fonte de recursos advém do repasses do tesouro nacional, responsável pelo pagamento da folha de salário e encargos e de despesas de custeio e investimento. Trata-se em sua maioria de recursos ordinários. Destaca-se ainda a fonte de recursos

próprios, realizada por receitas agropecuárias, administrativas, inscrições em processos seletivos entre outras, arrecadas em virtude da atividade educacional e de produção agropecuária do IFC e são utilizadas para pagamento de despesas de custeio.

9.3.2 Forma de Rateio dos recursos

O volume total dos recursos é estabelecido na matriz orçamentária de cada ano, onde estão inseridos os valores que cada campus contribui para o montante total do IFC. A política do IFC é de autonomia de suas unidades gestoras, em que a divisão orçamentária respeita os valores trazidos pela matriz.

9.3.3 Controle Financeiro para Utilização de Recursos

Atualmente, o IFC segue a lista de prioridades de pagamento indicada pela IN 2/2016, tendo em vista que os valores repassados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, a SPO, não contemplam todos os valores liquidados pelo órgão. Desta forma, prioriza-se o pagamento de despesas essenciais como água, luz e telefone, seguida por despesas com bolsas à estudantes, prestação de serviços de terceiros, obras, locações e fornecimento de bens e mercadorias. Todos os valores recebidos passam pela análise da coordenação de execução financeira a qual extrai relatórios do Tesouro Gerencial a qual indicam a situação de cada campus, sub repassando os valores devidos.

9.4 Política de Administração e Gestão Financeira

Desde a criação do IFC, há uma busca profunda na padronização das ações comuns desempenhadas nos mais diversos campi do IFC. Como o instituto surgiu através da junção de autarquias que já existiam, somada a criação de novos campus ao longo de sua trajetória, foram encontradas algumas dificuldades para padronizar alguns atos deste órgão. Desta forma, a política do IFC tem sido de criar normas e manuais que possibilitem o entendimento unânime dos seus campus, difundindo o nome do IFC na sociedade, deixando ele mais forte com a união de suas unidades. Embora haja autonomia nas unidades gestoras, o órgão sempre buscou atender as principais demandas de todos os campi, trilhando, através de reuniões com seus representantes, metas e prioridades à serem atendidas, principalmente no que se refere à investimentos em infraestrutura. A busca por mais recursos extra-orçamentários ainda é tímida, mas a busca por parcerias e aproximações com órgãos de planejamento e orçamento do MEC, vem avançando em nosso meio.

O maior intuito do IFC é o de atender o usuário cidadão, a sociedade, porém, a atividade meio exercida pela administração e planejamento orçamentário-financeira, é de fundamental importância para que os objetivos sejam alcançados. Desta forma, a PROAD e os Departamentos Administrativos não medem esforços para atender as suas demandas, no limite de suas possibilidades, e atuar com qualidade e agilidade.

9.5 Recurso Extraorçamentário

Além do Orçamento previsto no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), distribuídos pela metodologia do Conselho

Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) há uma prospecção de recursos extraorçamentários, com o intuito de fomentar a infraestrutura do Instituto Federal Catarinense.

Sendo que as duas modalidades mais exitosas são os Termos de Execução Descentralizada (TEDs), pactuados junto a Secretaria de Educação Profissional (SETEC/MEC) e as Emendas Parlamentares, em que nos últimos três exercícios impactou no acréscimo orçamentário de R\$ 15.888.234,82 (quinze milhões, oitocentos e oito e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Estratificados conforme tabela abaixo.

Tabela 13: Recurso Extraorçamentário

Exercício	TEDs	Emendas Parlamentares
2016	R\$ 4.034.490,05	R\$ 750.000,00
2017	R\$ 5.469.341,14	R\$ 500.000,00
2018	R\$ 4.584.403,63	R\$ 550.000,00
Sub Total	R\$ 14.088.234,82	R\$ 1.800.000,00
Total	R\$ 15.888.234,82	

Fonte: Proad

10. Plano de Logística Sustentável do IFC (PLS)

Em 2012 o IFC formalizou, por meio da Portaria nº 1.343/2012, o Comitê de Implantação do Núcleo de Gestão Ambiental – NGA com a finalidade de instruir, orientar e supervisionar os campi na constituição dos núcleos locais, bem como na formação do NGA Institucional. Paralelamente ao esforço de criação dos núcleos locais e institucional foi elaborado o Regulamento do NGA, oficializado pela Resolução 006 – CONSUPER/2014. Desde então o IFC vem implementando ações de prevenção de riscos ambientais e promoção da cultura de sustentabilidade junto à comunidade acadêmica.

Hoje todos os *campi* do IFC, inclusive Reitoria, possuem NGA Local em pleno funcionamento. Um dos óbices postos à gestão ambiental do IFC é equalizar a atuação dos NGA Locais, pois convivem no IFC campus muito recentes, ainda em processo de consolidação, com campus históricos provenientes das escolas agrotécnicas federais. Essa diferença de maturidade entre os campi se reflete também na atuação dos NGA Locais e se constitui em um obstáculo a ser superado.

No entanto, a despeito das dificuldades enfrentadas, o IFC apresenta atuação consistente no que diz respeito às compras e contratações sustentáveis, incluindo em todos os termos de referência critérios de sustentabilidade em conformidade com as legislações pertinentes. Outro tema que vem sendo fortalecido é a promoção de eventos de conscientização ambiental realizados durante a semana do meio ambiente, neles são articulados projetos de pesquisa, extensão, palestras e atividades com participação de toda comunidade acadêmica.

Outro desafio colocado é o desenvolvimento do Plano de Logística Sustentável – PLS, válido por dois anos conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/12, que visa fomentar ações de sustentabilidade. Na elaboração do plano buscou-se atender as diretrizes para uma gestão mais eficiente e sustentável estabelecidas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, com a racionalização dos gastos públicos e institucionalização da responsabilidade socioambiental. No contexto de gestão, o PLS constitui-se numa atividade de planejamento institucional e reforça a cultura de gestão estratégica integrada.

Mais informações no link: <http://ifc.edu.br/nga/>

11. Gestão de Riscos

Foi elaborada em 2017 a Política de Gestão de Riscos do IFC, que tem como objetivo aplicar no IFC, em todos os níveis e unidades organizacionais, o gerenciamento de riscos diante da visão do conjunto de riscos a que a entidade está exposta, de modo a identificar eventos em potencial cuja ocorrência poderá afetar os objetivos estabelecidos.

Na Política de Gestão de Riscos do IFC é definido o nível de apetite ao risco aceitável pelo IFC, bem como estabelece as diretrizes da gestão de riscos.

Para implantação da Política de Gestão de Riscos no IFC, foram criados o Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFC, que atua em âmbito institucional, e os Comitês Locais de Risco, responsáveis pela execução da gestão de riscos em cada campus.

Utilizou-se na implantação o Ciclo PDCA - Planejar, Execução, Controle e Avaliação, a Metodologia COSO II - Committee of Sponsoring Organizations da National Commission – que é um modelo de Gerenciamento de riscos corporativos, e a ferramenta 5W2H para a elaboração do Plano de Ação.

As etapas para execução da Gestão de Riscos foram:

- 1º Elaboração do Plano de Ação;
- 2º Aprovação da proposta – Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFC;
- 3º Criação de modelos de Coleta das informações;
- 4º Reuniões para esclarecimentos;
- 5º Identificação dos Macroprocessos, Processos e Subprocessos;
- 6º Desenvolvimento nos setores
 - a) Definir o Objetivo Estratégico analisado;
 - b) Identificação do Risco;
 - c) Avaliar o risco (probabilidade e Impacto);
 - d) Montar a Mapa de Riscos;
 - e) Verificação de Controles Existentes;
 - f) Resposta ao Risco;
 - g) Monitoramento dos riscos;
- 7º Acompanhamento e Monitoramento.

O monitoramento da Gestão de Riscos, definido pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFC é anualmente.

Em virtude do Decreto nº 9.203/2017 e a Portaria nº 1.089/2018, que tratam do Programa de Integridade dos órgãos e entidades, o Instituto Federal Catarinense – IFC através da Portaria nº 465/2018 de 09 de maio de 2018 designou a Unidade de Gestão de Integridade para coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Plano de Integridade no âmbito do IFC.

Uma das etapas do Plano de Integridade é desenvolver a Gestão de Riscos para a Integridade, considerando analisar riscos como: abuso de poder, nepotismo, conflito de interesses, pressão interna ou externa ilegal, solicitação ou recebimento de vantagem indevida, e utilização de recursos públicos em favor de interesses privados, buscando prevenir e mitigar os desvios ou quebra de integridade.

No site do IFC estão publicizados os documentos relativos a Gestão de Riscos e ao Plano de Integridade.

12. Oferta de Educação a Distância

O histórico da Educação a Distância (EaD) no IFC remonta à primeira oferta de curso na modalidade EaD que aconteceu no ano de 2013, com o curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ofertado pelo programa da Rede E-tec Brasil, executado junto aos *campi* Concórdia e Camboriú. Nos anos de 2016 e 2017 foram ofertados cursos de Qualificação Profissional – que independem de credenciamento - via Plataforma Moodle. Dentre eles o curso de Recepção Docente, Recepção Tce, ECAPacitação - Formação de Agentes de Proteção Básica, Atendimento Educacional Especializado e o curso de Libras - Língua Brasileira de Sinais. Ainda no ano de 2017 o IFC recebeu o credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância por meio da Portaria nº 919, de 15 de agosto de 2017. Iniciado e em desenvolvimento com Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem na plataforma Moodle, desde 2017 o IFC passa a ofertar o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional e Tecnológica, de forma *intercampi*.

A EaD no Instituto Federal Catarinense, de modo inicial, pretende estender as possibilidades pedagógicas inerentes à EaD para a estruturação de cursos ou a oferta de componentes curriculares nesta modalidade. A fim de implantá-los, há a necessidade da composição de uma equipe multiprofissional dedicada à organização e funcionamento de cursos nessa modalidade apoiando-se nas tecnologias de informação e comunicação para possibilitar interações que construam aprendizagens individuais e, sobretudo, coletivas, como estratégia de democratização de acesso e de formas de aprendizagem.

Conforme concepção de EaD apresentada no PPI do IFC, para o período 2019-2024, a oferta da Educação a Distância da instituição, objetiva:

- Desenvolver a EaD como metodologia de ensino e aprendizagem com vistas à criação de cultura institucional quanto à modalidade educacional;
- Ofertar cursos a distância, nos diferentes níveis de ensino, de qualidade socialmente referenciada;
- Democratizar formas de aprendizagem bem como atender demandas específicas decorrentes de características regionais.;
- Subsidiar os cursos presenciais, com o desenvolvimento de plataformas virtuais para oferta de disciplinas na modalidade a distância, conforme normativos vigentes e projeto pedagógico de cada curso;
- Integrar os *campi* por meio da EaD;
- Diversificar a oferta de modalidade educacional consonante ao perfil de potenciais novos estudantes para a Instituição, por meio de cursos oferecidos na modalidade a distância;
- Promover a oferta de cursos e formação continuada para os servidores da rede;

- Viabilizar a gestão do ambiente de ensino e aprendizagem dispondo de ferramentas para gestão pedagógica, tecnológica e administrativa;
- Estimular o auto-estudo e o estudo colaborativo por meio da interação síncrona ou assíncrona que permite a democratização de acesso à informação, a socialização do conhecimento e a inclusão digital, com o uso de tecnologias de informação e comunicação como webconferências, Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEAs), dentre outras.

Para o desenvolvimento e oferta da EaD, o IFC tem o desafio de elaborar, durante o período de vigência do PDI 2019-2023, as políticas para a modalidade e metodologia de ensino, conforme condições institucionais. Sua área de abrangência é o Estado de Santa Catarina, considerando a localização de nossos *campi*, podendo ser extensivo a outros estados considerando ações ou programas em Rede.

Enquanto modalidade e metodologia, o IFC entende que uma ação institucional melhor responde às necessidades e possibilidades para a oferta de cursos, programas e componentes curriculares em até 20% da carga horária em EaD. Para tanto, propõe que a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal leve em conta condições existentes, e quando disponíveis, sejam destinados recursos para sua ampliação, com atribuições à reitoria e aos *campi*.

Assim considerando, há a necessidade de definir a sede institucional que contemple a implantação do Centro de Educação a Distância (CEAD), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino. O CEAD deve atuar no apoio à implantação, ampliação e a consolidação das ofertas formativas dos *campi* por meio da EaD, articulando os objetivos e metas institucionais. O CEAD é um espaço destinado ao apoio, ao desenvolvimento e execução das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância de cada *campi*. Passa, portanto, a colaborar com a operacionalização e elaboração dos PPCs, contribuindo para a escolha do modelo e metodologia a ser adotado pelo campus, no que diz respeito aos elementos básicos de um curso em EaD, bem como o uso das tecnologias e do ambiente virtual de aprendizagem para os cursos presenciais. O CEAD, da mesma forma, colabora com o desenvolvimento de projetos pedagógicos e componentes curriculares, considerando a implementação dos 20% de EaD nos cursos presenciais. Por fim, é também articulador da oferta de cursos por meio de convênios e programas externos conforme editais.

Por sua vez, os *campi* do IFC se constituem como polos associados à sede institucional, espaços destinados a receber e acompanhar o estudante para o desenvolvimento de cursos, programas e oferta de EaD em 20% da carga horária de cursos presenciais.

12.1 Polos

Estudos apontam para a importância do Polo em sistemas de EaD, como local onde se constituirão as condições para a permanência do estudante, estabelecendo um vínculo de proximidade entre este e o IFC, valorizando a expansão, a interiorização e a regionalização da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade (MOTA, 2009). No caso do IFC, a presença de um polo EaD em cada *campus* pode contribuir para qualificar o Instituto como local de referência na integração e desenvolvimento local e regional.

Conforme legislação, polo de Educação a Distância ou Polo de Apoio Presencial é o local devidamente credenciado para o desenvolvimento descentralizado de atividades

pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. Cada *campus* do IFC, conforme interesse e condições, pode se constituir como polo associado do IFC, observando a infraestrutura mínima para o seu funcionamento. Atualmente os Campi Blumenau e Concórdia já são polos no IFC para a oferta do curso de pós-graduação em EPT e, como projeção, todos os demais campi se constituirão como polos associados, aproveitando pessoal e infraestrutura já existente, sendo estes: Abelardo Luz, Araquari, Brusque, Camboriú, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira. Assim, ao longo da vigência do presente PDI o IFC projeta a existência de 15 polos.

12.2 Metodologias e Tecnologias

A EaD do IFC é desenvolvida como metodologia virtual. Portanto, os materiais didáticos, observadas as concepções e objetivos expressos no Projeto Pedagógico do Curso, na matriz curricular e no plano de ensino dos diferentes componentes curriculares, são disponibilizados no Ambiente de Ensino e Aprendizagem - AVEA, construído em plataforma aberta, Moodle. O formato digital possibilita a atualização e adequação dos materiais didáticos sempre que necessário.

O AVEA permite a apresentação dos conteúdos do curso para acesso aos materiais de estudo (textos, imagens, simulações, animações, vídeos, gráficos interativos, quiz, mapas interativos, clipes, mapas conceituais; infográfico e outros) e permite a condução de atividades mediando a comunicação de professor, tutor e estudantes, com atividades síncronas e assíncronas. Desta forma, atividades e orientações coletivas e individuais podem ser conduzidas, por meio de chats, fóruns, vídeos e webconferências. Os materiais didáticos, quando autorais e construídos por professores são identificados como textos-base, elaborados em linguagem dialógica. Além destes, os docentes selecionam e disponibilizam materiais de apoio, compostos de diferentes recursos como imagens, mapas, arquivos multimídia, filmes, *sites* e páginas da internet, objetos de manipulação, *kits* de laboratório, tutoriais e guias didáticos, todos com o objetivo de mediar a produção sistematizada de conhecimentos, possibilitando a interação do estudante com os diferentes conteúdos.

Este material didático disponibilizado no AVEA/Moodle apoiados pelas tecnologias que permitem a comunicação síncrona ou assíncrona, como, as webconferências, os chat e fóruns dão suporte à prática pedagógica dos professores e tutores/mediadores forma um conjunto integrado didático-pedagógico que possibilitam e apoiam a aprendizagem do estudante em EaD.

12.3 Oferta de Cursos

Será dada a continuidade de oferta, por meio da modalidade EaD, de cursos de qualificação profissional, como o curso de Recepção para servidores técnico-administrativo e Recepção Docente, e curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional e Tecnológica. Para o ano de 2021 é planejado a oferta de um Curso Superior de Tecnologia (área à definir, conforme catálogo nacional de cursos vigente e levantamento junto aos Polos) e, outros que atendam às demandas identificadas por meio de estudos realizados por cada *campus* (Polo). Neste sentido, o IFC apresenta a seguinte projeção como expansão e consolidação do PDI 2019-2023 no que se refere à oferta de cursos EaD.

Quadro 15: Cursos que serão expandidos ou criados (modalidade EaD)

a) Novos cursos/ novas turmas

Curso	Novo curso ou nova turma?	Tipo de oferta	Verticalização (S/N)	Eixo Tecnológico	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Necessidade de Docentes	Previsão de início
A definir	Novo Curso	Tecnologia	S	A definir	50	2	anual	6	2021
A definir	Novo Curso	Pós-Graduação (Lato Sensu)	S	A definir	50	2	anual	NSA	2021
Formação Pedagógica para Educação Profissional e Tecnológica	Novo Curso	Formação Pedagógica	S	Educação	50	3	oferta pontual (pactuação UAB)	NSA - pactuação	2019
Docência para Educação Profissional e Tecnológica	Nova turma	Pós-Graduação (Lato Sensu)	S	A definir	50	3	oferta pontual (pactuação UAB)	NSA - pactuação	2019

Considerando uso compartilhado de: Laboratórios técnicos e pedagógicos; Laboratório de Informática, com acesso à internet; Biblioteca; Secretaria para atendimento ao aluno; Suporte técnico em TI; Sistemas/Softwares específicos; Espaços para convivência.

b) Cursos já existentes (ou em consolidação)

Curso	Pólos de oferta	Tipo de Oferta	Verticalização (S/N)	Eixo Tecnológico	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Necessidade de Docentes	Ano de Início
Docência para Educação Profissional e Tecnológica	Concórdia e Blumenau	Pós-Graduação (Lato Sensu)	S	Educação	50	01	Bianual	NSA	2018

Considerando uso compartilhado de: Laboratórios técnicos e pedagógicos; Laboratório de Informática, com acesso à internet; Biblioteca; Secretaria para atendimento ao aluno; Suporte técnico em TI; Sistemas/Softwares específicos; Espaços para convivência.

12.4 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal

A viabilidade de desenvolvimento da EaD se consolidada como estrutura institucional, portanto, é assim contemplada:

Quanto à Sede: a Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal junto à Proen inclui recursos audiovisuais já existentes (câmara filmadora, iluminação, microfone, gravador e mesa digitalizadora). Além disso, uma servidora TAE, diagramadora, lotada na reitoria e dois servidores docentes em colaboração para as atividades EAD (um campus Sombrio e outra do campus Blumenau em cooperação técnica com o CERFEAD/IFSC). Como condições a serem contempladas e ampliadas é necessário, quanto à infraestrutura tecnológica, espaço em servidor/TI, e quanto à pessoal, profissionais da área multimídia e tecnologia educacional, revisor de texto e técnico em TI. Os professores dos

componentes curriculares e professores mediadores/tutores são docentes lotados nos campi e atuarão em colaboração intercampi.

Quanto aos *Campi*: A infraestrutura física, tecnológica pressupõe aos *campi* a utilização compartilhada de espaços como laboratório de informática com acesso à internet, sala de coordenação, sala de atendimento para tutoria presencial, auditório e/ou sala multiuso para atividades presenciais (tutoria, aula, webconferência, avaliações), laboratórios técnicos e pedagógicos, biblioteca, registro acadêmico, sistemas/softwarees específicos quando necessário e espaços para convivência. Quanto ao pessoal, quando possível, trabalhos compartilhados de docentes e servidores considerando suporte técnico de TI e coordenação de Polo EaD.

Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI

O PDI terá vigência para 5 anos, de 2019 até 2023. A proposta é que se faça revisão bianual, sendo a primeira revisão em 2021.

Será reconduzida ou estruturada uma nova comissão no segundo semestre de 2020, para promover a revisão para 2021.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia educacional**. Parte Terceira, Capítulo 1. SP., Ed. Melhoramentos, 6 ed, 1964.

BASTOS, A. V. B. (2006). Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. In J. E. Borges-Andrade, G. S. Abbad, & L. Mourão (Orgs.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed.

CAPES. Política Nacional de Pós-graduação, expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. Brasília. Capes, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 38, p. 223-237, 1996.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, n. 1, p. 329, 2006.

BRASIL. Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm (Acesso: 12/11/2018).

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. **Aprova** o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 dez. 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº11741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 5, 17 jul., 2008. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Brasília: SETEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** Brasília, ago. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em: 01/10/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. Ed. Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Microdados Censo da Educação Superior [2017].** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>

BRASIL. Ministério da Educação. **Microdados Censo Escolar [2017].** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação a distância. Boletim 17. GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo 1. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**, p. 4, Setembro, 2007.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000.** Aprovado em 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo. n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

DEMO, P. **Conhecimento moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil:** limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FLORO, Elisângela Ferreira. O trabalho docente e verticalização do ensino nos Institutos Federais. Livro 3: Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade. **XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino – ENDIPE**, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) **Dicionário da educação do campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Atratividade da carreira docente no Brasil. **Relatório Final**. São Paulo, SP, dezembro, 2009.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. DataGramaZero - **Revista de Ciência da Informação** - v.9 n.1 fev/08 ARTIGO 01. Disponível no endereço: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3041/1/DataGramaZero%20-%20Revista%20de%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Henriette.pdf>. Acesso em 02/10/2018.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios 2015**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e comunicação**: interconexões e convergências. Educ. Soc. vol.29 no.104 Campinas Oct. 2008. Disponível no endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300002. Acesso em 02/10/2018.

LUBISCO, M. N. (Org). Biblioteca Universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de ciências humanas, v. 4, p. 1-18, 1978.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**. Novos desafios e como chegar lá. 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf> Acesso em 01/10/2018.

MORIN, Edgar. **La mente bien ordenada**. Barcelona: Seix Barral, 2000.

ORTIGARA, C. Institutos Federais: uma nova concepção de educação ou reorganização administrativa? In: **COLÓQUIO NACIONAL**, 2., 2013, Natal. Anais... Natal. A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, IFRN, 2013.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santilanna. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal : IFRN, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 1997.

PORTILHO, Evelise Labatut. Aprendizagem ao longo da vida. In: **Revista Cenário Rural**/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ano 3, n. 1. Brasília: SENAR, 2008.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul LTDA, 1998.

SILVA, Jesue Graciliano da. A expansão, interiorização e implantação dos institutos federais. Disponível em: <<https://jesuegraciliano.wordpress.com/reflexoes/a-expansao-interiorizacao-e-implantacao-dos-institutos-federais/>> (Acesso: 12/11/2018).

SILVA, Tomaz Tadeu da. Et al. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1936.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.